

# LIBERDADE DE ESCOLHA

Aprovada a 2 de Abril de 1976, a Constituição da República Portuguesa nasceu do 25 de Abril de 1974 e da vontade expressa nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1975. A ADFA participará na Sessão Comemorativa dos 50 Anos da CRP, na Assembleia da República, em 2 de Abril, dando o seu contributo para a evocação pública deste “marco fundador da nossa democracia”.

Com a democracia e a liberdade no coração e na mente, reforçamos a nossa união e coesão e vamos participar na próxima Assembleia-Geral Nacional Ordinária, no dia 18 de Abril, na Academia Militar, na Amadora. Será, como sempre, um momento decisivo que exige a nossa mobilização associativa. O espírito democrático que nos anima como cidadãos, também anima a ADFA, que é filha do 25 de Abril!



Tomada de Posse do Presidente da República

Arquivo Fotográfico da AR 2026



Running Challenge - Trail Linha de Torres 2026

Foto Rafael Vicente

**ADFA na Tomada de Posse do Presidente da República** Pág. 15

**50 Anos da Constituição da República Portuguesa** Pág. 15

**Running Challenge - Trail Linhas de Torres 2026** Pág. 16 e 17

**Assembleia-Geral Nacional**  
Toda a documentação em análise Págs. 19 a 31

**Audiência na Casa Militar do Presidente da República** Pág. 14

## ASSEMBLEIA-GERAL NACIONAL ORDINÁRIA | CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia-Geral Nacional faz saber que, ao abrigo do artigo 25.º, alínea a) dos Estatutos, convoca todos os associados para a Assembleia-Geral Nacional Ordinária a realizar, no Auditório *Marquês de Sá da Bandeira*, na Academia Militar, na Amadora, **no dia 18 de Abril de 2026, pelas 13h30**, com a seguinte ordem de trabalhos: **Ponto Um:** Apreciar e votar o Relatório Operacional do Conselho Nacional e o Parecer sobre a Execução do Orçamento da ADFA, relativos ao exercício de 2025, conforme previsto no n.º 1 do artigo 27.º dos Estatutos; **Ponto Dois:** Apreciar o Relatório Operacional, as Contas da Direção Nacional e o Parecer do Conselho Fiscal Nacional. Proceder à votação do Relatório Operacional e Contas da Direção Nacional, referentes ao ano de 2025, conforme previsto no n.º 1 do artigo 27.º dos Estatutos; **Ponto Três:** Informações da Direção Nacional sobre o Caderno Reivindicativo; Ponto Quatro: Outros assuntos de interesse da ADFA.

ADFA, 3 de Março de 2026  
O presidente da MAGN, Joaquim Mano Póvoas

# Livros

## VIÚVAS DA GUERRA DO ULTRAMAR

Autora: Maria Laurinda Silvestre  
Edição: Oficina da Escrita, Lisboa,  
Janeiro de 2025, 148 pp



“O presente livro de Maria Laurinda Silvestre, *Viúvas da Guerra do Ultramar*, além de prestar homenagem às vítimas de guerra, em especial ao seu querido marido piloto Abílio Silvestre, vem ao encontro da procura, conhecimento e memória, solicitado pelos seus dois filhos (Pedro e Sofia). (...) Esta obra encerra também uma narrativa biográfica de Maria Laurinda Silvestre, de memórias de infância, mais centrada no período da adolescência em Casais da Lapa, Lisboa e Vila Praia de Âncora. (...) Como uma das muitas viúvas da Guerra do Ultramar, traz a lume esta problemática pouco divulgada, uma clareza, arrojo e denúncia, a situação de sofrimento das viúvas, familiares e dos seus entes queridos mortos numa guerra injusta, mas ao serviço de Portugal.” (do Prefácio-pg 9).

A autora conseguiu, a partir das cartas trocadas com o piloto Abílio Silvestre, nos períodos de afastamento, criar um diário de amor e paixão. Ela vivia numa espécie de encantamento: enquanto noivos, a Laurinda em Lisboa e o Abílio em Angola, a cumprir a sua terceira comissão como piloto em teatro de guerra; enquanto esposa já pôde acompanhá-lo nas cidades onde a Força Aérea mantinha bases. A partir destas bases, pilotos e meios tinham que passar semanas em destacamentos mais próximos dos teatros de operações, em acções de apoio aéreo ou em acções helitransportadas.

Esta lua de mel permanente terminou de forma abrupta com a queda do helicóptero que Abílio pilotava ao serviço do Gabinete do Plano do Zambeze, em Tete, por acção da FRELIMO. Depois desta “hecatombe”, começou um verdadeiro calvário para a jovem viúva que se viu a braços com burocracias de toda a ordem para ter direito a uma magra pensão de sangue, para si e para os dois filhos bebés: “Os dias seguintes [ao funeral] foram vividos por obrigação, a cuidar dos filhos ou a estar à mesa, forçando a vontade de comer, enquanto as lágrimas corriam. Vivi a desejar não ter filhos, vivi a querer morrer, vivi forçada a sair à rua após o funeral para tratar de burocracias, e aqui enfrentei momentos que não conseguia ultrapassar: as pessoas representavam-se-me como uma imensa multidão, indiferente ao meu sofrimento; por dentro gritava por ajuda, por alguém que me aliviasse daquela imensa dor que sentia.” (pg 114-115).

Maria Laurinda, ao longo da escrita aborda a Guerra Colonial, que viveu de perto, e a problemática, que hoje é tema de reflexão na ADFA, das “viúvas de guerra”: as que viram morrer os seus maridos em combate e as que os receberam estropeados no corpo e no espírito e foram suas cuidadoras: “Nada transparecia para o vulgo. Os jovens portugueses iam morrendo, sem que fosse possível sabermos o que se passava, quando tudo poderia ter sido tão diferente, não fosse a cabeça dura dum velho idealista que vivia ainda a acreditar que manteria a grandeza de um Portugal de outrora.” (Pg 61).

“Eu não fiz mais do que a minha obrigação, enquanto mãe, enquanto cidadã, mas o estado português, depois do 25 de Abril, não fez a sua e ‘sujou-se por pouco’..”. É este o desabafo-revolta final desta “viúva de guerra” perante mais um atropelo aos seus direitos: a retirada do direito à ADSE e à mudança da designação da sua pensão: “A desfaçatez e a hipocrisia passam até pela mudança do nome da pensão, que antes era pensão de sangue e hoje é chamada de pensão qualquer coisa.” (pg 146).

## NOVOS ASSOCIADOS

Relação dos candidatos a associados efetivos para publicação no Jornal ELO, conforme estipulado no nº 4, do artigo 8º, dos Estatutos

MARIA LUÍSA CONCEIÇÃO CRISTO • ROSA PORTELO SOUSA • MARIA MANUEL SILVA ALMEIDA • ROGÉRIO LOPES MIGUEL • MARIA CECÍLIA REIS CADEIREIRO LUÍS • JOSÉ MEDEIROS MARTINS • FERNANDO MENDES BARATA • JOSÉ ANTÓNIO RICARDO MENDES • ARMANDO LUÍS ROQUE CORÔA • CARLOS ALBERTO SALVADOR PITA • MANUEL AFONSO PAULICO • VIRGÍLIO JORGE SANTOS • JOSÉ SOARES ÉVORA

Por José Diniz

# Associados Falecidos



Diogo dos Santos Faustino, associado 11257, natural da freguesia de Pedrógão do concelho de Torres Novas, residente na freguesia de Venda Nova do concelho de Amadora. Serviu na Destacamento de Fuzileiros Especiais, na Guiné, onde foi ferido em campanha por fogo amigo. Faleceu a 05 de Setembro de 2024 com 84 anos.



João José de Jesus Teles, associado 2959, natural e residente na freguesia de S. João dos Montes do concelho de Vila Franca de Xira. Serviu na CCAç 164, em Angola, onde foi ferido em campanha. Faleceu a 09 de Outubro de 2024 com 86 anos.



José Maria Gomes Cerqueira, associado 4022, natural da freguesia de Parada do concelho de Arcos de Valdevez, residente na freguesia de S. Lázaro da cidade e concelho de Braga. Serviu na CArt 565, na Guiné, onde foi ferido em campanha. Faleceu a 27 de Abril de 2025 com 83 anos.



Manuel de Oliveira Azenha, associado 17682, natural da freguesia de Cadima do concelho de Cantanhede, residente na freguesia de Arazede do concelho de Montemor-o-Velho. Serviu na CCAç 475 do BCCAç 477, em Angola, onde contraiu doença em serviço. Faleceu a 18 de Julho de 2025 com 83 anos.



Joaquim Freire Benevenuto, associado 9176, natural e residente na freguesia do Vimeiro do concelho de Alcobaça. Serviu na 1.ª Companhia de BCav 8422, em Moçambique, onde foi ferido em campanha. Faleceu a 13 de Novembro de 2025 com 72 anos.



António Paulo Luiz, associado 16334, natural e residente na freguesia de Azeitões de Cima do concelho de Azambuja. Serviu no BCCAç 6524, em Angola, onde foi ferido em acidente de viação. Faleceu a 17 de Novembro de 2025 com 72 anos.



Manuel de Matos Sabino, associado 2953, natural e residente na freguesia de Valongo do Vouga do concelho de Águeda. Serviu na CCAç 1632 do BCCAç 1899, em Moçambique, onde foi ferido em campanha. Faleceu a 19 de Novembro de 2025 com 80 anos.



Francisco Manuel Pratas Gato, associado 7627, natural da freguesia de Santa Vitória do concelho de Beja, residente na freguesia de Paivas e Amora do concelho do Seixal. Serviu num Batalhão de Caçadores, em Angola, onde foi ferido em serviço. Faleceu a 09 de Dezembro de 2025 com 75 anos.



Alberto João dos Santos Graça, associado 12180, natural da freguesia de Vide do concelho de Seia, residente na freguesia de Mina de Água do concelho de Amadora. Serviu no Batalhão de Engenharia 447, na Guiné. Foi ferido em serviço de instrução no R.I. 14, antes da mobilização. Faleceu a 13 de Dezembro de 2025 com 75 anos.



António Francisco Alves, associado 6851, natural da freguesia de Larinho do concelho de Torre de Moncorvo, residente na freguesia de Rio Tinto do concelho de Gondomar. Serviu na Guiné, onde foi ferido em campanha. Faleceu a 14 de Dezembro de 2025 com 74 anos.



Joaquim de Almeida e Silva, associado 2493, natural da freguesia e concelho de Santo Tirso, residente na freguesia de S. Miguel do Couto do mesmo concelho. Serviu no BCCAç 9, em Viana do Castelo, onde sofreu acidente em serviço. Faleceu a 12 de Janeiro de 2026 com 81 anos.



João Manuel Vasconcelos Pereira, associado 5470, natural da freguesia de Águas Santas do concelho da Maia, residente na freguesia de Ermesinde do concelho de Valongo. Serviu no Batalhão de Caçadores Paraquedistas 31, em Moçambique, onde foi ferido em campanha. Faleceu a 20 de Janeiro de 2026 com 74 anos.



Armando Pacheco Ribeiro, associado 4444, natural da freguesia de Freamunde do concelho de Paços de Ferreira, residente na freguesia e concelho de Paredes. Serviu na CCAç 608, em Moçambique, onde foi ferido em campanha. Faleceu a 26 de Janeiro de 2026 com 83 anos.



António Vieira Roque, associado 1660, natural e residente na freguesia de Boelhe do concelho de Penafiel. Serviu na 1.ª CArt do BArt 6520, na Guiné, onde foi ferido em campanha. Faleceu a 01 de Fevereiro de 2026 com 74 anos.



José Raul da Silva Ribeiro, associado 11310, natural e residente na freguesia de Landim do concelho de Vila Nova de Famalicão. Serviu na CCAç 1640 do BCCAç 1902, em Angola, onde sofreu acidente em serviço. Faleceu a 08 de Fevereiro de 2026 com 80 anos.



José Manuel Campos Lourenço, associado 341, natural da freguesia de Vale Formoso do concelho da Covilhã, residente na freguesia de Alvalade do concelho de Lisboa (Lar Militar). Serviu no R.I. 2, em Abrantes, onde sofreu acidente em instrução. Faleceu a 08 de Fevereiro de 2026 com 75 anos.



Lino Silva Andrade, associado 16890, natural da freguesia de Santa Maria Maior da cidade e concelho do Funchal, residente na freguesia e concelho da Moita. Serviu em Angola, onde foi ferido em serviço. Faleceu a 08 de Fevereiro de 2026 com 86 anos.



José Ferreira Nogueira, associado 11649, natural e residente na freguesia de Lomba do concelho de Gondomar. Serviu na 18ª Companhia de Comandos, em Moçambique, onde sofreu acidente em campanha. Faleceu a 14 de Fevereiro de 2026 com 78 anos.



Manuel da Conceição Mendes, associado 9755, natural e residente na freguesia de Lourical do concelho de Pombal. Serviu na 25ª Companhia de Comandos, em Angola, onde sofreu acidente em serviço. Faleceu a 18 de Fevereiro de 2026 com 77 anos.



José Bulcão de Castro, associado 1821, natural e residente na freguesia de Feteira do concelho da Horta. Serviu na Companhia Independente de Caçadores 382, em Angola, onde foi ferido em campanha. Faleceu a 19 de Fevereiro de 2026 com 85 anos.



Adriano Pinto Ferreira, associado 2492, natural da freguesia de Santiago de Piães do concelho de Cinfães, residente na freguesia de S. Cosme do concelho de Gondomar. Serviu na CCAç 2433 do BCCAç 2855, em Angola, onde foi ferido em campanha. Faleceu a 21 de Fevereiro de 2026 com 78 anos.



Isidro António Ferreira Fidalgo, associado 4140, natural da freguesia de Bonfim do concelho do Porto, residente na freguesia de Águas Santas do concelho da Maia. Serviu na CCAç 2316 do BCCAç 2835, na Guiné, onde foi ferido em campanha. Faleceu a 23 de Fevereiro de 2026 com 79 anos.



Victor de Matos Machado, associado 10826, natural da freguesia de Belver do concelho de Gavião, residente na freguesia de Santa Clara do concelho de Lisboa. Serviu no Aeródromo de Manobra 8, em Mueda, Moçambique, onde foi ferido em campanha (queda do avião que pilotava). Faleceu a 28 de Fevereiro de 2026 com 84 anos.



António da Silva Borba, associado 8840, natural e residente na freguesia de Santo António das Areias do concelho de Marvão. Serviu no Aeródromo Base 8, em Lourenço Marques, Moçambique. Sofreu acidente em serviço de instrução antes do embarque. Faleceu a 02 de Março de 2026 com 78 anos.



José Campos Marques, associado 12230, natural da freguesia de Alcoentre do concelho de Azambuja, residente na freguesia de Asseiceira do concelho de Rio Maior. Serviu na CCS do BCav 1879, em Moçambique, onde foi ferido em campanha. Faleceu a 13 de Março de 2026 com 81 anos.

## Editorial

# Liberdade de escolha

Por Direcção Nacional

**A**provada a 2 de Abril de 1976, a Constituição da República Portuguesa é um “marco fundador da nossa democracia”, nascido do 25 de Abril de 1974 e da vontade expressa nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1975.

Impossibilitada, pela proximidade da quadra pascal, de realizar uma Sessão Associativa Evocativa acerca desta importantíssima efeméride, a ADFA participará na Sessão Comemorativa do 50.º Aniversário da Constituição da República Portuguesa, por convite do presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, no dia 2 de Abril, pelas 10h00, na Sala das Sessões do Parlamento. No âmbito destas comemorações também está incluída a apresentação do livro “Constituição da República Portuguesa (1976–2026): 50 anos de Democracia”, que “revisita o processo constituinte e o percurso da Constituição ao longo de cinco décadas”.

Como evidenciado pela Comissão das Comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril, “cinco décadas depois, a Constituição mantém-se como um referencial central da democracia portuguesa”.

A ADFA não podia deixar de evocar esta incontornável data histórica que trouxe a Portugal, com o esforço de uma nova geração de políticos e na sociedade mais aberta de Abril, uma Constituição da República Portuguesa que, desde 2 de Abril de 1976, e com algumas revisões, tem garantido o Es-

tado de direito democrático no qual os portugueses encontram estabilidade e futuro.

Na Sede Nacional da ADFA estarão patentes os núcleos expositivos que dão enquadramento histórico e social a esta celebração evocativa. No Piso 0, no Átrio da Sede, com a mostra *Descolonizar Democratizar Desenvolver* e com os quadros que historicamente explicam a evolução da CRP, e, junto ao Bar, no Piso -1, com o núcleo centrado no DL 43/76, 20 JAN.

Em momento associativo relevante, numa participação que reforça a nossa união e coesão, vamos também realizar mais uma Assembleia-Geral Nacional Ordinária, no dia 18 de Abril, na Academia Militar, na Amadora. Será, como sempre, um momento decisivo no nosso ciclo associativo, pois é nesta reunião magna que os associados podem debater e votar, contribuindo directamente para, como disse Ghandi, “serem a mudança que querem”.

A nossa Associação, que também nasceu do ímpeto revolucionário gerador do 25 de Abril, tem igualmente um texto organizativo que lhe dá expressão interna e externa: os Estatutos. Tendo bem presente a evocação de uma Constituição que Portugal escolheu democrática e livremente, a ADFA avança para a renovação da sua própria “lei fundamental”. A ADFA, como Portugal, que celebra agora os 50 Anos da Constituição da República Portuguesa, vai

honrá-la, democrática e livremente, especialmente através do trabalho da futura revisão estatutária.

Os nossos Estatutos necessitam de actualização, para que a ADFA consiga adaptar-se aos novos desafios laborais, tecnológicos e outros, que exigem da sua estrutura e orgânica uma condição mais ágil e dinamizadora, enfrentando a idade maior dos seus dirigentes, com alternativas coerentes e robustas, que fortaleçam o todo nacional da Associação. O trabalho de preparação da próxima revisão estatutária já está em curso, envolvendo, numa primeira fase, a DN, alguns assessores e todas as Delegações, para se tornar, em breve, cada vez mais amplo, até à votação em Assembleia-Geral futura, na qual os associados decidirão a evolução que pretendem para a sua Associação, alicerçados num debate interno que se pretende profícuo e que levará mais algum tempo. Espera-se que, num “caminho que se faz caminhando”, os associados se mobilizem e questionem, que se interessem e proponham, e que, por fim, votem os novos Estatutos, em data a definir futuramente, pois o trabalho para a revisão estatutária continua, com o vigor da genética da ADFA.

O espírito democrático que torna livre e limpa a vida de cada cidadão, em todas as escolhas que fizer, também anima a ADFA, que é filha do 25 de Abril!

A Direcção Nacional

## Episódios

# Gralhas

Por José Diniz

**N**a gíria das Redacções costuma dizer-se que *um jornal sem gralhas é como um jardim sem flores*. Isto não é para desculpar os profissionais que têm a seu cargo o trabalho de revisão, agora muito facilitado com os correctores ortográficos nos computadores. Por mais cuidado que se tenha ela lá aparece, sem vergonha, no trabalho final, quando já não há remédio.

No tempo em que o trabalho de produção de publicações era todo manual até à entrada na impressão, o perigo de ataque das gralhas era muito maior, por vezes uma autêntica praga!

Lembro-me de alguns casos durante a minha passagem pela Redacção do *Jornal do Exército*. Naquele tempo, boa parte dos colaboradores entregavam os textos manuscritos e era necessário dactilografá-los antes de seguirem para a gráfica. Para isso a Redacção dispunha de uma diligente funcionária que executava essa tarefa, para além de ser a responsável pela biblioteca. O perigo das gralhas podia começar logo nessa fase, pois a letra de alguns colaboradores era difícil de interpretar.

Apenas dois casos que ficaram célebres naquela publicação do Exército. O autor do texto falava de uma determinada Unidade de Infantaria (já não recordo qual), que se tinha coberto de glória numa das batalhas da Guerra Peninsular em que lutaram valorosamente, mesmo sem comida. Por esse facto a sua Divisa de Honra passou a ser “*Fortes e Valorosos brigaremos sem pão*”. O que saiu foi: “*Fortes e Valorosos brigadeiros sem pão*”. Já não me lembro se a gralha foi detectada a tempo. Se não foi, os nossos Brigadeiros devem ter feito um sorriso amarelo. Esclareça-se que Brigadeiro era, na época, um posto militar do Exército e da Força Aérea, o primeiro da classe dos oficiais-generais cujo distintivo eram duas estrelas. Corresponde ao actual Major-General.

O outro episódio “gralhal” aconteceu num texto em que o autor contava as peripécias das suas aulas na Escola Regimental da sua Companhia, aquartelada numa zona em que havia muitos macacos. Os ditos invadiam a sala de aula e faziam mil tropelias, desestabilizando o ambiente: alguns até se “*empoleiravam no quadro*”. Ora, em vez de “*empoleiravam*”, saiu “*penduravam*”! O colaborador fez o reparo, mas

acabou por reconhecer que, para macaco, ficava melhor dito “*penduravam*”. Foi um caso em que uma gralha de dactilografia veio dar um sentido mais apropriado ao modo de estar ou de se locomover do símio, que anda pendurado e não empoleirado de galho em galho! A título de esclarecimento, estávamos numa época (anos 70 e 80) em que a máquina de linotipo, uma grande invenção do século XIX que permitia compor linhas completas de texto em caracteres de chumbo, estava a ser substituída pelas máquinas de offset que convertiam os textos em fitas perfuradas. A partir destas fitas saíam os “linguados” de texto que serviam para a revisão e para a montagem da publicação em planos de quatro páginas ou seus múltiplos. Era tudo muito mais limpo, rápido e de melhor qualidade, mas ainda bem longe das novas tecnologias aplicadas à produção de publicações. Estas permitem, hoje, que o jornal saia da Redacção já paginado e praticamente pronto para ser passado à máquina de impressão.

Num dos próximos números falaremos do ELO e da evolução que sofreu na sua produção e apresentação gráfica.

## COLUNA DO ZANGÃO

Por Vitor Sengo

## Tomamos a Vila depois de um Intenso Bombardeamento

A criança loura  
Jaz no meio da rua.  
Tem as tripas de fora  
E por uma corda sua  
Um comboio que ignora.

A cara está um feixe  
De sangue e de nada.  
Luz um pequeno peixe  
Dos que boiam nas banheiras.  
À beira da estrada.

Cai sobre a estrada o escuro.  
Longe, ainda uma luz doura  
A criação do futuro...  
E o da criança loura?

Fernando Pessoa (13/06/1888 - 30/11/1935), in "Cancioneiro"

## A Humanidade

A Humanidade está cada vez mais desumanizada; a ambição é a rainha tresloucada que se movimenta em todas as direcções. O respeito pelo semelhante? É ficção.

E depois emergem os que deveriam ter comportamentos dignos, mas, torna-se difícil tal postura, pois estão corroídos pelas ambições insaciáveis.

E esses ambiciosos estão em "luta" para saberem quem é o pior.

Nesta batalha o "boss all", que parece levar uma vantagem bastante significativa e confortável, tem que ser muito previdente, pois qualquer desatenção pode fazer oscilar o fiel da balança, o que se afigura como uma hipótese com forte probabilidade de ameaçar o concorrente, pois é um ser que é capaz de se disfarçar de menino de escola e aproveitar todas as possibilidades de anular o seu concorrente, nem que tenha de usar calções e bata escolar. Vivemos tempos de angústia, de decepções, de embustes e traições. O ser humano tem pouco ou nenhum valor, a não ser que humildemente se submeta à vontade dos mais fortes e fanfarrões.

Aos que estoicamente teimam em resistir e não dobrar a cerviz aos poderosos sem escrúpulos que, como diz o Povo, "têm mais olhos que barriga", aos insaciáveis, aos sem escrúpulos, temos que dizer NÃO.

O globo terrestre a todos pertence, "é a nossa casa".

Porquê destruí-la?

Lembrem-se que, no meio da tempestade, muitos podem ser engolidos.

HAJA SOLIDARIEDADE ENTRE A HUMANIDADE  
QUE NINGUÉM SE AUTOPROCLAME MAIS QUE NINGUÉM

Afinal de contas, inevitavelmente, mais cedo ou mais tarde, todos iremos parar ao desconhecido.



PLANO DE AÇÃO  
PARA APOIO AOS  
DEFICIENTES MILITARES

## Linha de Atendimento dos Deficientes Militares

Contacte-nos pela Linha de Atendimento dos Deficientes Militares (LADM)

- 800 100 103, a funcionar entre as 09H00 e as 18H00 dos dias úteis

## DELEGAÇÕES CONTACTOS

## Açores

Rua Ernesto do Canto, N.º 20  
Apartado 309 - São Miguel - 9500 Ponta Delgada  
secretaria.acores@adfa.org.pt  
296 282 221

## Bragança

B.F.F. Habitação, Bloco H, N.º 20, R/C Dto.  
Mãe d'Água 5300-163 Bragança  
secretaria.braganca@adfa.org.pt  
273 322 412

## Castelo Branco

Quintal de S. Marcos, N.º 19, R/C  
6000-146 Castelo Branco  
secretaria.castelobranco@adfa.org.pt  
272 341 201

## Coimbra

Av. Fernão de Magalhães, N.º 429 A, 6º F  
3000-177 Coimbra  
secretaria.coimbra@adfa.org.pt  
239 814 644 / 917 770 241

## Évora

Rua dos Penedos, N.º 10 C  
7000-712 Évora  
secretaria.evora@adfa.org.pt  
266 703 473

## Famalicão

Estação Rodoviária - Loja 7  
Alameda Dr. Francisco Sá Carneiro  
4760-038 Vila Nova de Famalicão  
secretaria.famalicao@adfa.org.pt  
252 322 848 / 252 376 323 / 919 594 527

## Faro

Praça da Alfarrobeira, N.º 4 A  
8000-503 Faro  
secretaria.faro@adfa.org.pt  
289 828 515

## Lisboa

Avenida Padre Cruz - Edifício ADFA  
1600-560 Lisboa  
direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com  
217 512 615

## Madeira

Rua Velha da Ajuda, N.º 50  
9000-115 Funchal  
secretaria.madeira@adfa.org.pt  
291 765 171

## Porto

Rua Pedro Hispano, N.º 1105  
4250-368 Porto  
info.porto@adfa.org.pt  
228 347 200

## Setúbal

Rua Almeida Garrett, N.º 70  
2900-211 Setúbal  
secretaria.setubal@adfa.org.pt  
265 229 750

## Viseu

Praceta ADFA - Emp. Magnólias  
Lote 4 R/C Q - Bairro da Balsa  
3510-009 Viseu  
secretaria.viseu@adfa.org.pt  
232 416 034

Esta informação pode ser consultada no site institucional da ADFA, em [www.adfa-portugal.com](http://www.adfa-portugal.com)



## Porto

### Pensões degradadas dos deficientes militares “em serviço”

Este artigo foi publicado no Jornal ELO, na edição de Setembro de 2020, sendo um texto dos que, ao longo dos anos, têm marcado a posição a favor dos deficientes “em Serviço”.

No Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, além de não terem sido clarificados e regulamentados alguns dos seus conceitos, foi objecto de uma interpretação restritiva, excluindo uma grande parte dos deficientes militares do Serviço Militar Obrigatório que, lealmente, cumpriu o seu dever nas frentes de guerra e nas acções de natureza e apoio operacional. Uns já eram, e outros passaram a ser, abrangidos pelo Estatuto da Aposentação Pública. Para este universo de deficientes militares em serviço, da aplicação deste diploma advieram efeitos gravosos, alguns já ultrapassados e outros penalizadores, que se perpetuam no tempo.

As pensões de invalidez destes deficientes militares, com incapacidades compreendidas entre 0 e 60%, são calculadas nos termos do artigo 127.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro (Estatuto da Aposentação Pública).

A reparação material devida a estes deficientes militares em serviço sofre de um processo corrosivo de degradação, com origem fundamentalmente nos seguintes factores: aplicação da fórmula de cálculo prevista para a fixação das pensões e a não diferenciação da deficiência.

Com efeito:

1 - O “tempo de serviço” é um factor preponderante no cálculo destas pensões, revelando-se penalizador para os deficientes militares do Serviço Militar Obrigatório pelo facto do cumprimento do seu dever militar se ter reduzido a curtos períodos de tempo, comparativamente com o tempo de serviço prestado pelos “servidores” do Estado.

2 - A aplicação da fórmula de cálculo prevista no DL 498/72, 9DEZ, a estes deficientes deu origem a pensões de invalidez de montantes reduzidos, as quais são anualmente actualizadas através de uma Portaria, de forma a garantir uma pensão de invalidez mínima.

Outro efeito é a não diferenciação da deficiência, uma vez que os montantes das pensões de invalidez não diferem no seu valor, de acordo com o grau de incapacidade de cada um.

A atribuição a estes deficientes militares do Abono Suplementar de Invalidez, calculado em função do grau de desvalorização, será a melhor forma de criar diferenciação.

Além desta medida, impõe-se a abertura do prazo para que, a todo o tempo, possam requerer juntas médicas por agravamento.

A avaliação da incapacidade resultante de acidentes/doenças é, numa primeira fase, da responsabilidade das Juntas Hospitalares de Inspecção/Juntas Médicas Únicas e, posteriormente, das Juntas Médicas da Caixa Geral de Aposentações.

No caso dos deficientes militares qualificados como deficientes das Forças Armadas ao abrigo do DL 43/76, de 20JAN, a incapacidade considerada para efeitos de cálculo da pensão é da estrita competência das Juntas Médicas Militares, limitando-se a Caixa Geral de Aposentações a fixar o seu montante.

Porém, no caso dos deficientes militares abrangidos pelo DL 498/72, de 9DEZ (Estatuto da Aposentação Pública), a decisão da Junta Médica que prevalece é a da Caixa Geral de Aposentações, que muitas vezes

menospreza as desvalorizações atribuídas pelas Juntas Médicas Militares, obstando a que alguns deles sejam qualificados como Grandes Deficientes das Forças Armadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 314/90, de 14 de Outubro, e, conseqüentemente, lhes veda o acesso a outras prestações.

Os deficientes militares foram e são assistidos, tratados e reabilitados pelas estruturas de saúde militar, com médicos especializados nas várias áreas da saúde, conhecedores das patologias adquiridas em teatro de guerra. Estes profissionais são os que se encontram em melhores condições para avaliar as sequelas, em detrimento das decisões das equipas que compõem as Juntas Médicas da Caixa Geral de Aposentações, que se limitam a emitir decisões.

As pensões dos deficientes militares em serviço abrangidos pelo Estatuto da Aposentação Pública passam por um processo corrosivo de degradação, que urge reconhecer e reparar.

As desigualdades criadas pelas divergências de decisões médicas e da aplicação no tempo da legislação são igualmente aspectos que não podem deixar de ser tomados em consideração.

O “edifício legislativo” referente ao reconhecimento e reparação dos deficientes militares, cujo pilar principal é o DL 43/76, de 20JAN, para a consolidação nos alicerces dos princípios e valores da reabilitação e da reintegração social, carece de “acabamento” com a tomada de medidas justas para que o Estado salde a dívida que tem para com o universo de deficientes militares.

A Direcção da Delegação do Porto

### Reunião dos associados em Abril

A Delegação do Porto informa os associados de que a habitual reunião de sócios, em Abril, se realiza no dia 11, com início às 14h30, nas instalações da Delegação, e que nesse Sábado haverá almoço, com marcação prévia.

### Assembleia-Geral Nacional

A Assembleia-Geral Nacional realiza-se no próximo dia 18 de Abril, Sábado, com início às 13h30, no Auditório *Marquês Sá da Bandeira*, na Academia Militar da Amadora.

Os associados interessados que pretendam participar nesta reunião magna terão oportunidade de se inscreverem no Serviço de Atendimento da Delegação, estando a viagem condicionada ao número de associados inscritos.

### Comemoração do 25 de Abril

A Delegação do Porto, à semelhança dos anos anteriores, vai organizar as Comemorações do 25 de Abril, com o programa que será divulgado aos associados.

Assim, a Direcção da Delegação do Porto apela aos associados para que solicitem informações juntos dos Serviços.

### Produtos de apoio e ajudas técnicas

Continuam a ser muitas as reclamações dos associados que usam produtos de apoio e ajudas técnicas para melhorar a sua saúde e, conseqüentemente, a sua qualidade de vida. Alguns desses foram prescritos em 2025 e estão a causar danos na mobilidade dos deficientes militares.

A Direcção da Delegação salienta que “as reclamações são muitas e estão a causar mal-estar, pelo que é urgente que as Entidades resolvam rapidamente esta situação, porque quem espera, desespera”.

A Delegação do Porto tem uma lista com reclamações por satisfazer e a aguardar resposta, o que fragiliza a mobilidade dos associados e o seu próprio processo de envelhecimento. A Direcção da Delegação agradece aos associados que, estando nesta situação, contactem os serviços para reportar o seu caso, especialmente após o fornecimento dos produtos de apoio ou ajudas técnicas.

### Regularização das quotas

A regularização das quotas é fundamental para a sustentabilidade financeira da Delegação. Por isso, os associados devem regularizá-las, evitando atrasos desnecessários. Os associados com dificuldades económicas poderão solicitar a isenção de todo ou parte das quotas à Direcção de Delegação, por escrito, por telefone ou pessoalmente, no Serviço de Apoio Social.

### Informações úteis

#### Serviços associativos

Os Serviços Associativos funcionam no Centro Associativo e Social – Edifício do “Palacete-Cor-de-Rosa”, com entrada pela Rua Pedro Hispano.

#### Serviço de Apoio ao Associado

Nos dias úteis, das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h30. No primeiro Sábado de cada mês, das 10h00 às 16h00. Contactos: 228 347 201/912 567 812/[atendimento.porto@adfa.org.pt](mailto:atendimento.porto@adfa.org.pt)

#### Serviço de Apoio Jurídico

Nos dias úteis, das 15h00 às 17h30, mediante agendamento telefónico prévio. Contactos: 228 347 201/912 567 812/[gabjuri.porto@adfa.org.pt](mailto:gabjuri.porto@adfa.org.pt)

#### Serviço de Apoio Social

Segundas, Quartas e Sextas-feiras, das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h00. Contactos: 228 347 207/[servas.porto@adfa.org.pt](mailto:servas.porto@adfa.org.pt)

#### Restaurante Social

Serviço de refeições económicas, todos os dias úteis, das 12h00 às 14h00. Contacto: 228 347 206

#### Cafetaria-Bar

Dias úteis e Sábados, das 14h00 às 17h00. Contacto: 228 347 205

#### Departamento de Apoio Integrado Secretariado

Contactos: 228 347 202/912 567 546/[secretariado.dai@adfa.org.pt](mailto:secretariado.dai@adfa.org.pt)

#### Serviço de Apoio Médico, Psicológico e Social

Consultas de Medicina Geral e Familiar, Psiquiatria, Psicologia Clínica e Nutrição.

#### Centro de Actividades e Capacitação para a Inclusão

Funciona no âmbito de um Protocolo com o Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social. Actividades: Hidroginástica/Hidroterapia; Expressão e Dimensão Plástica; Movimento e Funcionalidade; Educação para a Saúde e Cidadania; Capacitação Digital; Expressão Psicomotora; Ritmos e Sons; e Dinâmicas de Grupo.

A Direcção da Delegação

## Lisboa

### Tarde de Fados

A Delegação de Lisboa, realizou no dia 21 de Março, Sábado, um almoço-convívio associativo, que se seguiu de uma tarde de Fados, na Sede Nacional, em Lisboa, com a presença de associados, familiares, convidados e amigos da ADFA.

“A Delegação de Lisboa agradece a presença dos fadistas, dos trabalhadores e da equipa do Restaurante Pastelaria Rainha Santa”, destacou o presidente da Direcção da Delegação, Francisco Janeiro, que se congratulou pela participação de tantos associados, familiares e amigos. Os participantes e os organizadores consideraram que foi um evento “verdadeiramente especial, cheio de emoção e tradição, emergiu aquele sentimento único que só o Fado consegue representar”.

Com a casa cheia, o evento cultural trouxe os sons musicais das guitarras e das violas, acompanhando as vozes dos fadistas.

Abrilantaram esta tarde mágica, com “interpretações inesquecíveis”, os fadistas Tânia Silva, Odete Rosa, José Moreira e Moisés Canita, que também encantou na guitarra portuguesa, acompanhados por João Ricardo, na viola de fado.

Mais fotografias e vídeos deste evento associativo, gastronómico e cultural podem ser visitados em <https://www.facebook.com/restauranterainhasanta>.

Delegação de Lisboa, com informações do Restaurante Pastelaria Rainha Santa



A magia do Fado ecoou na Sede Nacional, na primeira tarde da Primavera

### Reunião com associados



A reunião contou com a participação de cerca de 60 associados

Realizou-se, no passado dia 19 de Março, o já habitual encontro mensal com os associados da Delegação de Lisboa, no Auditório Jorge Maurício, na Sede Nacional, em Lisboa.

Participaram nesta reunião mensal mais de 60 associados, contando este encontro associativo com a presença do presidente da Direcção Nacional, António Pereira Neves, que prestou alguns esclarecimentos sobre as iniciativas que a DN tem vindo a realizar e sobre os resultados obtidos, apelando para o trabalho associativo conjunto.

“Constata-se, mais uma vez, a preocupação geral com o desinteresse e abandono a que os deficientes militares estão a ser votados e com o aumento das situações mais críticas”, realçou Henrique Mendonça, presidente da MAGD, que também destacou “a importância da proposta de petição já aprovada na última Assembleia-Geral da Delegação”.

### Reunião mensal de associados

A Delegação de Lisboa está a organizar a próxima reunião mensal com os associados, a realizar no dia 15 de Abril, Quarta-Feira, pelas 14h00, no Auditório Jorge Maurício, na Sede Nacional, em Lisboa.

Neste encontro de debate associativo vão estar em análise os assuntos: informações de interesse associativo e sobre a próxima Assembleia-Geral Nacional Ordinária (AGNO), em 18 de Abril, no Auditório da Academia Militar, na Amadora.

“Comparece e participa, porque só com a participação de todos é que poderemos alcançar o muito que há para concretizar. Uma ADFA irreverente será sempre menos esquecida”, realça o presidente da Direcção Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro.

### Exposição “A memória dos pássaros que não voam”

A Delegação de Lisboa está a organizar, no próximo dia 30 de Abril, Quinta-feira, uma visita ao Centro de Artes e Criatividade (CAC) de Torres Vedras, no âmbito da Exposição Colectiva “A memória dos pássaros que não voam”.

“A iniciativa dará especial destaque à obra do artista plástico Márcio Carvalho, desenvolvida a partir de entrevistas realizadas a mulheres de deficientes militares das Forças Armadas, conferindo à Exposição uma dimensão humana e reflexiva de particular relevância”, destaca a Direcção da Delegação.

Com curadoria de Jorge Reis, a mostra reúne ainda trabalhos dos artistas plásticos Evgenia Emets e João Henriques.

“A Memória dos Pássaros que Não Voam” integra o projecto de investigação e criação artística “REVELAR Torres Vedras”, inaugurada no dia 21 de Março, e estará patente no CAC até ao dia 21 de Junho, no horário das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00.

Os interessados em visitar a Exposição no próximo dia 30 de Abril deverão efectuar a sua inscrição junto da Delegação de Lisboa, através dos números 217 512 615, 932 323 012 ou do endereço electrónico [direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com](mailto:direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com).

A partida da Sede Nacional, de autocarro, é às 9h00, com regresso previsto entre as 12h30 e as 13h00.

### Descobrir Fátima e Batalha sem barreiras

**Descobrir Fátima e Batalha sem barreiras**  
14 de abril

Projeto cofinanciado pelo INR, I.P.

ADFA 932323012 217512615 [direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com](mailto:direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com)

Instituto Nacional de Reabilitação

Transporte acessível para pessoas que utilizam cadeira de rodas

A Delegação de Lisboa promove, no próximo dia 14 de Abril, uma visita a Fátima e à Batalha, no âmbito do Projecto intitulado “Descobrir Fátima e Batalha sem barreiras”, que é apoiado pelo Programa de Financiamento a Projectos 2026 do Instituto Nacional para a Reabilitação (INR, I.P.).

Este Projecto cofinanciado pelo INR, I.P. garante transporte gratuito para todos os participantes, bem como o acesso às actividades e visitas incluídas no programa. O almoço fica a cargo de cada participante.

As inscrições podem ser efectuadas através dos contactos telefónicos 217 512 615, 932 323 012 ou do endereço electrónico [direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com](mailto:direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com).

A Delegação de Lisboa convida todos os associados, familiares e amigos a juntarem-se a esta iniciativa, que pretende promover a inclusão, a acessibilidade e a participação cultural, proporcionando um dia de convívio e de descoberta em locais de relevante valor histórico e espiritual.

#### Programa da actividade

8h00 - Saída de Lisboa; 9h30 - Pausa para café, na Estação de Serviço de Santarém (instalações acessíveis); 10h00 - Saída da Estação de Serviço de Santarém; 10h40 - Chegada a Fátima; 11h15/11h30 - Capelinha das Aparições: momento de saudação dirigido aos deficientes militares; 11h45/12h30 - Visita guiada ao Centro de Estudos; 12h30 - Saída de Fátima, em direcção à Batalha; 13h30/15h00 - Almoço em restaurante com condições de acessibilidade; 15h15 - Acolhimento no Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota; 15h30 - Visualização do espectáculo multimédia “A Batalha Real”; 16h15 - Regresso a Lisboa; 18h00 (aprox.) - Chegada a Lisboa. “Esta iniciativa reforça o compromisso da ADFA com a promoção da inclusão e da igualdade de oportunidades, proporcionando experiências acessíveis a todos”, realça o presidente da Direcção da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, que informa ainda que, “devido aos constrangimentos provocados pela depressão Kristin, não será possível realizar a visita ao Mosteiro da Batalha, inicialmente programada no Projecto, uma vez que este Monumento Nacional foi fortemente fustigado pelas condições meteorológicas adversas”.

RV



## Lisboa

### Calendário do Clube de Poesia para 2026

O Clube de Poesia reúne-se às Quintas-feiras, das 16h00 às 18h00, e informa sobre as datas dos encontros previstos para o ano de 2026: 8 de Janeiro; 12 de Fevereiro; 12 de Março; 9 de Abril; 7 de Maio; 11 de Junho; 10 de Setembro; 8 de Outubro e 5 de Novembro. A sessão de 12 de Fevereiro terá como poeta convidada Natércia Freire.

### Secretaria da Delegação

A Secretaria da Direcção Delegação de Lisboa está equipada com um sistema eléctrico para enchimento dos pneus das cadeiras de rodas, bastando solicitar-lo aos funcionários. A Delegação de Lisboa disponibiliza um serviço cada vez mais atento às necessidades dos associados.

### Aulas de Yoga

A Delegação de Lisboa informa que estão abertas as inscrições para as Aulas de Yoga, sob a coordenação de Amândio Figueiredo, às Quartas-feiras, das 15h00 às 16h00. Os interessados devem contactar a secretaria da Direcção da Delegação, Isabel Franco, pelos números 217 512 615 e 932 323 012.

### Produtos de apoio

Os associados que estão a aguardar que lhes sejam entregues produtos de apoio, próteses e outros devem contactar a Direcção da Delegação, no sentido de in-

tervir para reduzir a morosidade no atendimento dos seus pedidos.

Os interessados podem contactar o presidente da Direcção da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, pelo telemóvel 919 413 356.

### Actualização dos dados dos associados

Com o objectivo de actualizar os dados dos processos e fichas de associado, solicita-se aos associados que entrem em contacto com a Secretaria da Delegação de Lisboa, pelo número 217 512 630, para que seja possível verificar se a ficha de associado se encontra completa e preenchida correctamente. Este procedimento prende-se com a necessidade de manter todos os dados actualizados, a fim de melhor poder defender os direitos dos associados. A Delegação de Lisboa agradece a colaboração de todos.

### Actividades no Núcleo de Sintra

O Núcleo de Sintra está aberto aos associados, todos os dias, das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00. O responsável pelo Núcleo de Sintra, Anselmo Garvoa, informa sobre as actividades em curso: Pintura - Segundas e Sextas-feiras, das 14h00 às 17h00. Informática - Terças-feiras, das 15h00 às 17h00. Rendas e bordados tapetes de arraiolos - Quartas-feiras, das 10h00 às 13h00. Jogos de cartas e de tabuleiro - Quartas-feiras, das 14h00 às 17h00. Yoga do Riso - Quintas-feiras, das 15h00 às 16h00. Clube de Poesia - Quintas-feiras, das 16h00 às 18h00.

### Pagamento de quotas

A Delegação de Lisboa informa os associados que poderão efectuar o pagamento das suas quotas através de transferência bancária em qualquer caixa multi-banco, através do NIB 0036 0071 9910 0079 848 77. Para que posteriormente seja enviado o respectivo recibo, os associados devem conservar o talão do multibanco que serve de comprovativo de pagamento.

### Contactos úteis

#### Serviço de Apoio ao Associado

Pedro Rodrigues - [secretaria.lisboa@adfa-portugal.com](mailto:secretaria.lisboa@adfa-portugal.com) - 217 512 625/937 534 192  
Sandra Ribeiro - [sandra.ribeiro@adfa-portugal.com](mailto:sandra.ribeiro@adfa-portugal.com) - 217 512 630/934 004 725

#### Serviço de Acção Social/PADM

Ana Machado, assistente social - [servico.social@adfa-portugal.com](mailto:servico.social@adfa-portugal.com) ou [ana.machado@padm.cprg.pt](mailto:ana.machado@padm.cprg.pt) - 217 512 622/917 365 357 - Serviço de Acção Social da Delegação de Lisboa e Plano de Acção para Apoio aos Deficientes Militares (PADM) - Pólo Lisboa - Todos os concelhos do distrito de Lisboa, países africanos de língua oficial portuguesa e outros países.

#### Direcção da Delegação

Francisco Janeiro, presidente da Direcção da Delegação - 919 413 356  
Isabel Franco - [direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com](mailto:direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com) - 217 512 615/932 323 012

A Direcção da Delegação

## Bragança

### AGD aprova Contas de 2025

Reuniu, em Assembleia- Geral Ordinária, a Delegação de Bragança, no dia 1 de Março, nas instalações da Sede da Delegação, para cumprir o que estatutariamente estava agendado: discutir, analisar e aprovar o Relatório de Actividades e as Contas referentes ao ano de 2025. A reunião magna da Delegação contou com a presença de cerca de 30 associados, que, mesmo com a agravante do tempo, que estava muito frio e chuvoso, se deslocaram à Associação. “É de louvar o esforço e dedicação dos nossos associados”, referiu o presidente da Delegação, Domingos Seca.

Os Órgãos Sociais, nas pessoas do presidente da Delegação, Domingos Seca, e do tesoureiro Francisco Fernandes, explanaram as actividades realizadas no ano de 2025 e a situação financeira. Ouviu-se o Parecer do Conselho Fiscal e, seguidamente, procedeu-se à discussão das Actividades e Contas constantes do Relatório Operacional de 2025, ouvindo a opinião de vários associados. Seguiu-se a votação, de que resultou a aprovação por unanimidade.

O presidente da MAGD, Nuno de Sá Rodrigues, pronunciou-se sobre a actividade da Delegação, que, “apesar de estar a trabalhar com menos associados, continua a funcionar e não está parada”, e mostrou-se solidário com todos os associados, reforçando que

“não se pode fechar a Delegação e temos de encontrar soluções para continuar a dar apoio, no dia-a-dia, aos deficientes militares e respectivas famílias”.

Os Órgãos Sociais da Delegação

## Évora

### O ELO corrige

Por lapso, na preparação da última edição do ELO, não foi incluída nesta Secção a notícia da Delegação de Évora relativa ao período de férias do funcionário, que agora publicamos, quanto mais não seja, para justificação perante os associados sobre o encerramento temporário daquelas instalações. Pelo erro inadvertidamente sucedido, a Equipa de Redacção apresenta sinceras desculpas à Delegação de Évora e ao seu funcionário J. Eleutério.

### Encerramento para férias

A Delegação de Évora informa que a Secretaria da Delegação vai estar encerrada, por motivo de férias do funcionário, no período de 6 a 10 de Abril próximo. No caso de alguma necessidade urgente, os interessados podem contactar Augusto Barreto, pelo número de telemóvel 967 649 799.

A Direcção da Delegação

## Coimbra

### Passeio à Extremadura

A Delegação de Coimbra está a organizar uma viagem de dois dias à Extremadura, Espanha, entre 23 e 24 de Maio de 2026. A visita inclui passagem por Mérida, Cáceres, Trujillo, Guadalupe e Badajoz.

No primeiro dia, saída, em autocarro de turismo, em direcção à Extremadura. Pela manhã, visita a Mérida, cidade com uma herança histórico-cultural de peso, localizada nas margens do Rio Guadiana e que tem como destaque o seu Teatro Romano, uma obra verdadeiramente monumental que, após o seu restauro voltou a ter a sua função original, acolhendo desde 1933 o Festival Internacional de Teatro Clássico de Mérida. Após a chegada e acomodação no hotel, é servido o almoço. Pela tarde, visita a Cáceres, cidade monumental declarada Património Mundial da Humanidade pela Unesco, em 1986, onde se destaca o centro histórico, que inclui uma mistura de arquitectura gótica e renascentista, com ruas medievais calçadas, casas fortificadas e palácios. Após o regresso ao hotel, jantar e pernoita.

No segundo dia, após o pequeno-almoço, visita a Trujillo, povoação que está assente sobre uma grande massa de granito e conserva vestígios pré-históricos e pré-romanos, destacando-se a sua monumental Plaza Mayor, vigiada pela escultura de Francisco Pizarro,

o conquistador do Perú. Pela tarde, visita a Guadalupe, uma típica vila serrana, com um centro histórico povoado de ruas empedradas, casas de arquitectura tradicional e monumentos de grande valor, como o Real Mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe. Saída em direcção a Badajoz, para visita e regresso a casa. O preço, de 220,00 euros por pessoa, inclui: autocarro de turismo, guia acompanhante, seguro de viagem, pensão completa, bebidas incluídas (água e vinho) e viagem de comboio turístico em Mérida. O preço não inclui entrada nos monumentos, suplemento de quarto individual, de 35,00 euros por pessoa/noite, extras de carácter pessoal e taxas hoteleiras. Os interessados podem inscrever-se junto dos Serviços da Delegação de Coimbra. O pagamento deve ser efectuado até 30 de Abril.

## 52.º Aniversário da Delegação de Coimbra

No próximo dia 27 de Junho, Sábado, a Delegação de Coimbra vai realizar o almoço de comemoração do seu 52.º aniversário, no Restaurante “Os Patinhos”, na Ladeira dos Caiados, Carapinheira. As coordenadas GPS são: 40°11’37.6” N 8°39’30.7”W. A Direcção da Delegação de Coimbra convida todos os associados, familiares e amigos a estarem presentes neste convívio associativo de unidade e coesão, “*demonstrando mais uma vez o espírito participativo e solidário para possamos todos em conjunto passar um dia muito feliz*”. O programa prevê, pelas 12h00, a recepção aos convidados, associados, familiares e amigos, seguindo-se o almoço, pelas 12h30. As inscrições podem ser efectuadas através dos contactos telefónicos da Delegação, até ao dia 22 de Junho: 917 770 241 ou 239 814 644. Oportunamente, a Delegação de Coimbra divulgará informação relativamente aos valores por pessoa.

## Falecimento de associados

A Direcção da Delegação de Coimbra pede aos familiares dos associados da Delegação de Coimbra para que, quando ocorra o falecimento de um associado, o participem à Delegação, informando sobre as exéquias fúnebres, com referência ao local e à hora, para que a ADFA possa estar presente e prestar-lhe a devida homenagem.

*A Direcção da Delegação*

## Castelo Branco e Setúbal

### Funcionamento das Delegações

A Direcção Nacional informa sobre as datas de abertura das instalações da ADFA em Castelo Branco e em Setúbal, com referência às próximas semanas:

#### Castelo Branco

Quando os associados receberem esta edição do ELO, já terá ocorrido a primeira abertura do mês de Abril, anunciada na última edição. As instalações da Delegação abrem, no mês de Abril, a 6 e a 20, e também no dia 4 de Maio.

#### Setúbal

Pretendendo incentivar a presença dos associados de Setúbal, nos dias da abertura das instalações da Delegação, os Serviços da Sede Nacional, representados por António Cardoso, continuarão a assegurar o atendi-

mento, como de costume, todas as manhãs das Quartas-feiras, resolvendo as questões que lhes vêm sendo apresentadas, fazendo a cobrança de quotas e tratando dos cartões e de outros assuntos, conforme tem vindo a ser solicitado.

As instalações da Delegação de Setúbal prosseguem, a partir das 9h15, durante o mês de Abril, nos dias 1, 8, 15, 22 e 29, e no próximo dia 6 de Maio.

Com votos de uma Páscoa Feliz, a Direcção Nacional espera a presença dos associados na Assembleia-Geral Nacional Ordinária, para a aprovação do Relatório Operacional e a Execução Orçamental do exercício de 2025, no dia 18 de Abril, no Auditório da Academia Militar da Amadora.

*A Direcção Nacional*

## Famalicão

### Informações e contactos

A Direcção da Delegação de Famalicão informa os associados de que a Delegação funciona de Segunda a Sexta-feira, das 9h30 às 12h00.

A localização do parque de estacionamento foi alterada, pelo que estão disponíveis três lugares no lado nascente, junto à saída dos autocarros, mantendo-se o sistema de cartão de estacionamento.

A Direcção da Delegação alerta os associados que as informações sobre quaisquer actividades da Delegação serão publicadas unicamente no ELO e no Facebook, tais como as Convocatórias para as Assembleias-Gerais ou outras.

Os números telefónicos de contacto da Delegação são: 252 322 848 e 252 376 323. Os interessados também podem contactar os serviços pelo número 919 594 527.

### Pagamento de quotas

A Direcção de Famalicão apela ao pagamento de quotas, que poderá ser efectuado presencialmente, na Sede da Delegação, ou através de cheque ou por transferência bancária para o IBAN PT50 0010 0000 3956 2500 0018 1, conta do BPI.

O valor das quotas para o ano de 2026 continua a ser de 84,00 euros (ou seja, 7,00 euros mensais).

Em caso de transferência bancária, a Delegação agradece o envio de comprovativo de pagamento para o endereço electrónico [secretaria.famalicao@adfa.org.pt](mailto:secretaria.famalicao@adfa.org.pt) ou por informação telefónica.

### Alerta aos associados

A Direcção da Delegação alerta os associados para que, sempre que se dirijam a um Hospital ou outra entidade com acordo com a ADM, solicitem previamente um Orçamento ou Informação sobre os custos de cada acto médico.

### Serviços clínicos

Na Delegação existe o Serviço Clínico, todas as Sextas-feiras à tarde, com início às 14h00.

As marcações das consultas podem ser feitas para o endereço electrónico ou telefone da Delegação. As consultas são de Medicina Geral e Familiar, com o médico Ricardo Lemos.

A Delegação apela a todos os associados e familiares que usufruam deste serviço, para que, sempre que possível, dêem continuidade a este serviço clínico na Delegação.

## Validade de cartões

A Delegação realça a importância da verificação da validade dos cartões ADM do seu agregado familiar e também dos cartões de DFA, PPI, GDFA e GDSSEN. A solicitação de renovação dos mesmos deve ocorrer com, pelo menos, três meses de antecedência.

A Delegação realça que a renovação deve ser efectuada após contacto prévio com os serviços da Delegação, para informação sobre quais os documentos necessários para esse processo.

A Direcção da Delegação informa que, caso receba uma carta do IASFA a solicitar o envio de documentos (em geral tem 30 dias para responder), deve contactar rapidamente a Delegação.

*A Direcção da Delegação*

## Faro

### Almoço-convívio de Aniversário

A Direcção da Delegação de Faro anuncia que vai realizar o seu tradicional almoço-convívio de Aniversário, no próximo dia 9 de Maio, pelas 12h30, no Restaurante *Austrália*, em Vale da Venda, Faro.

“*Contamos com a presença dos nossos associados e familiares neste evento e pedimos que façam a marcação para o número de telefone 289 828 515*”, destaca a Direcção da Delegação.

### Actualização de quotas

Os associados podem pagar as suas quotas na Sede da Delegação ou por transferência bancária, para o seguinte IBAN: PT50 0035 0303 0004 0507 23050.

Para qualquer esclarecimento, os interessados devem contactar a Delegação pelo telefone 289 828 515.

*A Direcção da Delegação*

## Viseu

### Assembleia-Geral da Delegação

Como sempre, a Assembleia começou com um minuto de silêncio, em homenagem aos associados e companheiros de luta, militares deficientes das Forças Armadas falecidos. Seguidamente, foi lida a Acta pelo secretário da MAGD, que foi aprovada por todos. Tomou a palavra o presidente da Mesa, que teceu algumas considerações, dando depois a palavra ao presidente da Direcção para que apresentasse o Relatório de Actividades e Contas e, no final da sua apresentação à Assembleia, foram explicadas, quer as Contas quer as Actividades, verificando-se que, em relação ao Orçamento apresentado, as Contas estavam de acordo com as normas desta Delegação, equilibradas, o que foi notado por todos, incluindo no Parecer do Conselho Fiscal, que foi lido pelo presidente e reflecte precisamente que, face ao orçamentado, a gestão de meios, quer no recebimento de quotas, despesas com obras no prédio da Delegação de Viseu e outros, as Contas estão saudáveis, sendo por isso aprovadas por unanimidade.

No que se refere às pretensões de todos, foi debatido pela Assembleia os problemas dos furriéis, dos deficientes em serviço, das viúvas, do DL 134/97, da saú-



de e da renovação de cartões, em especial das viúvas que, como foi referido, “*algumas vezes, para renovar um cartão, é preciso digitalizar 95 documentos, o que se acha uma anormalidade*”, recebendo, muitas, pensões de baixo valor, cerca de 115,00 euros mensais, descontando para o IASFA, pelo valor do Salário Mínimo Nacional.

Foi também questionado: “*Se antes, com o marido deficiente em serviço, nada descontava, porque não o atingia e por isso estava isento, porque é que quanto menos as viúvas têm mais lhes descontam?*”

Analisado o caso dos furriéis, mais uma vez se achou este caso se resolverá com a aplicação do DL 134/97, 31MAI, a todos os militares deficientes das Forças Armadas, como deve ser requerido ao Ministério da Defesa Nacional.

No debate de ideias surgiu a questão dos acidentes em zona de campanha, na Guerra Colonial, na preparação e no apoio à guerra, referindo-se que todos estes casos têm que ser considerados em campanha. Em relação à atualização das pensões, como o refere o Tribunal de Contas, todas as pensões deverão ser atualizadas pelo Salário Mínimo Nacional e não por outro modelo qualquer como o Governo está a fazer indevidamente, porque está a ir contra a lei, ou seja, contra o DL 43/76, 20JAN.

Depois de algumas informações sobre os projectos da Associação, o Conselho de Executivos, o Conselho Nacional e Assembleia-Geral Nacional, terminou a reunião, ficando bem vincado que “*de todas as propostas apresentadas ao Governo fosse banido tudo que diga respeito a pensões sociais, uma vez que todos os militares deficientes das Forças Armadas prestaram um serviço à Pátria, 24 horas por dia, durante os anos que estiveram no cumprimento do Serviço Militar Obrigatório, na preparação para a guerra, na manutenção da ordem pública e no apoio à guerra e na própria guerra, sempre com risco da própria vida*”.

## Dia do RI 14 Viseu

Na comemoração do Dia da Unidade do RI14, em Viseu, foi realizado um conjunto de acções, sendo de notar a Corrida Solidária dos Viriatos, no dia 15 de Março, com partida do Campo de Viriato e a terminar no RI 14. Da comemoração também fez parte a missa alusiva ao acto, no dia 17, na Igreja dos Terceiros, presidida por D. Sérgio Manuel Ribeiro, bispo das Forças Armadas e de Segurança. Nesse mesmo dia, a Banda do Exército realizou um magnífico espetáculo, na Aula Magna do Instituto Superior Politécnico de Viseu, estando também patente, na Praça da República, uma exposição de meios militares que deu a conhecer várias viaturas *Pandur* e armamento e equipamento ao serviço do Exército, permitindo conhecer de perto alguns dos recursos utilizados pelas Forças Armadas nas diferentes missões, em diversas partes do globo, para onde são chamados para apoio e manutenção da paz.

As cerimónias terminaram no dia 19 de Março, Dia da Unidade, com as devidas cerimónias e desfile militar na parada do RI 14, sendo presididas pelo tenente-general Rui Ferreira, comandante das Forças Terrestres, alta entidade que, em unísono com o comandante do RI14, coronel Dias Afonso, destacaram os 184 anos do Regimento de Infantaria 14 pelo excelente serviço prestado a Viseu e a Portugal.

## Conselho de Executivos

Como se sabe, o Conselho de Executivos tem por missão analisar, propor e executar o que se entende por bem para a ADFa e seus associados. Dele fazem parte os presidentes das Delegações, a Direcção Nacional e o presidente da Mesa da Assembleia-Geral Nacional. Assim, o Conselho de Executivos reúne, mas nada pode aprovar, porque não tem autoridade para isso; apenas serve para aconselhar a Direcção Nacional como deve, da melhor forma, levar as propostas de análises ao Conselho Nacional da ADFa, que, esse Órgão, sim, tem poderes para decidir e dizer à Direcção Nacional qual o melhor caminho a seguir para ultrapassar os obstáculos legislativos e processos que, volvidos todos estes anos depois do grito da liberdade do 25 de Abril de 1974, teimam em não se resolver.

A Direcção actual conta com pessoas experientes para fazer o Governo cumprir já, antes que todos nós partamos para “*a ilha dos pés juntos, para dormir o sono dos justos*”, e que assim tudo fique “*resolvido pela via biológica*”. Todos os membros da família militar deficiente das Forças Armadas têm direito a ver os seus justos problemas resolvidos, porque cumpriram com o seu dever de cidadãos quando eram jovens e o Estado os chamou a cumprir o Serviço Militar Obrigatório, em tempo de guerra e ao serviço do País, com risco da própria vida, ficando deficientes e a sofrer para toda a vida. É justo que a Direcção Nacional faça já o Governo resolver estes casos que se arrastam há longos anos, sem que para isso seja necessário fazer outra greve de fome, iniciativa que em tempos deu os seus frutos, como aconteceu no final do ano de 2008, para fazer o Governo cumprir com o direito à saúde para toda a família deficiente militar das Forças Armadas.

Os projectos e mais projectos para a Associação têm que ser bem pensados para a ADFa e seus associados e não para terceiros, que nada têm que ver conosco. Temos o projecto legislativo para completar, que se quer urgente. Penso que para aqui o Grupo de Trabalho sobre o legado da ADFa, esse sim, pode muito bem analisar e pronunciar-se sobre o que é melhor para o presente, futuro e do que é melhor para a Associação, num futuro que é hoje e quanto a isto não podem existir dúvidas, como às que estamos a assistir, em relação ao Projecto IRA, que está a criar divisões dentro da Associação e da própria Delegação que o criou, no nosso entender, a última publicação no Jor-

nal ELO de associados dessa Delegação teria sido a mais apropriada ao serviço da ADFa e seus associados. Acredito no saber e força da Direcção Nacional para não se deixar levar por secretários de Estado, ministros e governantes que não foram à Guerra Colonial e que, por isso, não sabem o inferno que lá vivemos. Esses governantes devem, sim, é passar das palavras aos actos e resolver e aprovar todas as propostas legislativas apresentadas pela ADFa. Em primeiro lugar, não descurando todos os combatentes, estão os deficientes militares das Forças Armadas, que para serem deficientes também foram combatentes de Portugal. Não esquecer o momento que estamos a viver, em relação aos quadros da ADFa, a nível nacional, que, se não forem tomadas medidas, também urgentes, qualquer dia não temos Órgãos para governar a Associação, por isso se aconselha, urgente, a marcação de uma Assembleia-Geral para uma revisão dos Estatutos, para adequá-los ao tempo actual e futuro da ADFa.

## Tempo de férias

A Delegação de Viseu informa que, no próximo mês de Agosto, do dia 10 até ao dia 28, as instalações da Sede da Delegação encontram-se encerradas para férias.

No mês de Dezembro, a Delegação estará encerrada do dia 21 até ao dia 30.

Para qualquer assunto urgente, os interessados podem contactar os números 919 356 741 ou 917 366 082.

## Regularização de quotas

A Delegação da ADFa de Viseu incentiva os seus associados a terem as quotas em dia para poder continuar a trabalhar por melhores condições de vida para todos os associados, deficientes de guerra e seus familiares.

Os associados podem efectuar o pagamento das suas quotas através de cheque; vale postal, directamente nos serviços da Delegação, ou por transferência bancária para o IBAN PT5000 4531 80400 34119 63803. O valor das quotas é o mesmo do ano anterior, ou seja, 84,00 euros por ano.

## Serviços associativos

Os Serviços da Delegação de Viseu funcionam de Segunda a Sexta-feira, das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 16h30, até à preparação e digitalização dos processos e registo informático.

Os contactos podem ser efectuados para os números 232 416 034, 919 356 741 ou 917 366 082, ou através do endereço electrónico [secretaria.viseu@adfa.org.pt](mailto:secretaria.viseu@adfa.org.pt).

A Direcção da Delegação



Mantenha as suas  
quotas em dia

[WWW.ADFA-PORTUGAL.COM/](http://WWW.ADFA-PORTUGAL.COM/)

# Portugal a subir para o Espaço

Por António Capela Gordo

**A** Anacom concedeu à *ATMOS Space Cargo* a primeira licença comercial de reentrada e recuperação de uma cápsula orbital, reutilizável, em espaço português, que neste caso é a ilha de Santa Maria, nos Açores. A licença autoriza a reentrada do veículo *Phoenix 2.1*, com data de lançamento previsto para o segundo semestre de 2026. Esta cápsula permite investigar em microgravidade, testar materiais como semicondutores ou cristalização de proteínas em órbita. Já tem sete missões contratadas, uma para este ano e duas para 2027 e pretende que o regresso de todas estas missões seja feito na ilha de Santa Maria. Para isso, pretende obter uma única licença para todas as missões deste tipo de cápsulas, aliás como está a acontecer com os foguetes lançadores. Por enquanto, só vai ter licenças para o regresso da cápsula, pois o lançamento ficará para mais tarde. Além dos Açores, as outras opções para a reentrada na atmosfera e aterragem são a Austrália, o Brasil e os Estados Unidos, locais bem mais complicados sob o aspecto logístico, para as empresas europeias. O lançamento da primeira cápsula foi feito pela *SpaceX*, nos EUA, e os próximos lançamentos ainda vão ser feitos naquele local, até que os Açores possam ser alternativa. Isto por uma questão geográfica (os clientes estão na Europa) e por motivos de segurança, pois a chegada é feita no mar, afastada de áreas povoadas. Não é só o problema da reentrada e recuperação da cápsula por barco, mas também a devolução das cargas úteis aos clientes para entrega das amostras biológicas ao laboratório com alguma urgência.

A questão dos foguetes lançadores está a ser tratada com a empresa sul coreana *Innospace*, que, no final deste ano, fará o seu primeiro lançamento, a partir dos Açores. A legislação está a ser desenvolvida com o nosso Governo, de modo a que em 2027 haja lançadores comerciais em Santa Maria.

A *ATMOS Space Cargo* é uma empresa franco-alemã que constrói pequenas naves espaciais recuperáveis e reutilizáveis e sistemas logísticos de retorno, tornando os voos espaciais uma infraestrutura circular. Estas naves espaciais, tipo *Phoenix*, permitem um acesso rotineiro à órbita terrestre baixa, com missões orbitais autónomas, reentradas na atmosfera controlada e recuperação rápida da carga útil, em ciclos programados.

As obras para a construção do *Space Hub* dos Açores irão começar no início do segundo semestre, com um investimento de 15 milhões de euros da Agência Espacial Europeia, pois este foi o local escolhido para a aterragem do *Space Rider* – veículo orbital europeu – assim como ponto de retorno de outras missões espaciais europeias. Este *Space Hub* tem três sectores principais: a zona de aterragem, um centro tecnológico e um outro edifício dedicado às operações, onde estão as antenas que permitem monitorizar as actividades dos veículos espaciais.

Em paralelo e independente do *Space Hub* dos Açores, a Força Aérea Portuguesa (FAP) está a desenvolver uma outra base espacial, junto ao aeroporto de Santa Maria, para utilização dupla – Defesa e comercial – financiada pelo PRR, que irá permitir o lançamento e fabrico (no futuro) de satélites. Esta nova base espacial irá funcionar de forma indepen-

dente da outra, mas compatível com ambientes militares e civis, garantindo os requisitos da Agência Espacial Europeia. Isto irá levar à criação de postos de trabalho especializado, fundamentais para a Defesa Nacional nas missões de busca e salvamento e monitorização de toda a costa marítima.

O ano passado, a FAP adquiriu a uma empresa finlandesa – *ICEYE* – em parceria com várias outras entidades, um satélite de radar de abertura sintética (SAR), que foi integrado na Constelação Atlântico (projecto de Portugal e Espanha que no futuro irá conter 16 satélites portugueses) como primeiro satélite SAR, de observação óptica, com imagens de alta e muito alta resolução. Aquele satélite permitirá observar e monitorizar o nosso planeta a partir do espaço, para observação das florestas, vigilância marítima das zonas costeiras, gestão de catástrofes naturais e apoio a operações de busca e salvamento, sendo operado pela FAP em tempo real. O contrato, então assinado, ainda vai permitir àquela empresa finlandesa dar formação aos técnicos da FAP para obter competências para a produção nacional daqueles satélites.

O novo veículo espacial que está a ser desenvolvido na União Europeia – *Space Rider* – tem o vôo inaugural previsto para o início de 2028, com lançamento a partir do Porto Espacial da Guiana Francesa e regresso à ilha de Santa Maria. É um veículo orbital reutilizável, não tripulado, concebido para missões de curta duração em órbita baixa para experiências em microgravidade, demonstrações tecnológicas e eventual colocação de pequenos satélites, regressando depois à Terra.



## RAINHA SANTA

### RESTAURANTE & SNACKBAR

**ALMOÇOS**  
- MENUS (PRATO E BEBIDA)

**EVENTOS**  
ENTRE 30 A 120 PESSOAS

- BATIZADOS
- JANTARES DE GRUPO
- FESTAS DE ANIVERSÁRIO
- JANTARES DE NATAL
- JANTARES DE EMPRESAS
- CELEBRAÇÕES DIVERSAS

**HORÁRIO:** DAS 8H-18H  
**EM DIA DE JANTARES:** 19H-01H  
(POSSIBILIDADE DE ESTENDER O HORÁRIO)

**PARQUE PRIVATIVO** P

📍 Av. Padre Cruz, 1600-443 Lisboa  
Edifício da ADFA

☎ 932 033 680  
963 633 484

✉ [restauranterainhasantal Lisboa@gmail.com](mailto:restauranterainhasantal Lisboa@gmail.com)

f @restauranterainhasanta

@ @restaurantesbar.RS





PLANO DE AÇÃO  
PARA APOIO AOS  
DEFICIENTES MILITARES

## Contactos dos Técnicos

ÁREA GEOGRÁFICA	TÉCNICO/A
<b>Distrito de Bragança</b> Todos os concelhos <b>Distrito de Vila Real</b> Todos os concelhos <b>Distrito de Viana do Castelo</b> Todos os concelhos <b>Distrito de Braga</b> Todos os concelhos <b>Distrito de Viseu</b> Todos os concelhos <b>Distrito da Guarda</b> Todos os concelhos <b>Distrito do Porto</b> Concelhos de Penafiel, Paredes, Valongo, Paços de Ferreira, Lousada, Maia e Gondomar	<p><b>Carina Pinto</b> T. 925 604 523 carina.pinto@padm.crpq.pt</p> <p><b>Polo Porto</b></p>
<b>Distrito do Porto</b> Concelhos do Porto, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Trofa, Santo Tirso, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Marco de Canaveses, Amarante, Felgueiras e Baião <b>Distrito Aveiro</b> Todos os concelhos	<p><b>Vera Silva</b> T. 960 076 911 vera.silva@padm.crpq.pt</p> <p><b>Polo Porto</b></p>
<b>Distrito de Coimbra</b> Todos os concelhos <b>Distrito de Leiria</b> Todos os concelhos <b>Distrito da Castelo Branco</b> Todos os concelhos <b>Distrito de Santarém</b> Todos os concelhos	<p><b>Norberto Simões</b> T. 960 076 902 norberto.simoes@padm.crpq.pt</p> <p><b>Polo Coimbra</b></p>
<b>Distrito de Lisboa</b> Todos os concelhos <b>Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e outros países</b>	<p><b>Ana Machado</b> T. 917 365 357 ana.machado@padm.crpq.pt</p> <p><b>Polo Lisboa</b></p>
<b>Distrito de Setúbal</b> Todos os concelhos <b>Distrito de Portalegre</b> Todos os concelhos <b>Distrito de Évora</b> Todos os concelhos <b>Distrito de Beja</b> Todos os concelhos <b>Distrito de Faro</b> Todos os concelhos	<p><b>Andreia Caeiro</b> T. 925 574 012 andrea.caeiro@padm.crpq.pt</p> <p><b>Polo Alentejo/Algarve</b></p>
<b>Região Autónoma da Madeira</b>	<p><b>Tânia Gonçalves</b> T. 968 581 300 tania.camacho.goncalves@padm.crpq.pt</p> <p><b>Polo da Madeira</b></p>
<b>Região Autónoma dos Açores</b>	<p><b>Maria Botelho</b> T. 960 076 876 maria.botelho@padm.crpq.pt</p> <p><b>Polo dos Açores</b></p>

## Estatuto Editorial do ELO

- O jornal ELO, criado em 23 de novembro de 1974, é o órgão de informação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), a sua proprietária, e é gerido pela Direção Nacional (DN).
- Como órgão institucional deve respeitar os Estatutos da ADFA, designadamente no que respeita ao estipulado no seu Artigo 1.º, e demais diretivas dos seus Órgãos Nacionais eleitos. Como órgão de informação deve respeitar os princípios deontológicos da Imprensa e a ética profissional do Jornalismo.
- O ELO privilegia, na sua temática, as questões relacionadas com os deficientes das Forças Armadas, no sentido da promoção da sua dignificação como cidadãos com direitos e deveres, sendo elemento ativo na defesa dos seus direitos e da sua qualidade de vida.
- O ELO deve ser, também, veículo de toda a problemática dos deficientes portugueses, promovendo a defesa dos seus direitos e divulgando as iniciativas das suas organizações representativas.
- O ELO poderá incluir temas gerais de carácter informativo, cultural e recreativo.
- O ELO deve estar permanentemente atento ao que se passa na ADFA e deve ser um colaborador privilegiado dos Órgãos Nacionais, das Delegações e dos Núcleos na divulgação da imagem e dignificação da Associação, junto dos órgãos do Estado e das autarquias, da Instituição Militar, das organizações internacionais de vítimas e de veteranos de guerra, das organizações de deficientes militares dos PALOP, das associações portuguesas de militares e de antigos combatentes, das organizações de e para deficientes e da opinião pública em geral.
- O ELO deve prestar uma atenção muito especial às bases da ADFA, reservando parte importante do seu espaço para a divulgação das notícias e eventos das Delegações e para dar voz aos associados quer publicando as suas cartas, quer indo ao seu encontro para colher os seus testemunhos a publicar em forma de entrevista.
- Fazendo os deficientes militares parte da “Família Militar”, o ELO, em colaboração com a Direção Nacional, deve manter os associados informados sobre a Instituição Militar, em especial nos assuntos de interesse comum.
- Na seleção do material a publicar, o ELO deve ter presentes princípios de isenção e pluralismo, devendo a colocação dos textos nas páginas, as ilustrações e outros elementos obedecer a critérios baseados na efetiva importância de cada texto ou foto e não nas convicções ou interesses particulares dos seus autores ou de quem seleciona ou pagina.
- Em cada edição o ELO deve fazer a distinção do que é material noticioso e do que é opinião. As notícias devem ser objetivas e cingir-se à narração e análise dos factos; as opiniões devem ser assinadas por quem as defende e obedecer aos princípios do presente estatuto.
- O ELO deve estar atento à evolução das novas tecnologias da informação e procurar estar atualizado na sua utilização.

## Contributo para melhoria das pensões dos Deficientes em Serviço

Segundo informação da nossa Direcção Nacional, o nosso Caderno Reivindicativo já foi apresentado a todos os Órgãos de Soberania, ministro da Defesa, secretário da Defesa, Assembleia da República e outras entidades.

Mas, lembro que há vários anos que falamos das nossas reivindicações na Delegação de Lisboa e nas Assembleias-Gerais e que, até à data de hoje, os Deficientes em Serviço ainda não viram melhorada a sua situação económica e continuam com pensões de 250,00 ou 300,00 euros mensais. Acredito que com esta Direcção se consiga alguma coisa.

Lembro também que a Direcção Nacional tem de insistir com o Governo, como fazem todos dirigentes, até que haja uma resposta sobre a atribuição de, no mínimo, o Indexante dos Apoios Sociais aos Deficientes em Serviço, 537,13 euros, em 2026. Deixar só lá cópia do nosso Caderno Reivindicativo, está visto que não resolve nada. A nossa Direcção Nacional, que é composta só por DFA, deve ter empenho para resolver e ajudar a melhorar as reformas muito baixas que os Deficientes em Ser-

viço recebem. Acho que não devia ser preciso que a nossa Direcção Nacional fosse composta só por Deficientes em Serviço. O que interessa é que sejam competentes na resolução das reivindicações de todos os associados.

Acho também que nem sequer havia de haver Deficientes em Serviço, mas sim todos Deficientes em Campanha, uma vez que todos se deficientaram na Guerra ou no apoio à Guerra.

Os Deficientes em Serviço, este ano e nos anteriores, levaram um aumento que quase nem chega para pagar a quota à nossa Associação. O que não está bem é os Deficientes em Serviço receberem tão pouco, e para isso é que insistimos para a nossa Direcção Nacional tudo fazer para melhorar as pensões dos Deficientes em Serviço.

E porque é que é que os Deficientes em Serviço têm de descontar 3,5 % sobre o ordenado mínimo para as suas esposas terem direito à saúde? Acho que deviam descontar sobre o que recebem e não do triplo que não ganham.

*Manuel Maria Gonçalves, associado 16.190*

## Os DFA e a sua Pensão Extraordinária

Caros Camaradas, permitam-me roubar um pouco do vosso tempo.

Entendo que o assunto é grave e, como tal, preciso que todos, mas todos, os camaradas que lerem este texto façam as suas contas e verifiquem se o valor da sua Pensão Extraordinária está correcto... O valor da minha não está! Estou situado no nível 13 da Tabela Remuneratória Única, o que representa um vencimento base de 1.341,25€.

Como sabem, o valor total da reforma extraordinária é alcançado somando as seguintes parcelas:

Vencimento Base + SC Militar Fixo (400,00€) + SC Militar 20% do Valor Base (1341,25€ x 20%) + IAS (no meu caso, 30% = 238,14€), ou seja, Valor Bruto = 1341,25€ + 400,00€ + 20% x 1341,25€ + 238,14€ = 2.248,64€.

Já temos todos os dados... Agora, é somá-los:

Valor Bruto da Pensão = 1341,25€ + 400,00€ + 238,14€ + 238,14€ = 2.248,64€.

No meu caso, pagaram, de pensão bruta, 2.227,04€.

Estranhei a diferença de 21,60€ (tenho valores maio-

res) e entrei na página da CGA Directa na internet e pedi a Folha de Vencimentos.

Diz assim - Prestações: DFA 2.227,04€; Deduções: IASFA -ADMA (Titular) 3,5% 70,33€.

Em Fevereiro, a associada pagava IASFA-ADM 3,5%; em Março, está IASFA - ADM-M.A. 12.64€. Qual a percentagem deste valor sobre a pensão bruta?

O que é normal ver-se numa Folha de Vencimentos não existe, nada diz sobre a Remuneração Base Mensal. O mesmo sobre os Valores do SC Militar e muito menos do IAS.

Mas, voltando ao Valor da Remuneração Mensal:

Será que a CGA tem uma Tabela de Referência diferente da Tabela Remuneratória única na qual estão definidos os níveis e os valores de todas as remunerações dos funcionários públicos?

Não esqueçamos que, desde 2009, as remunerações militares foram englobadas nesta Tabela Remuneratória Única.

Façam as vossas contas e digam de vossa Justiça.

*Mário Vicente Cornélio, associado n.º 14.981*

## Comunicado dos Órgãos Sociais da Delegação do Porto

Os Órgãos Sociais da Delegação do Porto tomaram conhecimento do artigo ADFA Porto – Uma oportunidade perdida..., publicado no ELO n.º 581, e, a este respeito apraz-lhes dizer o seguinte:

### 1. O Valor do Respeito: Focar no Que nos Une

No seio de uma Instituição com a história e o prestígio da ADFA, a força do colectivo sempre foi o nosso maior trunfo. No entanto, o debate de ideias — natural e saudável em qualquer Associação — por vezes desvia-se para provocações pessoais que em nada dignificam a nossa causa comum.

### 1. A Diferença entre Debate e Provocação

A divergência de opiniões é o motor da evolução. Contudo, quando o argumento dá lugar à provocação, perde-se a razão. Responder a investidas menos construtivas com a mesma moeda apenas gera ruído. A melhor resposta é a objectividade e o foco nos factos e nos direitos que todos defendemos.

### 2. O Compromisso com a Dignidade

Como Associados, partilhamos um percurso de resiliência. Provocações pontuais entre pares não devem obscurecer o respeito mútuo que a nossa condição de deficientes das Forças Armadas e cidadãos exige. Manter a postura não é sinal de fraqueza, mas sim de maturidade institucional.

### 3. Olhar para a Frente

O nosso objectivo deve ser sempre o bem-estar dos Associados e a eficácia da ADFA perante os desafios sociais e políticos. Perder energia em questiúnculas laterais é retirar força à nossa voz colectiva.

### Nota Final

Que a nossa energia seja gasta a construir soluções e a reforçar a solidariedade, deixando de lado o que divide para priorizar o que nos fortalece. Porto, 19 de Março de 2026

*A Mesa da Assembleia Geral da Delegação  
A Direcção da Delegação  
O Conselho Fiscal da Delegação*

## ELO de ligação

Escrevam e partilhem no ELO os vossos pensamentos, histórias e recordações.

A publicação nesta secção depende do respeito pelo Estatuto Editorial do ELO, das quotas regularizadas e do tamanho dos textos (até mil caracteres ou meia página A4, com letra Times New Roman em tamanho 12), para que possam ser incluídos na íntegra.

Os conteúdos e opiniões nesta secção são da estrita responsabilidade dos autores e não vinculam a ADFA, o ELO ou os Órgãos Sociais Nacionais.



# Mudança de estação acompanhada pela Páscoa

**H**á poucas semanas entramos naquela que será provavelmente a estação mais contrastante: deixámos uma estação nublada, com longos períodos de chuva e luz reduzida, para uma estação florida, com cores cintilantes, coloridas e perfumadas e com mais horas de luz natural. Adicionalmente, esta estação ainda nos presenteia com uma das celebrações anuais mais importantes – a Páscoa. Todo este ambiente nos leva a abraçar a tradição de reunião familiar cercada dos tão inevitáveis como saborosos doces de Páscoa. Folar, amêndoas de açúcar e de chocolate, pão-de-ló, ovos de chocolate, doces regionais portugueses convidam-nos a sentar à mesa a degustá-los. Embora estes alimentos façam parte da celebração e o controlo de ingestão possa parecer um desafio, é possível desfrutar da Páscoa sem comprometer o equilíbrio alimentar. A chave está na moderação, na consciência das escolhas e na manutenção de alguns hábitos saudáveis.

Não é necessário eliminar aqueles alimentos – tal poderia até levar a frustração – é preferível **optar por porções moderadas**. Por exemplo, escolher um pequeno ovo de chocolate ou algumas amêndoas pode ser suficiente para satisfazer a vontade. Sempre que possível, opte por chocolate com maior teor de cacau e redução de açúcar sobretudo se tiver necessidade de gerir o peso. Outro ponto importante é **não saltar refeições para compensar os doces**. Comer menos ao longo do dia, para comer doces à vontade habitualmente não dá bom resultado porque pode levar a episódios de fome intensa e a um consumo exagerado. Outra estratégia passa por **manter as refeições principais** – pequeno-almoço, almoço e jantar – **completas e equilibradas** para ajudar a controlar o apetite e a evitar excessos. Durante as refeições de Páscoa, que



muitas vezes incluem pratos tradicionais mais ricos em gordura, uma boa estratégia é **começar pela sopa de legumes e hortaliças, repetindo-os no prato**. Os hortícolas aumentam a sensação de saciedade e, por isso, controlam a ingestão. Além disso, é aconselhável prestar atenção ao tamanho das porções e comer devagar, permitindo que o organismo reconheça os sinais de saciedade. A hidratação também é frequentemente esquecida durante períodos festivos. Beber água ao longo do dia ajuda a regular o apetite e a evitar confundir sede com fome. Se houver consumo de bebidas alcoólicas, é importante fazê-lo com muita moderação e alternar com água. A Páscoa pode ainda ser uma oportunidade para reforçar hábitos saudáveis, em família, através de caminhadas ao ar livre, o que, **já agora**, ajuda também a equilibrar o apetite. É importante lembrar que uma alimentação saudável

não depende de um único dia ou refeição, mas sim do padrão alimentar ao longo do tempo. Aproveitar os alimentos típicos da Páscoa com prazer e consciência, sem culpa e sem exageros, permite manter o equilíbrio entre saúde e tradição. Assim, com pequenas estratégias, que incluam – controlar porções, manter refeições equilibradas, hidratar-se adequadamente e manter-se activo – **é possível viver a Páscoa de forma saudável, desfrutando das tradições sem comprometer o bem-estar**.

Boa Páscoa!

Se desejar partilhar a sua opinião sobre o tema, envie uma mensagem de correio electrónico para [secretaria.porto@adfa.org.pt](mailto:secretaria.porto@adfa.org.pt).

*Ângela Henriques, nutricionista da Delegação do Porto*

**adfacar**

## UM SERVIÇO AO SEU SERVIÇO

Se pretende comprar automóvel dirija-se à ADFACAR que trata de todos os procedimentos para obtenção de automóvel com isenção.

A ADFACAR também trata de vendas sem isenção.

**Pense e compare preços antes de comprar.**

**Venha conhecer o que a ADFACar tem para si.**

MERCEDES | AUDI | SKODA | VOLKSWAGEN | FORD |  
CITROËN | BMW | HONDA | TOYOTA | OPEL | PEUGEOT | FIAT

+Info: Alberto Pinto

Tel.: 217 512 640/621 | 217 512 600 | Tlm.: 916 186 540 |  
[alberto.pinto@adfa-portugal.com](mailto:alberto.pinto@adfa-portugal.com)

9H ÀS 12H30 E DAS 14H ÀS 18H

# Hospital da Cruz Vermelha com acordo parcial com a ADM

Esta informação sublinha o que já foi divulgado pela Direcção Nacional na edição do ELO n.º 578 (Nov/Dez 2025).

Nessa altura, o ELO alertou os associados de que, por extinção dos Acordos que as ligavam ao IASFA/ADM, uma série de estruturas de saúde privadas, como os hospitais e clínicas da CUF ou do grupo LUZ Saúde, tinham deixado de prestar, com gratuidade, ao abrigo da Portaria n.º 1034/2009, de 11 de Setembro, a todos os deficientes militares, os apoios médicos e ou técnicos, como consultas, tratamentos e cirurgias. O Hospital da Cruz Vermelha vinha continuando a conceder tal direito, previsto na lei.

Por Acordo celebrado há mais de 15 anos, entre aquela estrutura de saúde militar e a Cruz Vermelha Portuguesa, os deficientes militar podiam utilizar todos os tipos de apoios de saúde, sem o pagamento de quaisquer importâncias, pois essas prestações de cuidados eram comparticipadas na totalidade pelo IASFA/ADM.

Porém, também a Cruz Vermelha Portuguesa denunciou aquele Acordo, e alguns associados têm sido confrontados com o facto de ser obrigados a pagar a totalidade dos serviços clínicos, cirúrgicos ou terapêuticos realizados.

A relação entre o Hospital da Cruz Vermelha e o IASFA/ADM, passou a concretizar-se em duas modalidades:

- Nalgumas daquelas valências, como simples prestadora de cuidados de saúde a deficientes militares, dentro do chamado regime livre;
- Noutras vertentes, debaixo do regime convencionado, com o pagamento, na totalidade, dos custos das prestações de tais cuidados, enquadráveis no regime das comparticipações a que obriga a aludida PRT 1034/2009.

A DN recomenda prudência cautelara e redobrada, pois sempre que uma clínica ou hospital impõe o avanço do depósito de uma caução, isso quer dizer que, dentro do regime livre, vai cobrar a totalidade das prestações a utilizar, de cujo pagamento total há que solicitar a comparticipação ao IASFA/ADM, que devolve uma parte, quase sempre diminuta, em relação ao montante despendido.

A DN lembra que “*não é por isso e mero acaso que o IASFA/ADM se recusa por sistema a participar tais adiantamentos*”.

O Hospital da Cruz Vermelha, segundo informação da própria estrutura da ADM, mantém a prática dos

dois regimes antes referenciados, com algumas competências de saúde que faculta aos deficientes militares, abrangidas na globalidade por aquela Portaria. A DN recomenda que, em todos os prestadores particulares de cuidados de saúde (Hospital da Cruz Vermelha incluído), há que, preventiva e antecipadamente, em relação à intervenção clínica a realizar, confirmar que a estrutura privada de saúde pela qual pretenderia optar-se, os médicos, técnicos ou serviços hospitalares escolhidos, estão incluídos no sistema de comparticipações previstas na mencionada PRT 1034/2009, suportadas pela ADM, de forma singular (profissional de saúde a profissional de saúde), ou mesmo generalizada, pois, assim não fazendo, existe o risco de ter de saldar valores que podem alcançar muitos milhares de euros.

A DN recomenda atenção no recurso a cuidados prestados fora das normais estruturas militares ou do Serviço Nacional de Saúde. Há que saber previamente, pelo telefone, se os actos médicos, terapêuticos ou de diagnóstico pretendidos estão cobertos pelo IASFA/ADM e, em caso negativo, é fulcral pedir a esses prestadores privados um orçamento pela prestação a realizar.

A Direcção Nacional

# INR passa a designar-se IDiPD

No âmbito da reforma do Estado e da modernização da Administração Pública, o Decreto-Lei n.º 60/2026, de 24 de Fevereiro, procedeu à reestruturação do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P. (INR), que passa a designar-se Instituto para os Direitos das Pessoas com Deficiência, I.

P. (IDiPD), integrando também as competências da Estrutura de Missão para a Promoção das Acessibilidades (EMPA).

Como foi anunciado oficialmente, “*esta alteração visa reforçar a promoção dos direitos das pessoas com deficiência, garantindo uma actuação mais eficaz e uma melhor articulação com os restantes serviços*”.



da Administração Pública, através de uma abordagem integrada nas áreas da inclusão, acessibilidade e participação cívica”. Todas as referências ao INR e à EMPA, constantes de diplomas legais e regulamentares, actos, contratos e outros instrumentos normativos, consideram-se, assim, feitas ao IDiPD.

RV

# Audiência na Casa Militar do Presidente da República

Solicitada pela ADFA, teve lugar, no dia 19 de Março, uma audiência com o chefe da Casa Militar do Presidente da República, tenente-general Pedro Emanuel Maia Pereira.

A Delegação da ADFA era composta pelo presidente da Direcção Nacional, António Pereira Neves, acompanhado pelo tesoureiro e pelo secretário da DN, Cândido Patuleia Mendes e José Carlos Pavoeiro, e pelo relator do Conselho Fiscal Nacional, António Garcia Miranda, assessorados pela colaboradora Sara Santos.

Após ter assistido à cerimónia de Tomada de Posse do novo Chefe do Estado, no Parlamento, onde cum-

primentou pessoalmente António José Seguro, a Associação havia enviado dois ofícios à Presidência da República, com apresentação de cumprimentos ao Presidente da República e com o pedido de audiência ao seu chefe da Casa Militar.

O novo chefe da Casa Militar do Presidente da República foi vice-chefe do Estado-Maior do Exército até Dezembro de 2025 e, ao longo da carreira, desempenhou funções em diversas unidades e órgãos do Exército, no Estado-Maior-General das Forças Armadas, no Ministério da Defesa Nacional e no estrangeiro.



RV O tenente-general Maia Pereira é o novo chefe da Casa Militar do PR

# ADFA na Tomada de Posse de António José Seguro como XXI Presidente da República

Tomada de Posse do Presidente da República | © Arquivo Fotográfico da Assembleia da República, 2026



O novo Chefe do Estado jura a Constituição e é saudado pelos representantes da ADFA

**A** ADFA esteve representada pelo presidente e secretário da Direcção Nacional, António Pereira Neves e José Carlos Pavoeiro, na Cerimónia de Tomada de Posse do Presidente da República, realizada no dia 9 de Março, na Assembleia da República, em Lisboa.

António José Seguro tomou posse como vigésimo primeiro Presidente da República, e prestou juramento, com a mão direita sobre a Constituição da República Portuguesa, seguindo-se a execução do Hino Nacional, com salva de 21 tiros de artilharia.

Após a intervenção do presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, o novo Presidente da República discursou perante o plenário.

Estiveram presentes na Cerimónia altas individualidades estrangeiras, nomeadamente o Rei Filipe VI de Espanha, os Presidentes da República de Angola, João Lourenço; de São Tomé e Príncipe, Carlos Manuel Vila Nova; de Cabo Verde, José Maria das Neves; de Timor-Leste, na sua dupla qualidade de Presidente da CPLP, José Ramos-Horta; e de Moçambique, Daniel Chapo. Após a prestação do juramento solene, nos termos do n.º 3 do artigo 127.º da Constituição da República Portuguesa, tomou posse António José Martins Se-

guro, eleito Presidente da República na sequência das eleições realizadas a 8 de Fevereiro de 2026, nas quais obteve 66,84 % dos votos.

No seu primeiro discurso como novo Presidente da República, António José Seguro dirigiu uma saudação emocionada aos Capitães de Abril, homens de coragem que abriram as portas da esperança a Portugal e devolveram a liberdade ao povo português.

“Hoje, vivemos tempos de mudanças profundas e de ruturas. Desmoronam-se pilares da nossa organização internacional. A força da lei foi substituída pelo poder dos mais fortes. Em demasiadas regiões do Mundo, vive-se um autêntico estado de natureza e ganha corpo a metáfora do filósofo Thomas Hobbes, ‘o homem é o lobo do homem’. A guerra regressou à Europa. As cadeias económicas revelam fragilidades. A competição geopolítica intensifica-se. A paz é hoje mais frágil do que ontem”, afirmou o Presidente, acrescentando que “esta nova realidade exige mais rigor e empenhamento de todos nós”.

Anunciou o compromisso de “enquanto Presidente da República, tudo farei para promover o diálogo e incentivar entendimentos entre os diferentes responsáveis políticos” e de fazer “tudo o que estiver ao meu alcan-

ce para melhorar a qualidade de vida dos portugueses. Empenhar-me-ei para que se consiga garantir aos portugueses o acesso à saúde a tempo e horas”.

Continuou, dizendo que “em breve, convidarei os partidos políticos para iniciarmos trabalhos com o propósito de dotar o País de um compromisso interpartidário para garantir o acesso à saúde, e, de forma sustentada salvaguardar a continuidade do Serviço Nacional de Saúde”.

Esse compromisso terá que ultrapassar os ciclos governativos e contar com o envolvimento de “todos os actores da área da saúde, com metas, políticas, medidas, orçamentos plurianuais e avaliação de resultados”.

“Serei um Presidente próximo das pessoas, que escuta e compreende as suas preocupações. Actuarei sempre com respeito pela Constituição da República. Estarei atento às desigualdades e comprometido com a justiça social e a dignidade humana. Serei exigente com as instituições e com os responsáveis políticos, sempre com o intuito de melhorar a vida dos portugueses. Exercerei o cargo com equilíbrio, diálogo e cooperação leal e profícua com o Governo”, garantiu. Os representantes saudaram pessoalmente o Presidente da República na sessão de cumprimentos às entidades que se seguiu.

## 50 anos da Constituição da República Portuguesa

**A** Constituição da República Portuguesa (CRP) aprovada a 2 de Abril de 1976 constitui um “marco fundador da nossa democracia”, nascido do 25 de Abril de 1974 e da vontade expressa nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1975.

Na impossibilidade, pela proximidade da quadra pascal, de realizar uma Sessão Associativa Evocativa acerca desta importantíssima efeméride, a ADFA participará na Sessão Comemorativa do 50.º Aniversário da Constituição da República Portuguesa, por convite do presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, no dia 2 de Abril, na Sala das Sessões do Parlamento. No âmbito destas co-

memorações também está incluída a apresentação, em 31 de Março, do livro “Constituição da República Portuguesa (1976–2026): 50 anos de Democracia”, que “revisa o processo constituinte e o percurso da Constituição ao longo de cinco décadas”.

A ADFA evoca a CRP de 1976, como “incontornável data histórica que legou a Portugal, com o esforço de uma nova geração de políticos e na sociedade mais aberta de Abril, uma Constituição da República Portuguesa que, desde 2 de Abril de 1976, e com algumas revisões, tem garantido o Estado de direito democrático no qual os portugueses encontram estabilidade e futuro”.

Como a Sede Nacional da ADFA é um espaço vivo e dinâmico, que conta diariamente com a presença de

associados, familiares e amigos, foram organizados núcleos expositivos que dão enquadramento histórico e social a esta celebração evocativa. No Piso 0, no Átrio da Sede, ainda está patente a mostra *Descolonizar Democratizar Desenvolver*, e os quadros que explicam a evolução histórica da CRP, no Piso 1, perto do Auditório Jorge Maurício, está o núcleo dedicado à publicação do DL 43/76, 20 JAN, e, junto ao Bar, no Piso -1, está ainda o conjunto de painéis centrado na Luta da ADFA em 1975. Todos estes centros de divulgação informativa contribuem para que os visitantes possam também conhecer melhor o contexto da CRP de 1976.

RV

# ADFA no Running Challenge - Trail Linhas de Torres 2026



O evento *Running Challenge - Trail Linhas de Torres 2026* realizou-se no dia 21 de Março, entre Torres Vedras e Mafra, com uma participação de mais de 750 atletas, de todas as idades. A ADFA esteve representada pelo presidente e pelo secretário da Direcção Nacional, António Pereira Neves e José Carlos Pavoeiro, tendo também participado várias atletas, na Caminhada de 6Km e na Corrida de 10Km, ambas disputadas em Mafra, com chegada ao Parque Desportivo Municipal *Engenheiro Ministro dos Santos*.

O evento integrou um conjunto de provas desportivas, disputadas nacional e internacionalmente, com o objectivo de divulgar e valorizar o património turístico-militar das Linhas de Torres, assim como apoiar solidariamente a ADFA que, mais uma vez, foi a destinatária exclusiva dos proveitos financeiros.

## Grandes vencedores

Os campeões destacaram-se nos tempos, cortando a meta em triunfo. Na prova dos 50Km, disputada entre o Monumento da Guerra Peninsular, em Torres Vedras, e o Parque Desportivo Municipal de Mafra, os três primeiros foram, nos masculinos: Escola-no Aurélien (França), 37 anos, escalão Veteranos I, com 04:02:53; Allemeersch Nicolas (França), 30 anos, escalão Sêniores, com 04:09:44; e Apupalo Javier (Equador), 28 anos, escalão Sêniores, com 04:13:59. Nos 50Km femininos, as três vencedoras foram: Cláudia Machado (Portugal - Exército), 31 anos, escalão Sêniores, com 05:33:44; Consulelo Velasco (Espanha), 41 anos, escalão Veteranas II, com 05:34:35; e Brenda Segovia (Espanha), 36 anos, escalão Veteranas I, com 05:52:50.

Na prova de 10Km, disputada entre a entrada da Escola das Armas e a meta no Parque Desportivo Municipal de Mafra, os três primeiros classificados foram: João Cardoso, 41 anos, escalão Veteranos II,



FOTO RAFAEL VIGENTE



com 00:44:47; Renato Rodrigues, 26 anos, escalão Séniores, com 00:45:28; e Dinis Lopes, 20 anos, escalão Séniores, com 00:48:17.

Nos 10Km femininos, as três campeãs foram: Sónia Simões, 44 anos, escalão Veteranas II, com 00:58:29; Ana Teixeira, 44 anos, escalão Veteranas II, com 01:00:03; e Aimee, 20 anos, escalão Séniores, com 01:00:28.

### Estafeta Trail 50km

À hora do fecho desta edição, o ELO ainda não havia recebido os resultados e classificações da Estafeta Trail 50Km e das provas que envolveram o Desporto Escolar. A partida da Estafeta Trail 50Km ocorreu no Monumento da Guerra Peninsular, em Torres Vedras, e a chegada no Parque Desportivo Municipal de Mafra, com os seguintes percursos:

- 1.º Percurso (+/- 11 km) - Partida Monumento da Guerra Peninsular e Meta Mugideira;
- 2.º Percurso (+/- 10 km) - Partida Mugideira e Meta Serra do Socorro;
- 3.º Percurso (+/- 14 km) - Partida Serra do Socorro e Meta Vale da Guarda;
- 4.º Percurso (+/- 8 km) - Partida Vale da Guarda e Meta Tapada Militar;
- 5.º Percurso (+/- 8 km) - Partida Tapada Militar e Meta Parque Desportivo Municipal de Mafra.

### Atletas da ADFA

A equipa de atletas da ADFA também participou na prova dos 10Km e na Caminhada de 6Km, ambas disputadas entre a entrada da Escola das Armas e a meta no Parque Desportivo Municipal de Mafra.

Beatriz Santa Clara Gomes, de 22 anos, no escalão Séniores, cruzou a meta com o tempo de 01:08:55. O cansaço e lama eram notórios, como para todos os atletas em prova naquela manhã de chuviscos, mas o sorriso pela missão cumprida era ainda maior. Logo após a chegada, seguiu-se o período de restabelecimento, já junto da “*claque*” da Associação e da reportagem ELO. A atleta, filha do saudoso vice-presidente e antigo presidente José Santa Clara Gomes, exibiu as cores da ADFA e, na troca de equipamento, após a prova, mostrava, também com muito orgulho, a camisola e o símbolo da Força Aérea Portuguesa, Ramo em que serve como militar.

Durante a prova, foi possível ver os militares da Escola das Armas em treinos, entre a vegetação e na lama.

Na Caminhada dos 6Km o grupo da ADFA foi também muito expressivo na sua chegada faseada à meta. O secretário da DN, José Carlos Pavoeiro, desempenhou funções como “*atleta-vassoura*”, que garantiu que ninguém ficava para trás, numa prova divertida e descontraída, que a todos os participantes animou.

Juntaram-se pouco depois à linha de chegada três desportistas que participaram e também representaram a ADFA em família: Vanessa Santos, o marido, Ricardo Braga, e o filho, Rafael Santos. O encontro com o ELO foi animado e caloroso.

Finalizaram a participação da ADFA, no último pelotão a cruzar a meta nesta prova, mas nem por isso menos alegres, as conselheiras nacionais Chiu Arruda e Maria Leonarda Tavares, que posaram para a fotografia com a graça das atletas que percorrem aquela distância com a leveza e a passada dinâmica de quem gosta de conviver no desporto.

### Desporto Escolar

Nas Provas Jovens, com partida e chegada no Parque Desportivo Municipal de Mafra, as mais de duas centenas de atletas do Desporto Escolar disputaram



provas nos escalões de Benjamins A/B - 2017/2015; de Infantis - 2014/2013; de Iniciados - 2012/2011; e de Juvenis/Juniores - 2010/2004, numa animação de tirar o fôlego, mas que é cada vez mais relevante nesta iniciativa desportiva anual, pelo terceiro ano consecutivo de participação neste evento.

### Internacionalização

O evento também integrou o *III Campeonato Nacional Militar de Trail* (individual e por equipas dos 50 km e estafeta por equipas mistas) e o *1st CISM Military Ultra Trail Marathon Challenge 2026* (individual e por País, nos 50 km), realizado sob a égide do Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM), com atletas de seis países participantes: Espanha, França, Reino Unido, Dinamarca, Equador e Emirados Árabes Unidos.

O dia culminou com um jantar de celebração do evento, durante o qual foram entregues as medalhas das provas internacionais de desporto militar.

### Momento inesquecível

Os participantes garantiram a festa, na hora dos vencedores subirem ao pódio, especialmente os mais jovens. As medalhas e prémios foram entregues pelas individualidades presentes no evento, entre as quais o presidente da DN, António Pereira Neves.

Neste evento marcaram presença representantes das Câmaras Municipais de Mafra e Vila Franca de Xira, da Direcção-Geral de Recursos Humanos da Defesa Nacional, da Direcção-Geral de Armamento e Património da Defesa Nacional, do Estado-Maior-General das Forças Armadas, da ADFA, da Associação da Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT), da Desporto Escolar e da Federação Portuguesa de Atletismo, que enalteceram a iniciativa pela sua vertente desportiva, solidária, histórica e de projecção internacional de Portugal.

Para além da sua componente desportiva, o *Running Challenge* promove o desporto escolar, o contacto com a natureza, a cultura e o turismo histórico-militar, sendo ainda uma forma homenagear os que ergueram as Linhas de Torres e os que estiveram na linha da frente em defesa do território português aquando das Invasões Francesas, no início do século XIX.

Durante as chegadas dos últimos atletas em prova, as cozinhas de campanha do Corpo de Fuzileiros e do Exército forneceram uma deliciosa “*ração de combate*”, entre sopa, bifanas e pizzas, que abriram o apetite de todos os presentes.

### Parceria de sucesso

O Ministério da Defesa Nacional, através da Direcção-Geral de Recursos Humanos da Defesa Nacional, em parceria com o Estado-Maior-General das Forças Armadas, a Rota Histórica das Linhas de Torres, a empresa Xistarca e a ADFA, colaboraram para realizar esta actividade desportiva, também ligada ao turismo e ao lazer.

O evento, como em anos anteriores, homenageia todos aqueles que construíram e lutaram no sistema defensivo das Linhas de Torres, património turístico-militar de Portugal, inserido nos concelhos de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Vila Franca de Xira, Bombarral e Lourinhã, concelhos que se envolvem directamente na organização das provas. Como é já tradicional neste evento, no site da Xistarca, organização que garantiu a vertente técnica das provas, é possível conhecer ao pormenor todos os resultados e classificações, através do link <https://xistarca.pt/resultados>.

RV (texto e fotografias)



## DESAFIOS LÓGICOS, MATEMÁTICOS E OUTROS

Por Alberto Casais

**P**orque está relacionado com a questão deste mês, impõe-se que refira um nome da ciência, normalmente associado à “descoberta” da Lei da Gravidade: Isaac Newton. Isaac Newton foi um físico, matemático, astrónomo e teólogo inglês. Nasceu em Woolsthorpe, Inglaterra, em 4 de Janeiro de 1643.

No período escolar, Newton não era considerado um dos melhores alunos da turma (!).

Mais tarde, os seus trabalhos sobre a formulação das três leis do movimento, levaram à lei da gravitação universal; os estudos sobre a composição da luz branca conduziram à moderna física óptica; e, na matemática, lançou os fundamentos do cálculo infinitesimal. É de conhecimento geral que Newton, depois que uma maçã lhe caiu na cabeça, enquanto descansava debaixo de uma árvore (lenda!), se questionou: “*Por que caiu a maçã?*”. Partindo dessa pergunta, chegou à descoberta de uma das mais importantes leis científicas: a Lei da Gravidade. Hoje, a nossa questão está relacionada com o *peso*. Por definição, *peso* é a força com que um corpo é atraído por outro corpo massivo (como a Terra) devido à gravidade.

(Nota: textos selecionados da Internet)

### Oito pérolas e duas pesagens

**Num saco existem oito pérolas iguais em forma, cor e volume, mas diferentes no peso: sete têm peso igual, uma (falsa) tem peso menor.**

**Fazendo só duas pesagens, como determinar qual a pérola falsa?**

*No próximo número do ELO, darei a resposta e apresentarei outra questão.*

### Solução do desafio da edição anterior

#### O Bicho roedor

Ao colocarmos o primeiro volume na prateleira encostado à esquerda, com a lombada para o exterior, a folha 100 fica encostada à prateleira e a folha um, fica, à sua direita, livre. Quando colocamos o volume dois, à direita do volume um, a folha 100 fica encostada à folha um do primeiro volume, e a folha um fica livre. Procedendo de igual modo para todos os volumes, verificamos que a folha 100 se encosta à folha um do volume anterior. Assim sendo, o volume dez encosta a sua folha 100 à folha um do volume nove.

Como o nosso bicho começa a roer a folha um do primeiro volume e vai avançando até à folha 100 do último volume, as folhas roídas são a primeira folha do primeiro volume, passando às folhas dos restantes volumes, terminando na folha 100 do último volume.

Roer, em consequência, a folha um do primeiro volume, mais as 100 folhas dos oito volumes seguintes (igual a  $100 \times 8 = 800$ ) mais a folha 100 do último volume.

Resultado: não contando as capas, bicho roeu 802 folhas!

# Relatório Operacional e Contas 2025

## INTRODUÇÃO

De acordo com o que está estatutariamente definido no artigo 41.º, alínea d), vem a Direcção Nacional (DN) trazer à apreciação e aprovação da Assembleia-Geral Nacional Ordinária (AGNO) o seu Relatório Operacional referente ao ano de 2025, em consonância com o n.º 1 do artigo 27.º dos Estatutos da ADFA.

O ano de 2025 foi atípico para a ADFA, quer a nível interno, quer externo, uma vez que se realizaram eleições intercalares para os Órgãos Sociais Nacionais (OSN) no segundo semestre do ano e, também, a nível nacional se realizaram Eleições Legislativas no primeiro semestre, factos que condicionaram o desenvolvimento de algumas actividades e iniciativas programadas pela DN. Do acto eleitoral intercalar resultou a eleição dos novos OSN, que, em tudo, deram continuidade aos princípios programáticos já apresentados em 2024 aquando das eleições de 26 de Outubro.

Em tais princípios, avolumou-se a necessidade imperiosa de dar voz aos associados, ou a grupos seus, que entendessem debater o futuro da ADFA, tal como se tomou a peito a vontade de, em definitivo, se encontrar a solução mais apropriada, objectiva e pragmática para os processos relacionados com a Quinta das Camélias e com o Projecto do Instituto de Reabilitação ADFA (IRA), no Porto. Este ano foi ainda marcado por uma intensa actividade interinstitucional, reforço da representatividade e consolidação do papel da ADFA enquanto interlocutor incontornável na defesa dos direitos dos Deficientes das Forças Armadas (DFA) e dos deficientes militares, em geral. Num contexto marcado por exigências sociais acrescidas e por desafios estruturais na área da protecção social e da saúde, a Associação manteve uma presença activa, determinada e construtiva junto dos Órgãos de Soberania, das Forças Armadas, das Autarquias, das Organizações da sociedade civil e das Estruturas representativas das pessoas com deficiência.

No plano da representatividade e da defesa de direitos, destacam-se as audiências e reuniões de trabalho realizadas com responsáveis governativos e dirigentes da área da Defesa Nacional, designadamente a audiência com o ministro da Defesa Nacional, Dr. Nuno Melo, ocasião em que lhe foi entregue o “*Caderno Reivindicativo*”, aprovado em Assembleia-Geral Nacional. Foram igualmente relevantes as audiências com o secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional, tenente-general Fernando de Campos Serafino, com o presidente do Conselho Directivo do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), tenente-general Luís António Morgado Baptista, bem como as diversas reuniões técnicas, com o director da Assistência na Doença aos Militares (ADM), capitão-de-mar-e-guerra António Cardoso da Silva, com o director-geral dos Recursos Humanos da Defesa Nacional, major-general Rui Tendeiro, com o director do Hospital das Forças Armadas (HFAR), brigadeiro-general José Monge e com o director do Laboratório Nacional do Medicamento (LNM), coronel farmacêutico João Carmo.

Neste âmbito, é de salientar a audiência tida com a secretária de Estado da Acção Social e da Inclusão, Dra. Clara Marques Mendes, e a visita que este membro do Governo fez à Sede da ADFA.

A DN, esteve ainda presente em alguns eventos e cerimónias para os quais, foi expressamente convidada, nomeadamente pelo Ministério da Defesa Nacional, conforme se indica:

- Assinatura, no âmbito da criação da *Task Force*, ao abrigo do protocolo de colaboração entre o Ministério da Defesa Nacional e a Ordem dos Advogados;
- Tomada de posse do novo ordinário castrense, D. Sérgio Dinis, tal como dos directores-gerais de Recursos Humanos da Defesa Nacional, major-general Rui Tendeiro, e do Armamento e Património, Dr. António José Batista.

A participação na reunião do Grupo de Acompanhamento do Plano de Acção para Apoio aos Deficientes Militares (PADM), no Ministério da Defesa Nacional, constituiu momento particularmente significativo para o acompanhamento das políticas públicas dirigidas aos nossos associados.

Também no domínio legislativo e político-partidário, a ADFA reuniu com grupos parlamentares e recebeu visitas de partidos no âmbito das eleições legislativas, reafirmando a sua postura partidária, mas firmemente empenhada na promoção dos direitos consagrados na lei. De igual forma, a ADFA teve reuniões pontuais com os grupos parlamentares no âmbito da discussão e apresentação do Orçamento de Estado para o ano de 2026, o que motivou por parte dos diferentes deputados a interpelação directa ao Ministro da Defesa Nacional, sobre o financiamento previsto para a causa dos Deficientes das Forças Armadas (DFA), quando este se apresentou em audição no plenário da Assembleia da República (AR).

A dimensão simbólica e institucional da nossa intervenção ficou igualmente expressa na presença em cerimónias oficiais evocativas da memória colectiva e da construção democrática, como as sessões comemorativas do 51.º Aniversário do 25 de Abril de 1974 e o 50.º do 25 de Novembro de 1975, na AR, e na inauguração da exposição “*Haverá Eleições, 1975: As primeiras eleições livres em Portugal*”, na Fundação Calouste Gulbenkian (FCG). A própria ADFA promoveu, na sua Sede Nacional, a exposição “*Democratizar, Descolonizar e Desenvolver*”, reforçando o seu compromisso com a preservação da memória histórica e com os valores de Abril.

No âmbito da cooperação institucional com Entidades da sociedade civil, a ADFA marcou presença em múltiplas iniciativas promovidas por Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e outras Entidades Públicas, consolidando redes de proximidade e colaboração. Assinala-se, entre outras, a participação nas comemorações municipais do 25 de Abril, em cerimónias de homenagem a militares falecidos e em eventos culturais e académicos dedicados às temáticas da guerra, da descolonização e da cidadania.

No domínio das Instituições e Organizações de e para pessoas com deficiência, a ADFA manteve uma participação activa no Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Me-CDPD), integrando reuniões do respectivo Conselho Consultivo e contribuindo para o acompanhamento das políticas públicas nesta matéria. De realçar, a participação da ADFA no Conselho

Consultivo para as Pessoas com Necessidades Específicas, da CP- Comboios de Portugal I.P., do qual é membro permanente e onde se abordam questões relacionadas com a acessibilidade ao transporte ferroviário. Reforçou ainda a ADFA a colaboração com o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR, I.P.), quer ao nível das reuniões regulares com as Organizações Não-Governamentais de Pessoas com Deficiência (ONGPD), quer no âmbito da preparação das comemorações do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência 2025 e da dinamização do Projecto de sensibilização “*Quebrar Barreiras Vivenciando a Deficiência*”.

A cooperação com Associações congéneres e Estruturas representativas de militares constituiu outro eixo fundamental da acção desenvolvida pela nossa Associação. A presença regular em iniciativas promovidas pela Liga dos Combatentes (LC), pela Associação Nacional de Sargentos (ANS), pelo Clube do Sargento da Armada, pelo Clube de Praças da Armada e por outras Associações de Militares, evidenciou a importância de uma actuação articulada na valorização da condição do deficiente das Forças Armadas, do combatente e na defesa dos seus direitos sociais, médicos e honoríficos. A participação nas comemorações do Dia Nacional do Combatente e noutras cerimónias militares reafirmou o respeito pela memória, pelo sacrifício e pelo serviço à Pátria.

No plano internacional, destaca-se a resposta ao convite da *World Veterans Federation* (WVF), para participação na Conferência “*Health and Well-being of Veterans and Former Resistance Fighters*”, realizada em Rabat, Marrocos, sublinhando a inserção da ADFA na rede global de reflexão sobre a saúde e o bem-estar dos veteranos.

A ligação ao meio académico e científico foi igualmente fortalecida através da cooperação com Faculdade de Medicina e de Psicologia da Universidade de Lisboa, com o Instituto Universitário Militar e com investigadores nacionais e estrangeiros, contribuindo a ADFA com testemunhos, entrevistas e apoio a projectos de investigação sobre políticas públicas de protecção social, assistência na doença aos militares e memória histórica.

No plano interno, assinala-se a conclusão do processo de descrição do Arquivo Histórico da ADFA, anteriormente localizado na Quinta das Camélias, e que agora passou a estar acessível ao público através da base de dados do Arquivo da Defesa Nacional (ADN) e do Portal das Instituições de Memória do Ministério da Defesa Nacional, reforçando a transparência e a preservação da memória organizacional.

As Delegações procuraram manter um papel fundamental na proximidade aos associados, desenvolvendo e promovendo eventos de convívio associativo, nomeadamente assinalando as datas de fundação de Delegação e época natalícia, assegurando o atendimento descentralizado, reforçando a coesão interna e o espírito associativo.

Finalmente, a Sessão Solene Comemorativa do 51.º Aniversário da ADFA constituiu um momento alto da vida associativa, celebrando mais de meio século de luta pelos direitos, dignidade e reconhecimento dos deficientes das Forças Armadas.

Em suma, 2025 foi um ano de consolidação institucional, diálogo com os decisores políticos e

reforço de parcerias, reafirmando o compromisso com a inclusão, a justiça social e a memória histórica. A acção desenvolvida traduz a continuidade da missão de defender, representar e dignificar aqueles que, no cumprimento do dever, ficaram marcados pela guerra ao serviço de Portugal. [...]

### Objectivos operacionais

Os objectivos operacionais da ADFA referentes ao ano de 2025 abrangeram um vasto conjunto de áreas, com destaque, em primeiro lugar, para a defesa dos direitos dos deficientes militares e seus familiares. A ADFA também prosseguiu com objectivos operacionais no âmbito social, da Rede Nacional de Apoio (RNA), do fortalecimento das relações interinstitucionais e internacionais.

A definição dos objectivos operacionais teve por base as diferentes áreas funcionais da Associação, encontrando-se estruturados em torno dos eixos consagrados no plano estratégico da DN para o triénio 2025-2027. As principais preocupações da ADFA concentram-se, fundamentalmente, na defesa dos direitos dos deficientes militares, na saúde e do envelhecimento, com ênfase para as dificuldades decorrentes do envelhecimento do universo associativo. No campo legislativo, a ADFA priorizou a defesa e a preservação dos direitos dos deficientes militares. Neste contexto, destacaram-se as acções elencadas nos objectivos [...], nos quais se incluem as questões da saúde.

[...] No âmbito da representatividade e defesa dos direitos, a ADFA desenvolveu intensa acção institucional junto do MDN, com audiências e reuniões de trabalho com o ministro Nuno Melo, com o secretário-geral e a diversos directores-gerais, nas quais se debateram matérias estruturantes como o reconhecimento e qualificação de DFA, o PADM, a ADM e a entrega do *Caderno Reivindicativo* aprovado em AGNO. A ADFA reforçou igualmente o diálogo democrático com vários Grupos Parlamentares na AR e marcou presença em Sessões Solenes Evocativas do 25 de Abril e do 25 de Novembro, bem como em iniciativas sobre memória, descolonização e direitos humanos, incluindo eventos na FCG, afirmando-se como interlocutor credível na definição de políticas públicas para os deficientes militares. [...]

O Arquivo Histórico/Definitivo da ADFA foi integrado no ADN, ao abrigo de um acordo estabelecido, em Junho de 2023, entre a Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (MDN) e a Associação, constituindo um fundo próprio que abrange o período de 1974 a 2020, que se encontrava na Quinta das Camélias, no antigo Quartel da Escola Prática de Administração Militar (EPAM).

Durante o ano de 2025 procedeu-se à inventariação da documentação, processo que permitiu identificar e organizar 34 séries documentais, num total de 521 processos, bem como uma coleção de fotografias em fase de tratamento.

O acervo reúne documentos produzidos desde a fundação da ADFA, incluindo actas, relatórios, correspondência, fotografias do jornal ELO, registos de reuniões, documentação relativa a acções de apoio aos associados, iniciativas de reabilitação e inserção profissional, bem como o material iconográfico relacionado com a intervenção cívica e social da Associação.

Trata-se de um Arquivo de natureza predominantemente administrativa que, pela sua relevância histórica, proporciona uma perspectiva particularmente significativa sobre o movimento associativo em Portugal, do qual a ADFA foi pioneira. De

carácter dinâmico, continuará a ser actualizado e enriquecido através da integração de documentação adicional proveniente do fundo e subfundos da ADFA.

Ao nível das Delegações e da gestão interna, salientam-se as comemorações dos aniversários das Delegações, os convívios e as homenagens aos associados, o reforço do atendimento em Setúbal e em Castelo Branco, a inventariação documental da Delegação de Setúbal e a reorganização dos Serviços, incluindo o reinício pleno da Fisioterapia, através de contrato externo.

Ainda neste contexto, realizaram-se eleições intercalares para o mandato 2025-2027, reuniões regulares dos Órgãos Nacionais, designadamente o Conselho de Executivos (CdE), Conselho Nacional (CN) e AGNO, e medidas de valorização laboral, como a redução do horário semanal para 35 horas. A celebração do 51.º Aniversário da ADFA e diversas iniciativas culturais e evocativas reforçaram a coesão interna, a memória colectiva e a sustentabilidade organizativa da Associação.

No âmbito da cooperação interinstitucional, a Associação fortaleceu a articulação com o IASFA, a ADM, o Hospital das Forças Armadas (HFAR), o LNM e diversas estruturas do MDN, participando em conselhos consultivos e reuniões técnicas. Essa colaboração estendeu-se também às Autarquias nas áreas de abrangência das respectivas Delegações e a Organismos ligados à memória histórica.

A nível internacional, manteve relações informativas com a Federação Mundial de Antigos Combatentes (FMAC)/ *World Veterans Federation* (WVF) e com a ADFA-PM, reforçando a dimensão externa da sua actuação. Relativamente aos PALOP, a ADFA prestou apoio à investigação académica angolana sobre políticas públicas de protecção social a antigos combatentes e deficientes de guerra, reforçando laços de cooperação no espaço lusófono. Na relação com as Associações e Organizações de e para pessoas com deficiência, a ADFA manteve uma intervenção activa junto do INR, I.P., participando em grupos de trabalho, processos legislativos, programas de financiamento e na preparação da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (ENIPD) 2026-2030, bem como nas comemorações do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Articulou-se também com o Comité Paralímpico de Portugal (CPP), a Confederação Nacional de Organizações de Pessoas com Deficiência (CNOD), a Associação Portuguesa de Deficientes (APD) e o Centro de Vida Independente (CVI), participando em congressos, galas, torneios e debates sobre inclusão, desinstitucionalização e direitos humanos, reforçando a visibilidade pública das questões da deficiência em contexto militar.

Ao nível das Organizações e Associações de Militares, a ADFA esteve presente em cerimónias e efemérides, nomeadamente nas iniciativas da LC, Associação de Comandos, Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA), Clube do Sargento da Armada, Sociedade Histórica da Independência de Portugal (SHIP) e outras estruturas, integrando comissões de homenagem nacional aos deficientes militares e combatentes e contribuindo para a preservação da memória histórica, identidade militar e reconhecimento público dos que serviram Portugal.

No âmbito da cooperação com as Escolas e Universidades, a ADFA acolheu visitas de estudo das Faculdades de Medicina e de Psicologia da Univer-

sidade de Lisboa, colaborou com o Instituto Universitário Militar e apoiou projectos científicos e artísticos sobre luto, memória e Guerra Colonial, promovendo a reflexão crítica e a sensibilização das novas gerações para as consequências humanas dos conflitos, em específico da Guerra Colonial. Colaborou ainda em projectos de investigação académica e institucional sobre a governação do subsistema de saúde militar e na adequação das respostas sociais aos antigos combatentes.

No quadro da RNA, em 2025 não se verificaram as condições necessárias para a concretização da acção de promoção e divulgação [...], a qual transita para 2026.

Quanto ao INR, I.P., para além do Programa de Financiamento a Projectos e do Apoio ao Funcionamento, a ADFA integrou conselhos consultivos, *focus groups* e reuniões quadrimestrais com ON-GPD, dinamizou acções de sensibilização como “*Quebrar Barreiras Vivenciando a Deficiência*”, que decorreram em Escolas de Bragança, Mira de Aire e Porto de Mós, e participou em Congressos nas áreas do humanismo, direitos humanos e cidadania, consolidando o seu papel no movimento associativo da deficiência.

No respeitante ao jornal ELO [...] a equipa de Redacção efectuou algumas mudanças no grafismo, não obstante no ano de 2025 não ter sido ainda aprovada a sua proposta de renovação de conteúdos e grafismo do ELO, entregue à DN em Novembro de 2024. [...]

O ELO constitui uma fortíssima ligação com os seus leitores, e em especial com os associados e com todas as Delegações e Núcleos da ADFA. Contribuiu profunda e empenhadamente para a união e coesão na Associação e é um meio de comunicação com a sociedade portuguesa, pois continua a ser enviado, sem interrupções, a todos os Órgãos de Soberania, às Entidades civis, públicas ou privadas e à Instituição Militar.

A equipa do ELO também manteve sob sua responsabilidade a gestão da informação no sítio da ADFA na Internet e os contactos com a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (CCDR LVT) e outras entidades escrutinadoras dos meios da Comunicação Social.

Na conjuntura da ADFA, em 2025, e como nos anos anteriores, não foi possível angariar anunciantes, pois o ELO não dispõe de meios para o processamento de publicidade. Durante o ano de 2025 não foram realizadas quaisquer acções de formação profissional para a equipa de Redacção.

### Recursos humanos

Ao nível da gestão, os recursos humanos da ADFA foram assegurados por associados voluntários, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos, que determina o exercício das funções a título *pro bono*. Verificou-se uma ligeira diminuição do número de voluntários, face a anos anteriores, decorrente sobretudo do envelhecimento dos associados, de problemas de saúde associados à deficiência e de falecimento.

[...] a composição dos Órgãos Sociais Nacionais e locais, que integraram as estruturas consultivas, executivas e fiscalizadoras da ADFA, totalizou 177 voluntários.

Relativamente à estrutura funcional, composta por trabalhadores por conta de outrem e prestadores de serviços, englobou um total de 67 trabalhadores, menos um do que no ano transato [...].



## Balço da Sede em 31 de Dezembro de 2025

VALORES EM EURO

RUBRICAS	DATAS	
	2025	2024
<b>ACTIVO</b>		
<b>Activo não corrente</b>		
Activos fixos tangíveis	2 977 679,61	2 975 211,84
Propriedades de investimento	415 599,57	415 599,57
	<b>3 393 279,18</b>	<b>3 390 811,41</b>
<b>Activo corrente</b>		
Cientes	10 504,63	2 809,43
Outras contas a receber	423 391,97	618 347,18
Diferimentos	4 414,81	3 985,15
Caixa e depósitos bancários	219 538,72	190 935,48
	657 850,13	816 077,24
<b>Total do activo</b>	<b>4 051 129,31</b>	<b>4 206 888,65</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		
<b>Capital próprio</b>		
Outras reservas	186 445,58	186 445,58
Resultados transitados	624 345,59	550 947,41
Outras variações no capital próprio	2 985 587,57	2 985 587,57
	3 796 378,74	3 722 980,56
Resultado líquido do período	100 937,79	53 862,79
<b>Total do capital próprio</b>	<b>3 897 316,53</b>	<b>3 775 843,35</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo não corrente</b>	0,00	0,00
	0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>		
Fornecedores	10 035,96	8 790,45
Estado e outros entes públicos	22 349,77	18 939,76
Financiamentos obtidos	809,93	809,93
Outras contas a pagar	101 439,02	377 120,96
Diferimentos	19 178,10	24 384,20
	153 812,78	430 045,30
<b>Total do passivo</b>	<b>153 812,78</b>	<b>430 045,30</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>4 051 129,31</b>	<b>4 206 888,65</b>

## Demonstração individual dos Resultados por Naturezas da Sede em 31 de Dezembro de 2025

VALORES EM EURO

RUBRICAS	DATAS	
	2025	2024
<b>Rendimentos e Gastos</b>		
Vendas e serviços prestados	190 315,11	171 598,49
Subsídios à exploração	1 114 377,00	1 039 682,00
Fornecimentos e serviços externos	-395 508,07	-394 623,30
Gastos com o pessoal	-900 892,27	-835 019,78
Outros rendimentos e ganhos.	139 146,27	152 924,98
Outros gastos e perdas.	-28 570,82	-61 906,73
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>118 867,22</b>	<b>72 655,66</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-17 972,66	-18 823,48
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>100 894,56</b>	<b>53 832,18</b>
Juros e rendimentos similares obtidos.	43,23	30,61
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>100 937,79</b>	<b>53 862,79</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>100 937,79</b>	<b>53 862,79</b>

## Demonstrações financeiras consolidadas - Ano de 2025

## Balço Consolidado em 31 de Dezembro de 2025

VALORES EM EURO

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31-12-2025	31-12-2024
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	3	4.177.495,15	4.196.776,21
Propriedades de Investimento	3	415.599,57	415.599,57
Activos Intangíveis		3.392,23	3.392,23
		4.596.486,95	4.615.768,01
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	4	13.922,55	13.640,85
Cientes		11.180,13	4.621,93
Adiantamentos a Fornecedores		0,00	0,00
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber	5	173.423,70	141.939,25
Diferimentos		7.991,46	8.394,03
Caixa e depósitos bancários	6	749.904,29	776.683,49
		956.422,13	945.279,55
<b>Total do activo</b>		<b>5.552.909,08</b>	<b>5.561.047,56</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
Outras reservas	7	815.649,76	815.649,76
Resultados Transitados		1.354.715,95	1.318.397,97
Outras variações no capital próprio	8	3.233.859,68	3.258.087,57
		5.404.225,39	5.392.135,30
Resultados líquido do período		24.793,85	21.600,75
<b>Total do capital próprio</b>		<b>5.429.019,24</b>	<b>5.413.736,05</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		13.966,48	15.164,40
Adiantamentos de clientes		40,00	
Estado e outros entes públicos	9	25.316,36	27.305,18
Financiamentos Obtidos		809,93	809,93
Outras contas a pagar	10	64.578,97	79.083,63
Diferimentos		19.178,10	24.948,37
		123.889,94	147.311,51
<b>Total do passivo</b>		<b>123.889,94</b>	<b>147.311,51</b>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>		<b>5.552.909,08</b>	<b>5.561.047,56</b>

## Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2025

VALORES EM EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	DATAS	
		31-12-2025	31-12-2024
Vendas e serviços prestados	11	865.278,39	874.930,08
Subsídios à exploração	12	630.288,50	575.340,08
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	13	-39.282,34	-38.280,28
Fornecimentos e serviços externos	14	-691.449,65	-708.104,65
Gastos com pessoal	15	-920.391,74	-857.639,40
Outros rendimentos e ganhos	16	347.963,24	380.840,85
Outros gastos e perdas	17	-106.203,80	-144.169,70
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>86.202,60</b>	<b>82.916,98</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	18	-62.072,23	-62.018,53
<b>Resultados operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>24.130,37</b>	<b>20.898,45</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		777,48	1.269,91
Juros e gastos similares suportados		-114,00	-567,61
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>24.793,85</b>	<b>21.600,75</b>

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

### 1. INTRODUÇÃO

A ADFA - Associação dos Deficientes das Forças Armadas, adiante designada por Associação, é uma pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, fundada 14 de Maio de 1974 tendo como objetivo a defesa e a promoção dos interesses sociais, económicos, culturais, morais e profissionais dos seus Associados. Tem a sua sede em Lisboa e Delegações em Lisboa, Porto, Coimbra, Famalicão, Faro, Évora, Viseu, Bragança, Castelo Branco, Setúbal, Funchal e Ponta Delgada. Para fazer face às despesas com o seu funcionamento a Associação conta essencialmente com a quotização paga pelos seus Associados (Nota 11) e com um subsídio do Ministério da Defesa Nacional (Nota 12).

### 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

**2.1 Bases de apresentação** - As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos seus registos contabilísticos. A partir de 1 de Janeiro de 2010 foram adoptadas as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo IASB – International Accounting Standard Board.

A partir de 2012 a Associação passou a utilizar na elaboração das suas contas o Regime de Normalização Contabilística aplicável às Entidades do Sector não Lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, utilizando na apresentação das Demonstrações Financeiras o modelo aplicável às ESNL, aprovado pela Portaria nº 105/2011, de 14 de março.

**2.2 Activos Fixos tangíveis** - Os activos fixos tangíveis utilizados para uso administrativo são registados ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o seu período de vida útil estimado.

**2.3 Subsídios à Exploração** - Os subsídios à exploração concedidos pelo Estado são reconhecidos como rendimentos na Demonstração de Resultados da Associação (Nota 12).

**2.4 Inventários** - Os inventários estão valorizados ao custo de aquisição.

**2.5 Caixa e depósitos bancários** - Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

**2.6 Réditos e especialização dos exercícios** - Os rendimentos decorrentes de vendas e prestações de serviços são reconhecidos no período em que são prestados.

**2.7 Procedimentos de Consolidação** - O impacto nas contas consolidadas dos procedimentos de consolidação verificou-se ao nível das contas de Devedores e Credores, Custos e Proveitos, cujos saldos de igual montante e de sinal contrário, entre a Sede e as Delegações, foram anulados por compensação de valores.

### 3. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

	2025	2024
Edifícios e Outras Construções	4.721.308	4.699.336
Equipamento Básico	504.532	492.014
Equipamento de Transporte	139.741	139.741
Equipamento Administrativo	778.875	770.992
Outras Imobilizações Corpóreas	114.383	113.965
Amortizações Acumuladas	-2.081.344	-2.019.272
Investimentos em Curso	415.600	415.600
<b>Valor Líquido de Balanço</b>	<b>4.593.095</b>	<b>4.612.376</b>

O valor dos Edifícios tem essencialmente a sua origem na Sede (3.132.979€), na Delegação no Porto (1.068.725€) e na Delegação nos Açores (265.209€).

### 4. INVENTÁRIOS

	2025	2024
Mercadorias – Bar/Restaurante	2.504	2.464
Matérias-Primas – Bar/Restaurante	2.934	2.693
Material de Dinamização	5.015	5.015
Material Ajudas Técnicas	3.470	3.470
<b>Total</b>	<b>13.923</b>	<b>13.641</b>

### 5. CONTAS A RECEBER

	2025	2024
Cauções	4.085	4.070
Devedores Diversos	169.339	137.869
<b>Total</b>	<b>173.423</b>	<b>141.939</b>

A rubrica de Devedores Diversos contempla o valor devido pelo IASFA no montante de 18.644 euros.

### 6. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

	2025	2023
Caixa	8.638	26.660
Depósitos	741.266	750.023
<b>Total</b>	<b>749.904</b>	<b>776.683</b>

### 7. OUTRAS RESERVAS

Estas reservas foram constituídas por transferência dos Resultados Transitados anteriores ao exercício de 2002.

### 8. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	2025	2024
Subsídios	3.042.507	3.044.183
Doações	291.352	213.904
<b>Total</b>	<b>3.233.860</b>	<b>3.258.088</b>

Os Subsídios foram na sua maior parte destinados à construção da Sede da Associação, inaugurada em Novembro de 1993, tendo sido concedidos pelos então Ministérios da Defesa Nacional, do Trabalho e das Obras Públicas. Incluem ainda o valor recebido da Câmara Municipal de Lisboa (334.195 euros) pela cedência do direito de superfície relativo a parte do edifício da Quinta das Camélias, para instalação do Centro de Acolhimento de Refugiados. As Doações foram recebidas de Associados e outras entidades tendo-se destinado à construção da Sede da Associação e ao projeto de Residências Assistidas na Quinta das Camélias.

### 9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	2025	2024
Retenção de Impostos sobre Rendimento	6.619	7.886
Imposto sobre o Valor Acrescentado	256	291
Contribuições para a Segurança Social	18.441	19.128
<b>Total</b>	<b>25.316</b>	<b>27.305</b>

### 10. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2025	2024
Credores Diversos	64.579	79.083
<b>Total</b>	<b>64.579</b>	<b>79.084</b>

Encontrava-se registado em Credores Diversos a importância de 12.000€ a favor do Núcleo de Maputo, dado que as contas daquele Núcleo ainda se encontravam em verificação.

### 11. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	2025	2024
Serviços Médicos	187.363	180.818
Bares e Restaurantes	91.052	84.949
Quotização	560.929	583.599
Outros Serviços	25.934	25.564
<b>Total</b>	<b>865.278</b>	<b>874.930</b>

A variação para menos no valor total, decorre essencialmente de uma menor cobrança de quotas.

### 12. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

	2025	2024
Ministério da Defesa Nacional - Funcionamento	435.600	396.000
Segurança Social – CAIP/CACI Porto	174.667	161.923
CM do Seixal	1.500	1.500
JF de Castelo Branco	250	250
Segurança Social Governo Regional dos Açores	18.272	15.667
JF de Funchal	0	400
<b>Total</b>	<b>630.289</b>	<b>575.340</b>

A Sede manteve o incremento da Subvenção em 39.000 euros os quais foram destinados ao apoio ao funcionamento do Núcleo de Maputo (Nota 17). Para além de manter este, houve também um acréscimo de mais 39.600€ para comportar o acréscimo de gastos de funcionamento provocados pela inflação, bem como para as atualizações remuneratórias previstas legalmente.

### 13. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

	2025	2024
Mercadorias – Bar/Restaurante	0	65
Matérias-Primas - Bar/Restaurante	39.282	38.215
<b>Total</b>	<b>39.282</b>	<b>38.280</b>

Esta rubrica tem expressão única na Delegação do Porto. A Restauração da Sede encontra-se à exploração de terceiros.

### 14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2025	2024
Serviços Especializados	93.298	86.185
Honorários	214.680	230.812
Materiais	10.220	12.571
Energia e Fluidos	87.578	68.465
Deslocações, Estadas e Transportes	31.032	39.248
Limpeza, Higiene e Conforto	35.575	35.508
Maquetagem/Impressão e Expedição do Jornal ELO	25.029	28.465
Outros Fornecimentos	194.036	206.851
<b>Total</b>	<b>691.450</b>	<b>708.105</b>

Apresentou uma variação relevante para mais, nas rubricas de Serviços Especializados e Honorários Energia e Fluidos. As variações para menos encontram-se evidenciadas pelas restantes rubricas. Destaca-se ainda uma variação para menos em Outros Fornecimentos, a qual tem origem na rescisão contratual da parceria entre a Reabilitar em Casa e os Serviços Médicos Nacionais.

### 15. GASTOS COM PESSOAL

	2025	2024
Ordenados	540.177	502.781
Diuturnidades	34.166	30.901
Subsídio de Férias	51.976	49.970
Subsídio de Natal	47.523	44.457
Subsídio de Alimentação	57.016	60.655
Indemnizações	9.557	7.474
Encargos para a Segurança Social	147.484	135.307
Outros Gastos com o Pessoal	32.496	26.094
<b>Total</b>	<b>920.392</b>	<b>857.639</b>



A variação para mais está diretamente relacionada com ajustes no salário mínimo nacional, bem como da aplicação das novas tabelas salariais referentes às Portarias a que a ADFA está vinculada, ajustes no quadro de pessoal e incremento de gastos formação resultantes da parceria na Fisioterapia da Sede. Os gastos de formação resultantes da parceria, deixaram de existir com a rescisão contratual promovida pela DN junto do parceiro, terminando esta obrigação no final de julho.

## 16. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

	2025	2024
ADFACAR-Apoio à Compra de Viaturas	1.868	4.315
ELO-Publicidade	7.201	1.118
Cartão GALP-Comissões	5.578	6.300
INR - Apoio ao Funcionamento	22.825	21.826
INR - Financiamento a Projetos	5.531	2.819
AT-Conservação de Impostos	25.020	27.018
Ministério da Defesa Nacional - Rede Nacional de Apoio	115.372	121.214
Recuperação de Despesas Sede (inclui Restaurante)	27.706	30.350
Eventos Sociais - Recuperação de Despesas	47.980	55.713
Donativos	44.431	49.020
Diversos Rendimentos e Ganhos	49.187	61.148
<b>Total</b>	<b>352.698</b>	<b>380.841</b>

Não se verificam variações muito significativas, notando-se uma quebra no ADFACAR como resultado da menor procura por este apoio, uma vez que os associados já não trocam de viatura com a mesma frequência. No caso da recuperação de despesas da Sede, a quebra resulta de uma revisão na imputação de gastos à empresa que explora o restaurante. Os valores indicados na rubrica Eventos Sociais respeitam à recuperação de despesas efetuadas pelas Delegações, com a realização de convívios e eventos diversos nomeadamente aniversários das delegações e festas de Natal. Os custos suportados com estes eventos são registados na conta Outros Gastos e Perdas (Nota 17).

O detalhe dos Apoios do INR em 2025 encontra-se no seguinte quadro:

Projeto/Designação	Despesa total do projeto	Montante financiado pelo INR
Apoio ao Funcionamento 2025	24.126,37	22.824,56
Apoio a Projetos 2025	13.525,01	5.530,74

Importa referir que no Apoio ao Funcionamento de 2025, apenas foi contabilizada a receita correspondente ao gasto efetivo e considerado elegível para efeitos de financiamento.

O diferencial entre o gasto e o financiamento corresponde ao montante suportado pela ADFA, sendo que os relatórios se encontram em análise por parte do INR.

O detalhe do movimento da RNA - Rede Nacional de Apoio em 2025 pode ser analisado no quadro seguinte.

RNA - Gastos imputados ao projeto

	Lisboa	Porto	Madeira	Açores	Total
1 Ações de Divulgação participadas a 100%	0	0	0	0	0
2 Participação da RNA a 100% nas Consultas/Atendimentos	14.309,33	16.838,47	6.002,69	7.131,81	44.282,30
3 Vencimentos/Honorários Imputados	31.344,79	39.227,63	8.420,85	9.869,31	88.862,58
4 Participação da RNA para Vencimentos/Honorários (80% do ponto 3)	25.075,83	31.382,10	6.736,68	7.895,45	71.090,06
5 Total subsidiado pela RNA (1+2+4)	39.385,16	48.220,57	12.739,37	15.027,26	115.372,36
6 Encargo da ADFA (3-4)	6.268,96	7.845,53	1.684,17	1.973,86	17.772,52

## 17. OUTROS GASTOS E PERDAS

	2025	2024
Apoios a Sócios	5.350	6.576
Apoios a Delegações	14.436	13.801
Eventos Sociais	60.701	92.547
Despesas com Reuniões de Órgãos Sociais/Ato Eleitoral	4.021	10.507
Diversos Gastos e Perdas	21.696	20.739
<b>Total</b>	<b>106.204</b>	<b>144.170</b>

Os valores indicados na rubrica Eventos Sociais respeitam aos custos suportados pelas Delegações com a realização dos eventos referidos na conta Outros Rendimentos e Ganhos (Nota 16).

A verba dos Apoios a Delegações, refere-se ao Apoio ao Funcionamento concedido pela Sede ao Núcleo de Maputo, verba que se encontra compensada em igual valor nos Subsídios à Exploração (Nota 12).

## 18. GASTOS DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

	2025	2024
Amortização de Equipamento Básico	8.955	9.312
Amortização de Equipamento de Transporte	4.000	4.000
Amortização de Ferramentas e Utensílios	1.221	2.020
Amortização de Equipamento Administrativo	3.981	2.822
Amortizações Diversas	43.916	43.864
<b>Total</b>	<b>62.072</b>	<b>62.019</b>

# Parecer do Conselho Fiscal Nacional ao Relatório e Contas de 2025

De harmonia com o Artigo 27.º dos Estatutos, compete à Assembleia-Geral Nacional Ordinária (AGNO), apreciar e votar o Relatório Operacional e Contas da Direcção Nacional (DN) e respectivo Parecer do Conselho Fiscal Nacional (CFN).

Para o efeito, o CFN emite o seu Parecer sobre o Relatório e Contas da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), relativos ao exercício de 2025, dando assim cumprimento à alínea b) do artigo 46.º dos Estatutos - "Apresentar semestralmente ao Conselho Nacional parecer sobre as actividades e situação financeira da ADFA" e à alínea c) do mesmo artigo 46.º - "Dar parecer sobre o Relatório e Contas anuais da DN". Tenha-se presente que, no final do exercício, as actividades e situação financeira relativas ao segundo semestre estão contidas no Relatório anual da DN e respectivas Demonstrações Financeiras, respeitantes a 31 de Dezembro de 2025.

O CFN mantém uma relação de proximidade com a Direcção Nacional (DN), que tem permitido obter todas as informações e esclarecimentos solicitados, partilhando com os seus membros muitos dos assuntos referentes à gestão interna, assim como também acompanhou a DN em muitas das reuniões e audiências tidas com o Ministério da Defesa Nacional e outras Altas Entidades.

Para a elaboração deste Parecer, o CFN recorreu não só às fontes de informação abaixo referidas, bem como à consulta e análise do Relatório Operacional e Contas de 2025.

### 1. Actividade

Do Segundo Semestre de 2025, o CFN destaca, na área iminentemente associativa, o Acto Eleitoral para os Órgãos Sociais Nacionais, acontecido a 25 de Outubro, tal como as Comemorações dos 50 anos da "Luta" iniciada a 20 de Setembro de 1975, e o 51.º Aniversário da primeira edição do ELO, acontecida a 23 de Novembro de 1974. E, na área da representatividade e direitos, as audiências com Sua Excelência, o Ministro da Defesa Nacional e com os vários Partidos com assento na Assembleia da República, para apresentação do Caderno Reivindicativo. A ADFA esteve representada pela DN em vários eventos realizados pelo Governo, pelos três Ramos das Forças Armadas, pelas Associações de Militares e pelas Associações de e para Deficientes.

O Relatório Operacional da Direcção Nacional descreve toda a actividade desenvolvida, por áreas de actuação, e a forma como foram utilizados os fundos colocados à sua disposição. O CFN analisou o Relatório, as Contas e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, as quais permitem uma boa compreensão da situação económica e financeira da ADFA. Assim, os quadros que se seguem evidenciam o cumprimento do Orçamento aprovado pelo Conselho Nacional e a Situação Financeira da ADFA em 31 de Dezembro de 2025.

### 2. Controlo Orçamental da ADFA - Ano de 2025

	ORÇAMENTO.	REALIZADO	DESVIO
Rendimentos da Actividade Associativa	1.266.098	1.292.422	26.324
Vendas	90.000	91.052	1.052
Prestação de Serviços	197.450	191.615	-5.835
Outros Rendimentos e Ganhos	445.075	497.109	52.034
<b>Total das Receitas</b>	<b>1.998.623</b>	<b>2.072.198</b>	<b>73.575</b>
Gastos da Actividade Associativa	726.108	764.000	37.892
Custo das Matérias-Primas Consumidas	37.850	39.282	1.432
Custos com o Pessoal	880.043	920.391	40.348
Fornecimentos e Serviços Externos	678.032	696.679	18.647
Outros Gastos e Perdas	19.170	20.603	1.433
<b>Total das Despesas</b>	<b>2.341.203</b>	<b>2.440.955</b>	<b>99.752</b>
<b>Amortizações</b>	<b>47.000</b>	<b>62.072</b>	<b>15.072</b>
<b>Resultado da Actividade Associativa</b>	<b>-389.580</b>	<b>-430.828</b>	<b>-41.248</b>
Subsídios à Exploração	413.115	455.622	42.507
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>23.535</b>	<b>24.794</b>	<b>1.259</b>

O Controlo Orçamental da ADFA, a que se refere o Quadro anterior, permite comparar os valores realizados com os valores orçamentados para o exercício de 2025.

Através do quadro apresentado, é possível constatar que o acréscimo de Despesas, originando um desvio desfavorável

no montante de 99.752 euros, foi, quase na sua totalidade, compensado com o desvio favorável nas Receitas, no montante de 73.575 euros.

O Resultado do Exercício atingiu o montante de 24.794 euros, inferior em 1.259 euros ao que estava orçamentado. Para este resultado contribuiu, de forma significativa, o Subsídio à Exploração, concedido pelo Ministério da Defesa Nacional, no montante de 435.600 euros.

Dos desvios mais significativos destacamos, nas Receitas, as rubricas Quotizações (-8.161 euros), Serviços Médicos (-4.337 euros) e Outros Rendimentos e Ganhos +52.034 euros. Destes últimos destacamos a rubrica de Donativos que teve um acréscimo de 39.811 euros, em relação ao orçamentado.

Nas Despesas, os Custos com o Pessoal tiveram um aumento de 40.348 euros em relação ao orçamentado, e os Fornecimentos e Serviços Externos +18.847 euros.

Destaca-se como mais preocupante o desvio verificado na cobrança de Quotas (-8.161 euros), principalmente por se tratar de uma situação que se irá agravar e que comparativamente com 2024 a quebra foi de 22.270 euros.

### 3. Situação financeira da ADFA

A análise do Quadro seguinte continua a revelar um Balanço que evidencia uma situação de elevada solidez, a qual foi reforçada no exercício em análise, com um Activo que se manteve estável apesar da ligeira quebra de 8.190 euros. A Situação Líquida de 5.429.019 euros (5.413.736 euros em 2024) tem por contrapartida Depósitos Bancários, no montante de 749.904 euros e Outros Activos, no montante de 4.803.005 euros, constituídos essencialmente por Imóveis, no valor de 4.593.095 euros. O Passivo da Associação, no montante de 123.890 euros (147.312 euros em 2024), continua a não ser relevante e apresenta uma diminuição relativamente a 2024.

O Resultado do Exercício, no montante 24.794 euros, teve uma variação para mais de 3.193 euros, em relação ao ano anterior. As variações de Receitas e Despesas, mais significativas, em relação ao ano anterior, foram as seguintes:

- Quotização: menos 22.270 euros
- Serviços Médicos: mais 6.545 euros
- Donativos: menos 31.607 euros
- Custos com o Pessoal: mais de 60.087 euros
- Subvenção do Ministério da Defesa Nacional: mais 39.600 euros

### Conclusão

O Conselho Fiscal Nacional é da opinião que as demonstrações financeiras, da responsabilidade da Direcção Nacional, contemplando Activos Líquidos, no montante de 5.552.909 euros, uma Situação Líquida de 5.429.019 euros e Resultados do Exercício, no valor de 24.794 euros, apresentam, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da ADFA em 31 de Dezembro de 2025.

O Conselho Fiscal Nacional expressa a sua concordância quanto ao Relatório Operacional e Contas Consolidadas da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, referentes ao exercício de 2025.

Lisboa, 26 de Março de 2026

### BALANÇO EM 31.12.2025

	2025	2024	VARIAÇÃO
<b>ATIVO</b>			
Caixa e Depósitos Bancários	749.904	776.683	-26.779
Outros Activos	4.803.005	4.784.365	18.640
<b>Total do Activo</b>	<b>5.552.909</b>	<b>5.561.048</b>	<b>-8.139</b>
<b>PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>			
Reservas e Resultados Transitados	5.404.225	5.392.135	12.090
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>24.794</b>	<b>21.601</b>	<b>3.193</b>
<b>Total da Situação Líquida</b>	<b>5.429.019</b>	<b>5.413.736</b>	<b>15.283</b>
Passivo	123.890	147.312	-23.422
<b>Total do Passivo e Situação Líquida</b>	<b>5.552.909</b>	<b>5.561.048</b>	<b>-8.139</b>

O Conselho Fiscal Nacional,  
Artur José Caldeira Vilares (Presidente)

# Relatório de Actividades do Conselho Nacional

## Referente ao Ano de 2025

Senhores associados

No cumprimento do estatuído nos Estatutos da ADFA, alínea f) do artigo 36.º, o Conselho Nacional vem submeter à Assembleia-Geral Nacional Ordinária o Relatório da sua actividade ao longo do ano de 2025.

Este Relatório traduz-se numa síntese dos assuntos tratados nos dois Conselhos realizados em 2025 e que constam nas actas aprovadas pelos Conselheiros Nacionais, participantes em cada Conselho.

Assim,

Em cumprimento do preceituado no n.º 3 do art.º 35.º dos Estatutos da ADFA, o Conselho Nacional, durante o ano de 2025, reuniu, ordinariamente no dia 27 de Março e 12 de Dezembro.

### 1. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2025

#### Ordem dos Trabalhos

**Ponto Prévio** – (no caso de haver assuntos a tratar neste período). **Ponto Um** – Análise e votação da Acta do Conselho Nacional anterior;

**Ponto Dois** – Análise e votação do Relatório Operacional do Conselho Nacional de 2024 (art.º 36.º, alínea f), dos Estatutos);

**Ponto Três** – Análise e votação da Proposta de Parecer do Conselho Nacional sobre a Execução Orçamental de 2024 (art.º 36.º, alínea e);

**Ponto Quatro** – Parecer do Conselho Fiscal Nacional referente aos dois semestres do ano de 2024 (art.º 46.º, alínea b);

**Ponto Cinco** – Representatividade e direitos - Informações da Direcção Nacional sobre o desenvolvimento das ações constantes do Caderno Reivindicativo, aprovado em Assembleia-Geral Nacional da ADFA.

**Ponto Seis** – Outros assuntos.

**Presenças:**

**Pela Mesa da Assembleia-Geral Nacional (MAGN):**

**Presidente** - Joaquim Mano Póvoas, Associado n.º 252, **1.º Secretário** - Jaime Fernando Leite Domingues, Associado n.º 5.919, **2.º Secretário** - Bernardino Guimarães Correia, Associado n.º 6.220.

**Pela Direcção Nacional (DN):**

**Presidente** - António Manuel Pereira Neves, Associado n.º 3.098, **Vice-Presidente** - José Nuno da Câmara Santa Clara Gomes, Associado n.º 14.170, **Secretário** - Cândido Manuel Patuleia Mendes, Associado n.º 519, **Tesoureiro** - Armindo Marques Matias, Associado n.º 53, **Vogal** - José Carlos Ferreira Pavoeiro, Associado n.º 8.617.

#### Pelos Conselhos das Delegações (CD):

**LISBOA** – Manuel João de Jesus Gonçalves, Associado n.º 15.794, **PORTO** – Francisco Guedes, Associado n.º 17.411 (por videoconferência), **BRAGANÇA** – não participou, por motivos de saúde, **COIMBRA** – Manuel Correia de Bastos, Associado n.º 1.312 (por videoconferência), **SETÚBAL** – representada pela Direcção Nacional, **FARO** - Ludgero Santos Sequeira, Associado n.º 10.132 (por videoconferência), **FAMALICÃO** – não participou, **VISEU** – não participou, por não ter Conselho de Delegação, **CASTELO BRANCO** – não participou, por motivos de saúde, **ÉVORA** – Manuel Joaquim Calhau Branco, Associado n.º 1.591 (por videoconferência), **AÇORES** – António João Setoca Anacleto, Associado n.º 12.135 (por videoconferência), **MADEIRA** - João Manuel Martins, Associado n.º 11.013 (por videoconferência).

**LISTA AUTÓNOMA AO CN:**  
Manuel Lopes Dias, Associado n.º 379, José da Silva Monteiro, Associado n.º 1.948, Fernando Pinheiro Marques Brito, Associado n.º 87 (não participou por motivos profissionais), Mário Pereira Teixeira, Associado n.º 6.235, José Manuel Carvalho Ribeiro, Associado n.º 13.623 (por videoconferência), José Miguel Aguiar Farragó Dias, Associado n.º 13.932, António Fernando Rodrigues Marques, Associado n.º 2.255, Maria Leonarda Alves Tavares Morgado Alves, Associada n.º 18.229, Rolando André da Silva Ferreira, Associado n.º 14.245, Eduardo Ribeiro Alves, Associado n.º 2.584 (por videoconferência), Chiu San Hung Arruda, Associada n.º 17.879, José Ribeiro Camilo, Associado n.º 584, Alberto Lopes Casais, Associado n.º 1.047), António Augusto de Almeida Santos (por videoconferência), Associado n.º 1.998, Alberto Andrade Pinto, Associado n.º 618.

#### Conselho Fiscal Nacional (CFN):

**Presidente** - Artur José Caldeira Vilares, Associado n.º 8.626, **Secretário** - António Cotrim Viana, Associado n.º 2.429, **Relator** - António Manuel Garcia Miranda, Associado n.º 3.097. **Assistentes como observadores:** Francisco Simão Carço Janeiro, Associado n.º 919, Henrique Arantes Lopes Mendonça, Associado n.º 10.081, Manuel Maria Gonçalves, Associado n.º 16.190, Abel Artur dos Santos Fortuna, Associado n.º 580 (por videoconferência), Anquises Fernando Crocchia Barbosa de Carvalho, Associado n.º 3.505 (por videoconferência), José Rodrigues Teixeira, Associado n.º 1.201 (por videoconferência).

Dado que não houve assuntos para ser tratado no ponto prévio, passou-se de imediato ao **Ponto Um- apreciação e votação da Acta do CN anterior**. O Presidente da MAGN informou que a Acta contou com a colaboração

do Jornalista Editor do ELO, Rafael Vicente, a quem agradeceu, em nome do Conselho Nacional, solicitando igual colaboração nesta reunião. Posta à votação, **a Acta foi aprovada por unanimidade.**

Quanto ao **Ponto Dois, dedicado à análise e votação do Relatório Operacional do Conselho Nacional de 2024 (art.º 36.º, alínea f), dos Estatutos)**, o Conselho foi informado que a MAGN não tinha recebido nenhuma achega sobre o mesmo. Dado não haver qualquer manifestação, sobre o documento, procedeu-se à votação, sendo o **Relatório Operacional do Conselho Nacional de 2024 aprovado por unanimidade**. De notar que este documento foi publicado no Jornal Elo e apresentado em Assembleia-Geral de 12 de Abril de 2025 que o aprovou.

**Ponto 3, dedicado à análise e votação da Proposta de Parecer do Conselho Nacional sobre a Execução Orçamental de 2024 (art.º 36.º, alínea e).** Este documento é da responsabilidade do CN, que o analisa e aprova. Foi elaborado pelo Presidente da MAGN, com base em dados fornecidos pela DN e pelos serviços de Contabilidade. O Parecer do CN estava acompanhado de dois quadros: um quadro sobre a situação, ao nível de cada Delegação e da Sede, e outro quadro, com valores consolidados, ou seja, juntando tudo, com valores globais da Associação. Com base no mapa consolidado, o Relatório apresentava as variações fundamentais que aconteceram ao longo do ano 2024, com algumas notas explicativas sobre o que mais contribuiu para aquelas variações. Este documento evidenciava o caminho da uniformização de procedimentos contabilísticos em toda a Associação. Seguiu-se a votação da proposta de **Parecer do Conselho Nacional sobre a Execução Orçamental, tendo sido aprovado, com uma abstenção.**

**Tratou-se de um documento que foi aprovado por maioria com uma abstenção no Conselho Nacional, publicado no Jornal ELO de Abril de 2024, votado e aprovado na assembleia de 12 de abril de 2025.**

**Ponto 4, dedicado ao Parecer do Conselho Fiscal Nacional referente aos dois semestres do ano de 2024 (art.º 46.º, alínea b).**

**Presidente do CFN** – Salientou que o Parecer do CFN teve por base a colaboração entre os Órgãos Sociais Nacionais - MAGN, DN e CFN, aludindo às Actividades e às Contas da Associação durante os dois semestres do ano transato. Aproveitou para agradecer o trabalho do responsável pelo Serviço Administrativo e Financeiro, Gustavo Leandro, que apoiou também a sua realização com dados contabilísticos. Também realçou a “ajuda extraordinária” do tesoureiro da DN, que pôs à disposição todos os elementos das contas da Sede e das Delegações. Dado que ninguém pretendeu intervir sobre este parecer, deu-se por terminada apreciação do Ponto 4.



**Antes de se passar ao Ponto 5 da Ordem de trabalhos, o Presidente da Direcção Nacional** dirigiu-se a todos os membros do CN, salientando a sua satisfação por poder estar naquele momento associativo, uma vez que não pôde participar na última reunião do CN por questões de saúde. Agradeceu todas as manifestações de solidariedade, de estímulo e de camaradagem que, ao longo dos últimos meses, lhe foram dirigidas. Saudou a presença e participação das conselheiras Chiu Arruda e Maria Leonarda Tavares, que, pela primeira vez, na história da ADFA, duas mulheres participarem no CN. Na pessoa do Presidente da MAGN, saudou todos os camaradas e Conselheiros, afirmando que *"vamos conseguir, todos juntos, levar por diante aquilo que são os desígnios da ADFA, que é procurar servir os associados e procurar encontrar respostas para as suas preocupações que, lamentavelmente, 50 anos depois, ainda continuam, bem vivas e bem presentes"*.

### **Ponto 5, Representatividade e Direitos, e Informações da DN sobre o desenvolvimento das ações reivindicativas,**

O Presidente da MAGN introduziu as três propostas que tinham sido recebidas dos conselheiros e que havia enviado aos participantes, para além do caderno reivindicativo elaborado pela DN.

#### **Propostas apresentadas pelos conselheiros, Mário Teixeira e Rolando Ferreira**

##### *Proposta Nº 1*

1. *Que a DN dê esclarecimentos referentes ao DL 296/2009 no jornal Elo como prometido.*

2. *Dar orientação às delegações para que apoiem os associados que se enquadre nesta lei.*

3. *Há Delegações que negam o apoio jurídico aos associados, mas estes têm esse direito.*

##### *Proposta Nº 2*

1. *Que a DN e o gabinete jurídico da ADFA se reúnam para definir uma estratégia para a melhoria dos deficientes em serviço, como foi aprovado em Assembleia-Geral Nacional. Que nenhum deficiente receba mensalmente menos que o valor do indexante de apoios sociais.*

2. *Que seja ponto único na próxima Assembleia-Geral Nacional sob proposta da DN.*

3. *Defender todas as leis referentes aos deficientes militares que estão em vigor.*

#### **Proposta Nº 3 – Apresentada pelas conselheiras Maria Leonarda Tavares e Chiu Arruda**

*Que o Subsídio de Terceira Pessoa seja transmissível à viúva, com carácter indemnizatório, na mesma proporção que fora atribuído ao cônjuge, extensível a todas as mulheres nesta situação, independentemente da data em que ficaram viúvas.*

Para justificação, desta proposta, apresentaram o documento que se transcreve:

Ao longo destes cinquenta anos passaram grandes homens pela ADFA, que realizaram um trabalho meritório, feito de abnegação, generosidade, coragem e altruísmo. Porém, o que seria de alguns desses homens sem as mulheres que, na retaguarda, enxugaram lágrimas, sararam feridas no corpo e na alma, os abraçaram, viveram com eles e por eles todas as dores e tudo o mais que no seu coração guardaram da guerra? Que mulheres são essas? O que viveram? Que sonhos cumpriram? O que lhes resta? Só elas sabem responder a estas perguntas. Os homens que passaram pelas suas vidas pensaram, apenas, em si próprios. Apresentem-nos provas do reconhecimento e da importância do nosso lugar no vosso percurso de deficientes. Sabemos que não fazemos parte de nenhum Caderno Reivindicativo nem de nenhuma chamada de atenção ao Governo. Nesta fase da caminhada, o mínimo que podemos esperar da ADFA é um gesto de sensibilidade e de gratidão. As mulheres que deixaram de viver as suas vidas para amar e apoiar Grandes Deficientes, essas, pelo menos, merecem reconhecimento por parte do Estado Português. **E têm de ser os dirigentes da ADFA a assumir uma justa reivindicação, nesse sentido, junto dos governantes.** O que teria feito o Estado Português com milhares de Grandes Deficientes sem as mulheres que os cuidaram ao longo de toda a sua vida? O Estado fará alguma ideia do que estas mulheres pouparam ao erário público, já que estes homens eram da sua responsabilidade? Fomos generosas na dádiva e modestas no que, simbolicamente, **aguardamos seja um sinal de reconhecimento às mulheres cuidadoras dos Grandes Deficientes da Guerra Colonial.**

**Seguiram-se as intervenções sobre as diferentes propostas. O Vice-Presidente da DN** disse que o DL 296/2009, é um incluído no Caderno Reivindicativo. Na opinião da DN, este assunto podia ser dirimido de duas formas: ou interessar a Associação de Praças, como aconteceu, por exemplo, quando a Associação Nacional de Sargentos fez um trabalho positivo no caso dos Furriéis, ou apoiar os prejudicados no recurso à via judicial, que é uma opção dos próprios. A DN está receptiva a concretizar os esclarecimentos necessários, incluindo no jornal ELO.

**Conselheiro Mário Teixeira** – Sublinhou que havia sido prometido pelo Vice-Presidente da DN que a informação sobre o DL 296 seria publicada no ELO. Como não tinha ocorrido, pediu que se concretizasse no mais breve prazo possível. Deveriam dar orientações às Delegações, nomeadamente à Delegação do Porto que não lhe tinha dado apoio. **O Conselheiro Rolando Ferreira** entende que, se o DL 296 é uma lei aprovada, não deveria fazer parte do Caderno de Reivindicativo, devendo a DN levá-lo em mão ao senhor ministro, evidenciando os anos que entretanto já passaram. Acrescentou que o diploma foi aprovado na Assembleia da República e não podem ser os Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional a determinarem que essa lei não está correta. **A DN** reafirma que este assunto se encontra no Caderno Reivindicativo, pois o DL 296 é um caso de reivindicação da reposição da legalidade, pelo que se exige que se cumpra a Lei da República.

**Presidente da MAGN** – apelou a que a DN sensibilize as Delegações para procurem saber quem e quantos os associados abrangidos pelo DL 296/2009, que estão mal reclassificados, e a partir desses dados formalize um processo. Quanto ao apoio jurídico, salientou que os serviços jurídicos Nacional e da Delegação do Porto devem produzir algum entendimento sobre como atuar nestes casos do DL 296/2009. Quanto à proposta Nº 2, sugere que a DN e o Gabinete Jurídico da ADFA se reúnam para definir a melhor estratégia para os Deficientes em Serviço, de forma que nenhum Deficiente Militar receba menos do que o Indexante de Apoios Sociais (IAS). Considerou que esta proposta devia ser discutida juntamente com a da DN, por serem convergentes.

**O Presidente da MAGN** salientou que, na proposta da DN estão contempladas questões relacionadas, também, com as viúvas. Referiu que o enquadramento desta Proposta deve ser trabalhado. **Conselheira Maria Leonarda** – Referiu-se à especificidade da Proposta, que vai para além do que já consta, *"e muito bem"*, do Caderno Reivindicativo, e que distingue as viúvas dos grandes deficientes das Forças Armadas, que dedicaram décadas de vida aos seus maridos. Acrescentou que a impossibilidade de acumular a Pensão por Serviços Relevantes, que antigamente era transmissível às viúvas, deixou essas mulheres cuidadoras informais numa difícil situação financeira e que este caso específico não está incluído no Caderno Reivindicativo.

**Presidente da MAGN** deu a palavra à DN, para explicar o conteúdo da sua Proposta de Caderno Reivindicativo e depois tratar do, eventual enquadramento, do conteúdo das outras Propostas.

**Secretário da DN** – Começando pela Proposta que envolve as viúvas dos GDFA, referiu a *"imensa oportunidade"* da Proposta apresentada pelas Conselheiras que, no entanto, não estão enquadradas naquilo que foi feito antes. Considerando a Proposta 3 *"muito interessante"*, no entanto, salientou que, juridicamente, o caso é mais complexo. A DN conta com o contributo das viúvas dos GDFA para preparar uma proposta reivindicativa. Referiu que, apesar da ausência do Presidente da DN, por motivos de saúde, no início do mandato, optou-se por continuar o trabalho de preparação do documento reivindicativo, reunindo a DN com as Delegações de Lisboa e do Porto e com as suas juristas, e com o assessor e cabeça da lista autónoma ao Conselho Nacional, Manuel Lopes Dias. Referiu faltar apenas informação pedida ao Ministério e à Caixa Geral de Apresentações, sobre quantos deficientes militares em cada uma das camadas que se pretende ver mexidas, para termos uma quantificação exata dos custos.

**Vice-Presidente da DN** – Concluiu que, sobre quanto ao DL 296/2009, são casos que carecem de produção jurídica própria e, assim sendo, é sobretudo uma questão política, o encerramento do contencioso da Guerra Colonial. Mas há o problema da instabilidade governativa e da queda do Governo, que adiam a resolução pretendida. Quanto às viúvas dos GDFA, considerou que não estiveram fora do Caderno Reivindicativo e que, por terem substituído o Estado no cuidado aos maridos e companheiros, como cuidadoras num sentido específico, devem ser ressarcidas.

**Conselheira Maria Leonarda** – Sublinhou que a proposta apresentada é apenas uma ideia, para circunstanciar uma base de trabalho. Continuou, dizendo que, se o deficiente morre, a cuidadora, que fica viúva, passa a estar reduzida financeiramente e deveria continuar a receber uma compensação, *"porque não morreu, depois de ter prestado um serviço, substituindo-se ao Estado"*.

**Presidente da DN** – Garantiu às Conselheiras que *"este assunto tem estado sempre presente nas nossas preocupações"*. Lembrou que este assunto, das viúvas, foi sempre abordado e sempre tratado. Na sua opinião, o subsídio para a terceira pessoa, ao longo da vida, tem que ser encarado, como um *"ordenado"*, no caso das companheiras do grande deficiente militar. Continuou e disse que *"se, a partir do momento em que o deficiente militar morre, o cônjuge fica sem qualquer rendimento, e isso é absolutamente inaceitável"*. Referiu ser de opinião que o subsídio da terceira pessoa, ou algo equivalente, passe a ser extensível à viúva, pois fazia parte do rendimento familiar. No que diz respeito ao apoio jurídico alegadamente negado na Delegação

do Porto, referiu que os gabinetes jurídicos das Delegações têm que estar ao serviço dos seus associados. Salientou que pode haver uma sobrecarga de trabalho para a advogada, o que limita um pouco o tempo de atendimento aos associados. Tem de haver uma boa gestão, porque os associados não podem prescindir desse apoio para resolver alguns dos seus problemas.

**Conselheiro Rolando Silva** – Referiu que existem indivíduos em serviço que estão como grandes deficientes em casa e não têm a condição que os grandes deficientes de cartão de lista vermelha têm. Sobre a proposta das Conselheiras, disse, **não concordar que**, alguém possa ter um subsídio superior ao dos pensionistas em serviço. Sublinhou que quando se eleva uma questão, não se pode renegar a outra.

**Conselheiro Alberto Casais** – Relativamente à proposta das Conselheiras, disse não se rever na frase citada (*"os homens que passaram pelas suas vidas pensaram apenas em si próprios"*). Referiu que, na questão das viúvas dos deficientes militares, estas não têm que ser tratadas de modo diferente e com outros benefícios, em relação às viúvas dos deficientes civis. Concordava com a proposta das Conselheiras, e ainda muito menos, que os grandes deficientes tenham o subsídio e este continue a ser atribuído às viúvas. Ressaltando poder estar a pecar por falta de conhecimento ou por insuficiência de informação. Sugeriu que a Direcção Nacional fizesse uma informação, como fez para os ex-combatentes, no ELO, e dissesse o que são os deficientes, os grandes deficientes, a que é que têm direito, e que analisasse também o que é que têm os deficientes civis, para poder comparar. Revelou-se indeciso sobre como votar, pois receava não estar bem informado sobre o assunto.

**Conselheira Maria Leonarda** – Explicou que quando referiu *"os homens que passaram pelas nossas vidas"*, não o fez relativamente aos próprios maridos, mas aos deficientes militares em geral. **Tesoureiro da DN** – Sobre o documento das Conselheiras, revelou não poder ficar indiferente à frase *"o mínimo que podemos esperar da ADFA é um gesto de sensibilidade e de gratidão"*. Leu uma proposta de norma de procedimentos (sobre a dispensa do pagamento de quotas) de sua autoria, que apresentou, na Direcção Nacional, no dia 23 de Dezembro de 2020. Referiu que, *"em respeito pelo que se encontra regulamentado, as Delegações não podem autorizar isenções do pagamento de quotas, para além da situação que se encontra prevista nos Estatutos"* (associados que comprovem dificuldades financeiras insuperáveis). A proposta então apresentada ficou *"em carteira"* até ao momento, por decisão do Presidente da DN. Referiu-se a algumas mulheres cuidadoras, agora viúvas de grandes deficientes militares e à situação frágil em que ficam ao perderem os seus companheiros, reiterando que merecem reconhecimento por parte do Estado Português. A ADFA não pode ignorar esta realidade, e honrar aquela divisa que a identifica, *"ninguém fica para trás"*. Apresentou uma recomendação: *"aos Presidentes das Delegações, e isto depende da sua competência, que dispensem do pagamento de quotas todas as viúvas que o solicitarem"*.

**Presidente da DN** – afirmou não poder nem conseguir ficar indiferente **à intervenção do Conselheiro Casais, pois** *"é absolutamente impossível comparar as viúvas, as mulheres, de grandes deficientes militares que se deficientaram na guerra, com o resto da sociedade civil"*. O contexto em que ocorre a deficiência é completamente diferente, pelo que as situações entre civis e militares não têm comparação. Sublinhou que *"só os grandes deficientes são capazes de dar o devido valor ao apoio que ao longo da vida receberam das suas mulheres, das suas companheiras"*. Considerou *"justíssimo"* que, por falecimento do deficiente militar, a sua companheira de tantos anos possa ter os meios para continuar a ter uma vida digna e não ser privada de todos os rendimentos que tinha. Dirigindo-se às Conselheiras autoras da proposta, afirmou que *"enquanto eu estiver aqui com os meus camaradas de Direcção, tudo continuaremos a fazer para atingir o objetivo que vocês pretendem e que todos nós também pretendemos"*. **Conselheiro Eduardo Ribeiro** – Sobre a temática das viúvas, deveria ser estudado o que prevê a legislação europeia para essa reparação, articulando-a com a legislação nacional. Congratulou-se com a proposta das Conselheiras e referiu a intenção de votá-la favoravelmente, pois trata-se de um *"grito de revolta e uma chamada de atenção à Associação"*. **Conselheiro Manuel Lopes Dias** - Saudou a iniciativa da Direcção Nacional, que abordou a questão das reivindicações legislativas em conjunto com as duas grandes Delegações da ADFA, Porto e Lisboa, com o objetivo de encontrar um consenso alargado para que, na próxima Assembleia-Geral Nacional, possa ser aprovada esta proposta de Caderno Reivindicativo, que definiu como *"muito equilibrada"*. Fez um apelo para que o Conselho Nacional aprovasse a proposta de Caderno Reivindicativo e levá-la à AGNO.

Em relação à proposta das Conselheiras Leonarda e Chiu, e na sequência do que o Presidente da DN e o Conselheiro Eduardo referiram, afirmou-se nessa linha, para encarar de frente a questão das viúvas dos deficientes das Forças Armadas, suas cuidadoras, e a sua especificidade. Defendeu que *"devemos explorar esta componente, das cuidadoras que, no fundo, desempenham um trabalho, substituindo-se ao Estado"*. As questões legais sobre este assunto

deveriam ser buriladas e estudadas. Considerou que, naquele momento, é a ADFA, nomeadamente a Direcção Nacional, com os apoios que entender, que deve fazer um levantamento profundo sobre o que é preciso na aplicação do DL 296 aos deficientes militares da classe de praças, e sobre qual é o prejuízo que neste momento está em causa. Estava de acordo com o Conselheiro Mário Teixeira, de que é o ELO que deve informar sobre este assunto. **Conselheiro Rolando Silva** – Referiu que a questão do DL 296 foi “*sonogada no Porto*”, em reunião tida com os associados. Considerou que “*o que é de lei e o que está aprovado, tem de ser cumprido*”. Quanto ao que está a equacionar-se para as viúvas dos grandes deficientes militares não deve ultrapassar o que se pretende para a reparação de todos os deficientes em serviço. **Conselheiro José Monteiro** – Congratulou-se com o trabalho feito sobre o Caderno Reivindicativo a apresentar à AGN e às Entidades, especialmente por saber que a DN reuniu com duas grandes Delegações para o efeito. Relativamente à proposta das Conselheiras, sublinhou entender bem “*o grito*” que trazem ao Conselho Nacional. Evidenciou que sacrificaram toda a sua vida para tratarem dos seus maridos, dos seus companheiros, enquanto deficientes das Forças Armadas, prescindindo de uma carreira profissional e da reforma resultante do seu trabalho, por executarem uma tarefa que é da responsabilidade do Estado. Mas, referiu, a atribuição do subsídio de terceira pessoa abrange ou decorre de um conceito muito específico, considerando que o grande deficiente precisava de alguém para tratar dele. Por sua morte, a necessidade de um subsídio de terceira pessoa cessa e não pode ser herdada pela esposa. Considerando a reivindicação das Conselheiras “*mais que justa*”, aconselhou que seja mais trabalhada pela ADFA, para não ser prejudicada, alegando-se a Lei. **Conselheiro Alberto Casais** – Clarificou que “*a ADFA, no respeito pelo primado da dignidade humana, é solidária com toda a pessoa deficiente*”. Acrescentou que não põe em dúvida o trabalho que as viúvas tiveram. Sublinhou não encontrar razão que justifique o subsídio que as Conselheiras estão a solicitar.

**Presidente da MAGN** – O que está na proposta da DN sobre as viúvas, é um enquadramento geral, ou seja, pretende-se reivindicar para as viúvas, seja de que natureza for, “*um critério que seja compensador relativamente àquilo que é a degradação das suas pensões*”. Para a especificidade das viúvas dos grandes deficientes militares, terá que encontrar-se outra forma para que a reparação seja efetiva. Considerou que a proposta apresentada pelas Conselheiras carece de melhor enquadramento, pelo que há que trabalhá-la. **Conselheiro Mário Teixeira** referiu concordar plenamente com este Caderno Reivindicativo que a Direcção Nacional apresentou, juntamente com as Delegações do Porto e de Lisboa, e “*é agora ou nunca*”. Acrescentou discordar da Proposta 3, das Conselheiras Leonarda e Chiu, pois afirmou estar solidário, sim, com as viúvas que estão a ganhar 100 ou 200 euros há muitos anos. Pela sua parte, na votação aprovaria a proposta de Caderno Reivindicativo, mas sem a proposta das Conselheiras. De contrário o seu voto seria contra.

**Presidente da MAGN** – Sugeriu que deveria ser votada a proposta de Caderno reivindicativo apresentada pela DN, considerando a proposta das Conselheiras uma Recomendação à Direcção Nacional para que estude o tipo de enquadramento para compensar as viúvas nessa situação. **Conselheira Maria Leonarda**, sublinhou que a proposta foi uma maneira de chamar a atenção para o problema, pois não conhecem a forma jurídica de apresentar esta questão. Ao Conselheiro Casais, referiu que os deficientes civis de Portugal, na verdade, têm que estar muito agradecidos à ADFA, porque o trabalho meritório da Associação tem revertido muito a favor deles. **Conselheiro Alberto Casais** – Agradeceu a informação, declarando que, efetivamente, não a conhecia. **Conselheira Chiu Arruda** congratulou-se com o restabelecimento da saúde do Presidente da DN e agradeceu as palavras do Conselheiro Lopes Dias e saudou as reuniões das Delegações de Lisboa e Porto com a DN. Em relação ao Conselheiro Casais, considerou a sua intervenção “*descabida*”, pois o CN está a tratar de assuntos para todas as viúvas. Lembrou que a ADFA é, de facto, uma Instituição solidária.

**Conselheiro Eduardo Ribeiro** concordou que a ADFA deve manter-se solidária com toda a população de cidadãos deficientes, mas que não deve perder-se a especificidade dos deficientes militares. Sublinhou que o que o Estado atribui aos deficientes das Forças Armadas é uma indemnização justa, por tê-los obrigado a participar na Guerra Colonial. Queixou-se de que “*toda a gente fala nos veteranos, na liga dos combatentes, nos antigos combatentes, etc., porque isso também dá votos, mas dos deficientes das Forças Armadas ninguém quer ouvir ou ninguém quer falar*”. Que ia votar a favor da proposta que as Conselheiras apresentaram, ainda que reconheça o vazio legislativo em que se encontram.

**Conselheiro Rolando Silva** disse ser tempo de falar também nos deficientes em serviço. Apresentou um documento elaborado por um deficiente em serviço, o associado Manuel Maria Gonçalves. Referiu que “*os deficientes em serviço são equiparados a funcionários públicos*”. Acrescentou que “*não se pode, de jeito nenhum, levar a efeito a reivindicação das senhoras, sem que*

*estejam incluídos estes, porque estes foram à guerra*”.

**Presidente da MAGN** – Reafirmou que a proposta de Caderno reivindicativo apresentada pela DN deve ser votada, considerando a proposta das Conselheiras uma Recomendação à Direcção Nacional para que estude o tipo de enquadramento para compensar quem tem esse tipo de problema. **Conselheiro António Anacleto** – Lembrou que os deficientes em serviço podiam aposentar-se contando o tempo de serviço, sem penalizações, a título indemnizatório, em virtude da sua especificidade como deficientes militares, e que esse direito foi retirado em 2009. Havendo ainda quem não tenha chegado à idade da reforma, seria “*interessante*” pedir-se um regime de exceção para estas pessoas poderem reformar-se com os 40 anos de Caixa Geral de Aposentações, sem qualquer desconto de 3,5% por cada ano, “*numa forma do Estado poder ressarcir efetivamente e não ter dado uma coisa lá atrás, que depois posteriormente nos tirou*”. **Presidente da MAGN** aconselhou a Direcção a tomar nota, para os Serviços Jurídicos da Associação analisarem o enquadramento desta situação.

**Conselheiro António Anacleto** – Considerou importante aferir quantos associados é que estão efetivamente nessas condições, julgando que não serão muitos. Reiterou que, para os deficientes em serviço, ao longo dos anos, “*tem sido perder, perder, perder*”.

**Presidente da DD de Évora** – Numa primeira nota sobre a reunião, referiu que a maneira como foram aprovados todos os documentos de base, que vieram trabalhados pela DN, neste Conselho Nacional, revela aquilo que está já preparado na próxima revisão estatutária, que é o facto de “*ser desnecessário haver dois Órgãos: um, o Conselho Executivo e outro, o Conselho Nacional*”. Considerou que seria melhor fundir estes dois Órgãos num só, concentrando as respetivas competências. Numa segunda nota, falou da necessidade da criação de uma espécie de secretário-geral, de alguém que recebesse os problemas que são discutidos nos Órgãos e os tratasse, levando-os à prática, aliviando a missão da DN, situação reiterada pelo conselheiro Rolando Ferreira.

**A Proposta de Caderno Reivindicativo apresentada pela DN foi aprovada por unanimidade neste Conselho Nacional, publicada no Jornal ELO de Abril de 2025 e, igualmente aprovada na Assembleia-Geral Nacional realizada em 17 de Abril de 2025, pelo que se dispensa a sua transcrição neste Relatório.**

**A Proposta n.º 3, das Conselheiras Maria Leonarda Tavares e Chiu Arruda, foi aprovada neste CN por maioria com três votos contra e uma abstenção, como de recomendação à Direcção Nacional para posterior tratamento.**

**Ponto 6 - Outras Informações.** A DN, informou que da revisão estatutária, havia trabalho realizado, que culminou na produção de um documento, estando prestes a reunir-se com as Delegações para ultimar uma proposta ao CN e apresentação posterior em AGN.

**Foram ainda dadas as seguintes informações pela DN:**

Nos Serviços Médicos Nacionais informou duma “*derrapagem*”, com um resultado do ano passado cifrado em sete mil e oitocentos euros negativo. Houve uma reunião com a empresa *Reabilitar em Casa*, para alterar os procedimentos, para que tal não se repita.

Sobre a Quinta das Camélias, informou que a ADFA está em negociações com a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e que foi solicitada uma avaliação do imóvel a uma empresa externa, considerando-se a eventual alienação, a apresentar ao CN e, mais tarde, à AGN.

**Conselheiro José Monteiro**, perguntou sobre a situação das Delegações de Setúbal e Viseu, considerando que a DN se tinha comprometido a falar com os associados dessas Delegações, e informar o CN.

**Secretário da DN** – informou da situação de saúde do antigo presidente da Delegação de Setúbal, que já não terá condições de geri-la. Como os restantes elementos dos Órgãos Sociais da Delegação o procuravam e não eram atendidos, pediram uma reunião à DN, com o antigo Presidente José Faria, para a qual foi mandatado e juntamente com o Conselheiro Lopes Dias e o secretário do Conselho Fiscal Nacional António Miranda. A Direcção Nacional decidiu que a Delegação comece a abrir todas as Quartas-feiras. A DN foi à agência bancária e falou com o gerente da agência da Caixa de Crédito Agrícola de Setúbal, controlando a situação da conta bancária. Mudaram-se as fechaduras daquele espaço associativo. Tão rapidamente quanto possível, a DN irá fazer uma reunião, tendo já enviado cartas para 186 associados, os que tinham as quotas em dia a 1 de Janeiro de 2023. Foram reencaminhados os telefones e email para a Sede Nacional. Referiu que de Viseu não houve grande evolução, até porque o Presidente João Gonçalves tem andado adoentado. Aguarda-se a revisão estatutária para ver se podem ser ultrapassadas estas falhas.

**Presidente da DN** A Quinta das Camélias, é um assunto em que a ADFA tem como interlocutor a CML. Considerou que, a ADFA não tem capacidade de gestão daquele património e que se entende que será melhor aliená-lo,

de preferência, para uma entidade pública. Sobre a Clínica, referiu que a DN já fez uma análise daquilo que está a acontecer e verificou que o contrato elaborado há dois anos acaba por revelar uma série de pequenas situações que deverão ser corrigidas.

**O Presidente da MAGN deu os trabalhos por encerrados pelas 17h00.**

#### REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2025

##### Ordem dos Trabalhos

##### Ponto Prévio

**Ponto Um:** Análise e votação da Ata do Conselho Nacional anterior;

##### Ponto Dois:

**Ponto 2.1** - Análise e votação do Plano Operacional e Orçamento da ADFA para o ano de 2026, (artigo 36.º, alínea c) dos Estatutos);

**Ponto 2.2** - Apreciar o Parecer do Conselho de Executivos relativo ao Plano Operacional e Orçamento, da ADFA, para o ano de 2026;

**Ponto Três:** Parecer do Conselho Fiscal Nacional referente ao primeiro semestre do ano de 2025 (art.º 46.º alínea b);

**Ponto Quatro** - Representatividade e Direitos;

**Ponto Cinco** - Outros assuntos.

##### Presenças:

**Pela Mesa da Assembleia-Geral Nacional (MAGN): Presidente** - Joaquim Mano Póvoas, Associado n.º 252, **1.º Secretário** - Jaime Fernando Leite Domingues, Associado n.º 5.919 (por videoconferência), o Editor do ELO, Rafael Vicente, em substituição do 2.º Secretário por se encontrar doente

**Pela Direcção Nacional (DN): Presidente** - António Manuel Pereira Neves, Associado n.º 3.098, **Vice-Presidente** - José Nuno da Câmara Santa Clara Gomes, Associado n.º 14.170, **Tesoureiro** - Cândido Manuel Patuleia Mendes, Associado n.º 519, **Secretário** - José Carlos Ferreira Pavoeiro, Associado n.º 8.617; **Vogal** - Arlindo Santos, Associado n.º 318.

**Pelos Conselhos das Delegações (CD): LISBOA** - Manuel João de Jesus Gonçalves, Associado n.º 15.794, **PORTO** - Manuel Fernandes Soares de Pinho, Associado n.º 6.771 (por videoconferência), **BRAGANÇA** - não participou, por motivos de saúde, **COIMBRA** - não participou, **SETÚBAL** - representada pela Direcção Nacional, **FARO** - Ludgero Santos Sequeira, Associado n.º 10.132 (por videoconferência), **FAMALICÃO** - não participou, **VISEU** - não participou, por não ter Conselho de Delegação, **CASTELO BRANCO** - não participou, por motivos de saúde, **ÉVORA** - Manuel Joaquim Calhau Branco, Associado n.º 1.591 (por videoconferência), **AÇORES** - não participou, **MADEIRA** - João Manuel Martins, Associado n.º 11.013 (por videoconferência).

**PELA LISTA AUTÓNOMA AO CN:** Manuel Lopes Dias, Associado n.º 379, José da Silva Monteiro, Associado n.º 1.948 (por videoconferência), Fernando Pinheiro Marques Brito, Associado n.º 87 (não participou, por motivos profissionais), Mário Pereira Teixeira, Associado n.º 6.235, José Manuel Carvalho Ribeiro, Associado n.º 13.623 (por videoconferência), José Miguel Aguiar Farragó Dias, Associado n.º 13.932, António Fernando Rodrigues Marques, Associado n.º 2.255, Maria Leonarda Alves Tavares Morgado Alves, Associada n.º 18.229 (não esteve presente), Mário Vicente Cornélio, Associado n.º 14.981, Eduardo Ribeiro Alves, Associado n.º 2.584 (por videoconferência), Chiu San Hung Arruda, Associada n.º 17.879, José Ribeiro Camilo, Associado n.º 584, Alberto Lopes Casais, Associado n.º 1.047 (por videoconferência), António Augusto de Almeida Santos, Associado n.º 1.998 (por videoconferência), Alberto Andrade Pinto, Associado n.º 618.

**Pelo Conselho Fiscal Nacional (CFN): Presidente** - Artur José Caldeira Vilares, Associado n.º 8.626, **Secretário** - António Cotrim Viana, Associado n.º 2.429, **Relator** - António Manuel Garcia Miranda, Associado n.º 3.097.

**Assistentes como observadores:** Francisco Simão Carço Janeiro, Associado n.º 919, Henrique Arantes Lopes Mendonça, Associado n.º 10.081, João Manhula Cassimo, Associado n.º 9.754, Rolando André da Silva Ferreira, Associado n.º 14.245.

##### Início dos trabalhos:

O **Presidente da MAGN**, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os Conselheiros e informou o número de participantes na reunião (dezoito dos vinte e dois que haviam confirmado previamente a presença), tanto presencialmente como *online*, havendo quórum para funcionar o CN. Realçou ainda que as faltas em questão seriam dos Conselhos de Delegação (CD), um problema que subsiste, porque há Delegações cujos conselheiros de Delegação ou os presidentes da Direcção, no caso de não terem CD, e não estavam presentes. Foi o caso, Famalicão, Bragança, Viseu, Coimbra e Castelo Branco. Dado que não houve assuntos para o período da Prévio, passou-se de imediato ao ponto seguinte.



### Ponto Um da Ordem dos Trabalhos - Apreciação e votação da Ata do CN anterior,

**O Presidente da MAGN** informou ter recebido, do Conselheiro Eduardo Ribeiro, um pedido de alteração na redação da sua intervenção. Sublinhou que o que constava na Acta era a transcrição da gravação da reunião. No entanto, a alteração proposta à sua intervenção não modificava o sentido, e apenas completava-o pelo que aceitava a alteração, lendo a mensagem do conselheiro Eduardo Ribeiro. Não havendo mais nenhuma adenda ou alteração. **A Acta foi votada e aprovada com um voto contra.**

**O Conselheiro Mário Cornélio** apresentou uma declaração de voto, justificando o seu voto contra, pela intervenção do Secretário da Direcção Nacional, acerca da proposta apresentada pelas viúvas. Disse que a pensão de sobrevivência não é transmissível porque tem carácter indemnizatório. Discordando, continuou dizendo que *"a pensão de sobrevivência é uma pensão compensatória por perda de rendimentos do agregado familiar"*.

**O Presidente da MAGN reafirmou que** o CN estava a aprovar uma Acta e não a votar a sua opinião tanto mais que nem participou na reunião. A Acta é para traduzir exactamente o que foi dito. A Acta é, *ipsis verbis*, um registo daquilo que foi dito. Por isso, esse voto não tinha sentido e perguntou ao Conselheiro, após este esclarecimento, se pretendia alterar o seu voto, ou se o mantinha, ao que o Conselheiro respondeu que o mantinha.

**Seguiu-se a comunicação do Presidente da MAGN** sobre o plano que tinha elaborado para os trabalhos desta reunião, com a distribuição de tempos para cada ponto da ordem de trabalhos. Apelou aos participantes para que respeitassem os tempos, a fim do plano dos trabalhos ser cumprido, em tempo, útil até às 17h00.

### Ponto Dois – 2.1. Análise e votação do Plano Operacional e Orçamento da ADFA para o ano de 2026.

**O Presidente da MAGN** solicitou ao Presidente da DN, para fazer a apresentação do Plano e Orçamento, numa breve síntese uma vez que todos os Conselheiros receberam previamente aqueles documentos e tiveram a possibilidade de os analisar.

**A reunião prosseguiu com o Presidente da DN** a fazer a apresentação do Plano Operacional e do Orçamento para 2026. Disse que o Plano Operacional, aponta metas a cumprir durante o próximo ano. Destacou alguns assuntos, explicando-os, por merecerem uma atenção especial.

Do processo de revisão estatutária, salientou que *"todos os dias, somos confrontados com situações que acontecem nas Delegações"*, que vêm comprovar a necessidade de uma revisão estatutária urgente, *"para que se torne mais viável a gestão e a governação da nossa Associação"*. Disse que, os trabalhos já vão bastante adiantados e fez uma reflexão sobre a metodologia de trabalho seguido com a participação de um grupo restrito de associados e dirigentes, para que a sua continuidade e conclusão seja célere e ágil. Alertou que a revisão estatutária tem como finalidade agilizar o funcionamento da ADFA, pelo que é necessário proceder a algumas mudanças, com adaptações de fundo, pois é importante melhorar os Estatutos, por forma a melhorar também o normal funcionamento da Associação. Assumiu que a DN e o grupo de trabalho estão *"fortemente empenhados"* para, *"nas primeiras semanas do ano de 2026, levar esse trabalho por diante"*.

Outro dos objetivos prende-se com o Caderno Reivindicativo. Informou que já estava agendada uma reunião com o secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, para a semana seguinte, aguardando-se a marcação de uma audiência com ministro Nuno Melo. O Caderno Reivindicativo está sempre na ordem do dia, embora a ADFA esteja consciente de que não é fácil vencer certas barreiras. Referiu que a DN tem esperança de que alguns daqueles temas vão ser solucionados, destacando a questão dos furriéis.

Sobre o património da ADFA, nomeadamente, quanto ao processo da Quinta das Camélias, salientou que, considerando o valor imobiliário daquele espaço urbano, a DN está empenhada na sua alienação, tendo efetuado contactos já muito avançados com a Câmara Municipal de Lisboa e outras entidades. No entanto, como referiu, a Câmara Municipal de Lisboa parece ser o melhor interlocutor, pelo que, em breve, a DN vai ter dados mais concretos para transmitir.

Referiu-se, ainda, ao Projeto IRA, da Delegação do Porto, que já foi várias vezes discutido no CN, exigindo uma tomada de decisão em definitivo. Anunciou uma futura reunião mais alargada com a Delegação do Porto, para recolher pareceres técnicos, para, posteriormente, poder dar uma resposta sobre aquele assunto. A DN mantém a posição de que, só depois de conhecer o parecer técnico de uma entidade que faça a avaliação económica e de viabilidade daquele Projeto, é que poderá haver decisão. Afirmou que este "é um assunto que também tem que ser rapidamente resolvido, nos primeiros meses do ano".

Realçou a proposta da DN para a criação de um Serviço Associativo Nacional, a instalar na Sede Nacional. Informou que já existe um normativo desse Serviço, pelo que poderia entrar em funcionamento logo após o fim do

ano. Acrescentou que esse Serviço vai permitir que, em qualquer ponto do País, qualquer associado que precise de apoio ou de informação contacte o Serviço, recebendo a resposta adequada, *"com toda a informação possível"*. Um dos objetivos é facilitar a vida daquelas Delegações que estão agora já incapacitadas de atender os associados, o que, lamentavelmente, tende a agravar-se no futuro, com mais dificuldades e menos condições para dar-lhes resposta.

Sobre os Serviços Médicos Nacionais (SMN), realçou o retorno à normalidade, na especialidade de Fisioterapia, desde 1 de outubro último.

Finalizou referindo que a ADFA continua a ser uma Associação de referência, sendo permanentemente contactada para participar em discussões e fóruns de trabalho, por diferentes entidades públicas e privadas. Passou a palavra ao Tesoureiro, para explicação sobre a parte orçamental.

**O Tesoureiro da DN** referiu que, a apresentação do orçamento, dividir-se-ia em duas partes: a vertente política, de que ele próprio falaria, e a parte contabilística estaria a cargo do responsável do Departamento Administrativo e Financeiro, Gustavo Leandro. Informou, entretanto, que o Presidente da Delegação de Faro, Ludgero Sequeira, colabora com a DN na parte financeira, dado o seu conhecimento na área. No Orçamento levado ao Conselho Nacional, a Sede previa um resultado positivo, para 2026, de 75 mil euros. Constatou também, *"como já vem acontecendo há algum tempo"*, que, das Delegações, já só quatro é que tinham resultado positivo.

Recordou que, em 2023, a DN diligenciou junto da Defesa Nacional para que a subvenção anual pudesse ser superior, conseguindo-se que fosse aumentada em 60 mil euros em 2024 e, no ano de 2025, fosse incrementada em quase 100 mil euros, em relação aos valores de 2009, ano em que o subsídio da Defesa foi reduzido de 450 mil euros para 329 mil euros.

Explicou que, desde 2022, com o crescimento da obrigatoriedade de aumento de vencimentos e com fontes de financiamento associativas muito escassas, a DN disponibilizou-se a colaborar com as Delegações, para que os seus resultados não fossem tão negativos como eram até à altura. A proposta a aprovar pelo CN reduz para metade a percentagem das suas participações para a Sede (de 14% para 7%), para suporte de despesas genéricas, como é o caso do ELO. Essa redução tem um impacto nas dotações das delegações de cerca de 40 mil euros, em 2026. Face ao Orçamento inicial da Sede, de 75 mil euros, ao prescindir de 7% do valor das quotas com que as Delegações dotavam a Sede Nacional, o resultado previsto passa a ser de 35 mil euros. Dessa forma, todas as Delegações ficaram com resultados negativos menores do que tinham inicialmente, uma delas passando de um resultado negativo para positivo. Quanto aos SMN, realçou que, no primeiro mês de funcionamento, após a entrada da nova empresa prestadora dos serviços em Fisioterapia, registou-se um resultado positivo na ordem dos 326 euros. Prevê-se no mês seguinte, um resultado positivo, à volta dos 700 euros.

Seguiu-se a intervenção do responsável do DAF que realçou alguns números do Orçamento, na parte respeitante à DN e à Sede, prevendo um resultado positivo de 35.200,00 euros, sendo as receitas totais de 1.366.000,00 euros e despesas totais 1.331.000,00 euros, arredondados. Para além do que já havia sido explicado sobre a redução das dotações das delegações de 14% para 7%, relativamente às quotas cobradas, disse: que em relação a 2025, registou-se a atualização da subvenção, que passou para 435.600,00 euros e, pelo facto de a DN ter assumido a gestão da Delegação de Setúbal, lançou-se uma nova rubrica, de quotas, no montante de 9.200,00 euros, na perspectiva apurada relativamente aos sócios daquela região. Informou que os princípios do Orçamento da Sede tiveram por base, quer o que foi a execução orçamental até junho, quer os dados de que já tinham conhecimento, relativamente a atualizações de contratos anuais com empresas prestadoras de serviços, na limpeza, na manutenção do edifício, na parte dos elevadores e em qualquer outra área, pelo que, relativamente ao Orçamento de 2025, se registaram algumas ligeiras diferenças. No apuramento da massa salarial adotou-se, como princípios os valores atualmente pagos. Considerou-se o histórico das atualizações das Portarias que regulam os recursos humanos da Associação, a atualização do salário mínimo nacional, estando também incorporados, não só os encargos sociais, mas também os seguros (os obrigatórios, de trabalho, e o seguro de saúde para os funcionários). A massa salarial, de 890.000,00 euros, está dividida entre 533.000,00 euros, para as Delegações, e 356.000,00 euros para a Sede. No caso da Sede, estão incluídos os referidos seguros, visto que não são imputados às Delegações. Para os restantes custos foram considerados também os inerentes à Delegação de Setúbal, com limpeza, água, luz e comunicações, agora incorporados no Orçamento da Sede. Informou que, para a Clínica (SMN), foi feito um Orçamento que considerou as alterações de acordo com o contrato e de uma nova parceria. De forma muito breve, aludiu ainda ao Orçamento global, que não é mais do que a soma das propostas orçamentais das restantes Delegações, em conjunto a da DN/Sede. Quanto à cobrança de quotas, cada Delegação tem a sua expectativa, seja de recuperar sócios, seja de já não conseguir

recuperar sócios e mesmo perder alguma quotização. Os restantes custos das Delegações também são as perspectivas que nos apresentaram, que são transpostos para o Orçamento global da ADFA que, neste caso, depois dessa consolidação, prevê o resultado positivo de 21.091,00 euros.

**O Presidente da MAGN**, abriu um período de inscrições para intervenções. Registraram-se os Conselheiros Ludgero Sequeira, João Martins, Manuel Lopes Dias, Manuel Branco, Eduardo Casais, Mário Cornélio e Alberto Pinto.

**O Conselheiro Ludgero Sequeira** referiu que, no plano de atividades, ficava registado que a DN está realmente atenta àquilo que são os grandes problemas da Associação. Sobre o Orçamento, assumiu ter participado na sua elaboração, dando uma ou outra sugestão e fez uma análise sintética dos mapas que todos os Conselheiros receberam. Em relação ao Orçamento consolidado, observou que a Associação parece mostrar alguma saúde, na medida em que, do ponto de vista económico, há um equilíbrio entre as receitas e as despesas, e que, do ponto de vista financeiro, que não está refletido no Orçamento, a Associação dispõe, do somatório da Sede e das Delegações, alguma disponibilidade financeira, na ordem das centenas de milhares de euros. A Associação, não tem dívidas a terceiros, e apresenta uma situação equilibrada. Mas, ao analisar as partes, na Sede e nas Delegações, o cenário demonstra *"grandes desequilíbrios"*. A Associação terá que enfrentar a realidade das dificuldades de algumas Delegações, que havia sido prevista há algum tempo, agora é mais problemática. Referiu uma mensagem do Presidente da Delegação de Famalicão, Anquises Carvalho, que chamou a atenção para determinados fatos, que devem merecer alguma atenção. Referiu-se também à situação dos restaurantes em Évora ou em Lisboa, porque não se conhecem resultados, sendo Delegações que apresentam prejuízos. Esses aspetos têm que ser tratados e analisados num estudo posterior, bem mais profundo do que aquele que habitualmente é feito na ADFA. A Sede tem uma receita, a subvenção do Ministério da Defesa, e as Delegações têm uma receita das quotas.

Perspetivou que os gastos, que têm vindo a aumentar progressivamente, não vão reduzir-se, se mantivermos a mesma estrutura, dando como exemplo os encargos com o pessoal. Em contrapartida, as receitas, que resultam da quotização, estão a perder expressão, e, à medida que os anos vão passando, o diferencial entre a receita e a despesa tende a ser cada vez menor. Razão porque há mais Delegações com prejuízos. Baseado nestas circunstâncias, é necessário realizar, no ponto de vista da situação económico-financeira da Associação, uma análise profunda, em que seja possível avaliar e perspetivar aquilo que serão realmente as receitas, num futuro de dois ou três anos. O próximo Orçamento, tem de refletir as grandes decisões a tomar, no sentido de alterar a estrutura atual. Alertou também os responsáveis de algumas Delegações, para que interiorizem, em definitivo, que a Associação vai *"morrer"* progressivamente, pelo que algumas Delegações, provavelmente, vão ter que alterar a sua forma de funcionamento, ou, inclusivamente, extinguir-se.

**O Conselheiro Manuel Branco** subscreveu *"completamente"* o que o Conselheiro Ludgero acabara de dizer. Em relação às atividades programadas para 2026, afirmou ter gostado da estrutura com que o Presidente da DN as dividiu, tendo em conta *"a contração muito rápida das dinâmicas da Casa"*, que se tornou *"uma coisa evidente para todos"*. Cada vez mais, a ADFA precisa de respostas centralizadas, porque, provavelmente, *"as Delegações vão definir cada vez mais e muito rapidamente"*, evidenciando que a maior parte vive à volta do respetivo Presidente, e que *"vai ser muito difícil que qualquer Delegação subsista ao desaparecimento do seu Presidente"*.

Neste quadro, questionou-se sobre como é que a ADFA vai conseguir prolongar o apoio aos sócios, *"aos poucos sócios e muito dispersos, por todo o País"*, correndo-se o risco de ficarem completamente desamparados, seja, por exemplo na hipótese de marcar consultas ou de deslocar-se a Lisboa para comparecer a uma consulta, algo a que, de momento, ainda é possível dar resposta.

Realçou então as assimetrias entre os universos de Lisboa e do resto do País. Evidenciou o grupo de associados que estão a trabalhar para tentar encontrar estratégias que ajudem a DN e a ADFA.

Sublinhou que a revisão estatutária é urgente, tendo em atenção o que está a acontecer em Setúbal, em Bragança e em Castelo Branco, *"que é praticamente o desaparecimento rápido de Delegações"*, para fazer com que os Estatutos passem a contemplar uma resposta cada vez mais centralizada para os sócios que ficarem mais desamparados.

Sobre a referência do Conselheiro Ludgero Sequeira aos restaurantes em Évora e em Lisboa, referiu que o restaurante de Évora *"funciona razoavelmente, dá-nos um pequeno lucro"*, mas que considera que talvez valesse a pena o CFN ou a DN se deslocassem a Évora para verificar, exatamente, como é que essa estrutura.

**O Conselheiro Alberto Casais** referindo-se ao Plano Operacional, quanto às orientações estratégicas e defesa de direitos e justiça social, concorda

com o objetivo de clarificar o conceito de campanha no período antes da Guerra Colonial, assim como lutar por pensões dignas para deficientes militares e suas viúvas, apesar de considerar primordial para a Associação a realização dos objetivos dos deficientes militares. Quanto às viúvas, reafirmou a sua discordância tal como já havia defendido no CN anterior. Noutro ponto, obter a justiça para os ex-furriéis do Serviço Militar Obrigatório, assegurou que “é evidente, na minha opinião, que os furriéis foram uma classe fundamental na Guerra Colonial”.

**O Conselheiro Manuel Lopes Dias** referiu, em relação ao Plano e Orçamento para 2026, que deveria constar uma proposta da DN para, muito rapidamente, exigir a reposição do funcionamento do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA), que não reúne desde 2017 e que seria o fórum no qual poderiam ser discutidas as questões dos deficientes das Forças Armadas, pois, “se os problemas não forem discutidos antes de subirem ao Gabinete do ministro da Defesa Nacional, as coisas não andam”. Explicou que o CCADFA funciona no âmbito da Direção-Geral de Recursos Humanos da Defesa Nacional e que é nesse patamar que as questões devem ser tratadas, em primeiro plano. Referiu, também, que a ADFA devia ter uma exposição pública mais visível, no aspeto de dar a conhecer à opinião pública aquilo que está a fazer, e ainda o que ainda está por fazer e qual é o seu papel presente e futuro. Aconselhou a que se desse mais visibilidade à ADFA, especialmente perante a pressão dos ex-combatentes, conceito no qual “nos vão apagando”. É preciso passar à prática, sendo mais ousados e recorrendo aos meios da Comunicação Social para levar a mensagem da Associação. Relativamente ao Orçamento, registou “com muito agrado, a sensibilidade da DN, no sentido de fortalecer o Orçamento das Delegações deficitárias, prescindindo de 7% das participações à Sede”. Realçou que está aberto “o grande problema que é o futuro da ADFA, em relação às Delegações que já estão com problemas muito graves ao nível da sua sustentabilidade”. É importante que o Orçamento a aprovar no final do próximo ano, para 2027, já inclua profundas alterações, para que a ADFA seja sustentável até ao fim, com dignidade. Reiterou que devem criar-se condições para que as Delegações não fechem a porta, registando positivamente a anunciada criação, na Sede Nacional, de um Serviço Associativo Nacional, fundamental para começar a dar garantias aos associados de que não vão ficar sem apoios, não esquecendo a potenciação do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes das Forças Armadas (PADM), da Defesa Nacional, que está a funcionar bem. Ao nível do Orçamento, alertou que “a cabeça da ADFA, a Sede Nacional, é, no fundo, a última parte da ADFA a morrer” e que é preciso que o Orçamento para 2027 já assegure que não fique descapitalizada, porque é a Sede Nacional que tem que dar resposta, em última análise, aos problemas financeiros do pessoal, dos colaboradores e dos associados, respondendo também perante o exterior e perante a Defesa Nacional. Declarou estar de acordo com a aprovação do Plano e Orçamento da ADFA para 2026, uma vez que teria que ausentar-se temporariamente para uma consulta, registando assim a sua intenção de voto favorável.

**O Presidente da DN** pediu a palavra para esclarecer que, sobre o pedido de reativação do CCADFA, já a DN o havia tratado semanas antes, prevenido que esse assunto figurasse nas reuniões a realizar com Diretor-Geral de Recursos Humanos da Defesa Nacional e com o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, tendo mesmo já sido discutido com o Dr. Nuno Caeiro.

**O Conselheiro Mário Cornélio**, referiu-se aos objetivos do Plano Operacional, salientando que consideram clarificar o conceito de campanha inscrito no DL 43/76, de 20 de janeiro, no sentido de nele incluir todos os deficientes militares e afetados nas zonas operacionais da Guerra Colonial. Gostava de saber qual é que é a zona operacional numa guerra de guerrilha. Quanto às receitas e às quotizações das várias Delegações, lamentou o parco pagamento de quotas e alvitrou que “o anunciado Serviço Associativo Nacional vai forçar muita coisa”, talvez influenciando o regresso à regularidade de alguns associados.

**O Conselheiro Alberto Pinto** apresentou duas questões. Sobre a empresa que serviu a ADFA nos serviços de Fisioterapia, referiu ter recebido uma carta, em sua casa, anunciando a possibilidade de prestação de serviços, sabendo-se que estão alegadamente a utilizar a base de dados da ADFA, mesmo sem já fazerem parte da Casa. Indicou ainda que há associados que ligam para a ADFA e que não vêm atendidos os seus telefonemas e que isso é um obstáculo à prestação do serviço da ADFA aos seus associados.

**O Conselheiro Eduardo Ribeiro** pronunciou-se sobre o Plano Operacional, manifestando desde logo a intenção de se abster. Informou que a razão para esta posição se prende com a Delegação do Porto e com o Eixo 6, relativo ao Projeto IRA. Referiu que é um projeto que não parte de uma base científica de contextualização. Questionou sobre qual a problemática e contexto dos deficientes militares que fazem com que seja

necessário este Projeto IRA. Disse ainda que ter-lhe chegado a informação que se trata de “um projeto megalómano, porque garanto-lhes que, no terreno, não foi feita nenhuma prospeção, nem nunca se fez, por exemplo, um check-in junto dos deficientes militares associados, para saber das suas necessidades, das suas barreiras e das suas dificuldades”. Pretendeu saber o número de associados no Projeto CACI, na Delegação do Porto, por exemplo, solicitando também, quanto ao Projeto IRA, saber a quantos deficientes das Forças Armadas se destina. Referiu que, como professor que deu aulas durante 36 anos, especializado em deficiência mental e deficiência motora. Tendo começado a falar sobre as injustiças quanto aos direitos dos deficientes das Forças Armadas, sendo interpelado pelo Presidente da MAGN, que sublinhou que na parte da tarde haveria um ponto para a discussão do Caderno Reivindicativo. O Presidente da MAGN apelou a que centrasse a sua intervenção no ponto em discussão, sobre o Plano Operacional e Contas. Lembrou as reuniões da Delegação do Porto com os associados e recordou que numa dessas ocasiões questionou a Direção sobre a razão de ser do Projeto IRA, do CACI e do Palácio Cor-de-Rosa, perguntando sobre o que é que têm que ver com o terreno e com os deficientes das Forças Armadas espalhados pelas várias regiões do País, pois ninguém os visita em casa ou nos lares. Disse que a ADFA tem futuro, até porque ainda há militares portugueses em missão na Roménia, por exemplo. Considerou que o que faz falta é rever os Estatutos adequadamente, quanto à operacionalidade e limite de mandatos, questionando a prática de manter pessoas à frente das Direções há 30 anos.

Terminadas as intervenções, o **Presidente da MAGN** referiu o **Parecer do Conselho de Executivos (Cd'E), relativo ao Plano Operacional e Orçamento, da ADFA, para o ano de 2026**, favorável por maioria e com uma abstenção e uma referência, especial, à inovação da redução, em 50%, do valor da dotação das Delegações para a Sede Nacional.

**O Presidente da DN** deu uma explicação sobre as questões que foram levantadas. Falou do grupo de associados que promoveram, extra-DN, duas reuniões sobre o futuro da ADFA. Salientou que a DN está firmemente interessada em trabalhar no sentido de preparar o património e o legado histórico-cultural da ADFA. Evidenciou o Departamento de Documentação e Arquivo, e o “excelente trabalho” de preparação, catalogação e arquivo de toda a documentação da Sede da ADFA e das Delegações, com a colaboração do Arquivo da Defesa Nacional. Esse trabalho vai permitir que o património cultural da ADFA esteja disponível para toda a sociedade, para as academias, para as universidades, e para quem quiser debruçar-se sobre o que foi o papel fundamental da ADFA junto da sociedade portuguesa. Destacou a baixa participação dos membros desse grupo de trabalho nas últimas eleições. Realçou ainda a “redução drástica do pagamento de quotas”, apelando à coesão associativa e aos contributos diários dos que apostam numa ADFA aberta e a funcionar com normalidade.

**O Tesoureiro da DN** esclareceu que o programa eleitoral teve que ser acabado antes de 20 de setembro e o encontro do grupo sobre o futuro da ADFA foi a 29 de setembro, pelo que já não entrou no programa eleitoral a tempo.

**O Conselheiro Mário Cornélio**, dirigindo-se ao Presidente da DN, lembrou que em tempos dirigiu o Núcleo de Cascais, durante dez anos, com 215 associados, entre os quais viúvas, e com três eleições, uma delas com uma participação de apenas três associados, não se recordando de ver por lá o Presidente da DN, que reside naquela região, situação corroborada pelo Presidente da MAGN.

**Passou-se à votação: O Plano Operacional foi aprovado por maioria, com duas abstenções, e o Orçamento para 2026 aprovado, por maioria, com duas abstenções.**

**Ponto Três, sobre o Parecer do Conselho Fiscal Nacional referente ao primeiro semestre do ano de 2025.**

**O Presidente do CFN**, informou que foram enviados, a todos os Conselheiros, o Parecer e uma nota sobre a clarificação de uma situação anteriormente apresentada pelo associado e Conselheiro Nacional Mário Teixeira sobre a Delegação do Porto, acerca de um erro que aconteceu na contagem da votação, sendo esse assunto também esclarecido no jornal ELO. Referiu o resultado das contas, positivo em catorze mil duzentos e oitenta e quatro euros e nada mais ter a declarar, elogiando a atuação da DN.

**Ponto Quatro, representatividade e direitos**

O Presidente da MAGN lembrou que foram distribuídos previamente a todos os Conselheiros os documentos produzidos pela DN, assim como os documentos que foram apresentados pelo Conselheiro Mário Cornélio. **O Presidente da DN** referiu os aspetos ligados às reivindicações legisla-

tivas e aos contactos institucionais que a Direção tem feito nesse sentido. Realçou que o documento teve por base o que foi aprovado na Assembleia-Geral de 12 de abril, numa sintetização do Caderno Reivindicativo. Sublinhou que esses assuntos foram apresentados ao Ministro da Defesa Nacional e ao Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, sendo também enviados às Chefias Militares. Lembrou a presença da ADFA no Parlamento, aquando da discussão e aprovação do Orçamento do Estado para 2026, tendo também participado em audiências com todos os Grupos Parlamentares. Informou que a recetividade ao CR foi bastante boa, e que, no dia em que o Ministro da Defesa Nacional foi à Assembleia, para audição parlamentar, a ADFA/DN também lá esteve, sendo referida por todos os Grupos Parlamentares e pelo próprio Ministro. Dando como exemplo o caso dos furriéis, considerou que poderá “ser rapidamente ou brevemente resolvido” e que, “até foi por iniciativa do Secretário de Estado, há umas semanas, num encontro que tivemos, que foi solicitado que enviássemos para lá a documentação”. Anunciou a reunião, a realizar em breve, em 18 de dezembro, com a Direção-Geral de Recursos Humanos da Defesa Nacional (DGRHDN), para analisar esses assuntos. Falou sobre o conteúdo do CR e evidenciou a parte relativa às viúvas, para quem se reclama, quer para as que têm a pensão de preço de sangue, quer para as que têm a pensão de sobrevivência, que qualquer dessas pensões nunca seja inferior ao IAS. Informou que foi feito um estudo e se estes itens fossem todos contemplados com aprovação governamental, significaria um encargo de cerca de 56 milhões de euros por ano para o Erário Público.

**O Vice-Presidente da DN** relatou uma reunião no INR, em que estiveram presentes o associado Lopes Dias e Lia Katali, acerca do procedimento de equivalência de certificação das desvalorizações atribuídas (Certidão Multiusos ou Cartão de DFA). Informou que a ADFA fez o seu trabalho sobre esta matéria e fundamentou um estudo, através do Gabinete Jurídico Nacional, recorrendo a toda a legislação existente, desde o DL43/76. A situação prende-se com a não-aceitação do Cartão de DFA como comprovativo da desvalorização gerada pela deficiência. Registou que houve abertura, por parte da Secretária de Estado da Ação Social para tratar desta matéria. **O Conselheiro Manuel Lopes Dias**, esclareceu que, essa questão foi apresentada pelo Associado Henrique Mendonça, que também estava na reunião do Mecanismo que acompanha a aplicação dos direitos das pessoas com deficiência, no âmbito da Assembleia da República, numa apresentação sobre o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. No intervalo dessa apresentação, a ADFA falou com a Secretária de Estado da Ação Social, ficando combinado que a ADFA faria chegar ao Gabinete uma comunicação sustentada sobre esta questão.

**O Presidente da DN** referiu-se à questão do cartão de Deficiente das Forças Armadas, assunto que já tem sido tratado, nomeadamente junto da então Ministra da Defesa Nacional Helena Carreiras. Informou que, no Hospital Militar, pedem o Cartão da ADM e não o de DFA. Considerou que “o cartão do DFA tem que ser o nosso cartão de identidade, enquanto militares e enquanto deficientes das Forças Armadas” e que “devia ser reconhecido por todos”. Chamou a atenção para o facto de, nos últimos dois ou três anos, aos Cartões de DFA renovados foram retirados dois artigos sobre os direitos dos DFA, nomeadamente o artigo que diz que os DFA têm o direito de se inscreverem no IASFA. **Henrique Mendonça**, na qualidade de observador, neste CN, pediu permissão para esclarecer que essa situação só se passa com os Cartões emitidos através do Exército, pois dos que estão ligados à Marinha continuam a constar as referências ao direito dos DFA a inscrever-se no IASFA.

**O Presidente da MAGN** salientou que, nem todos os organismos exigem a apresentação de Certidão Multiusos em vez do Cartão de DFA.

**O Conselheiro Alberto Pinto** considerou que a ADFA deveria fazer algo para que os cartões passassem a ser vitalícios, como as certidões multiusos dos civis o são.

**O Presidente da MAGN** afirmou que, relativamente a estas questões dos cartões, a DN tem que atuar, porque há critérios distintos, conforme o Ramo das Forças Armadas. Acrescentou que, nos termos da Lei, os deficientes têm que apresentar o Cartão [Certidão] Multiusos. Este assunto tem de ser clarificada definitivamente porque não faz sentido não reconhecer o que foi homologado por uma entidade, as juntas militares. Não podemos aceitar que tenhamos de apresentar um Cartão Multiusos. Tem de estar salvaguardado na lei que, relativamente aos deficientes militares, tem de ser aplicado o regime que os abrange como militares e deixar de haver esse tipo de problemas e não ficarmos dependentes da boa vontade ou interpretação de cada serviço ou repartição do Estado. Sobre o CR aprovado em Assembleia-Geral, só pode ser alterado numa nova Assembleia-Geral.

Pela Direção Nacional foram apresentados três documentos sobre a questão reivindicativa. Outros documentos foram apresentados pelo Conse-



lheiro Mário Cornélio. Abriu-se o período de inscrições, para quem quisesse intervir sobre essa matéria.

Registou as inscrições de Eduardo Ribeiro, de Alberto Casais, de José Monteiro, de Mário Cornélio e de Manuel Lopes Dias.

O **Conselheiro Eduardo Ribeiro** reportou-se novamente à reunião trimestral que a Delegação do Porto realizou em Vila Real, em 24 de maio de 2025, em que teceu vários comentários sobre essa reunião, com apreciação depreciativa para alguns sócios de forma como aceitam tudo e dirigentes que se aproveitam desses sócios, que na sua opinião aceitam tudo. Referiu, também, afirmações que na ocasião foram feitas e lamentou a reação da Delegação às discordâncias que alguns sócios apresentaram. Transmitiu ao CN algumas afirmações ali proferidas pelos responsáveis da Delegação do Porto, pouco amistosas para quem, governa a ADFA, em Lisboa. Manifestou-se contra a afirmação sobre o final de vida da ADFA é favorável a tratar do legado da Associação, considerando o seu património imaterial e preservando o seu valor histórico e cultural. Mas apelou também a que se criem projetos para o património físico, pois “*não podemos estar alienar património, nem em benefício de outros deficientes, de outros deficientes da sociedade civil, que não dos deficientes militares*”. Considerou que, “*estar a alienar património com projetos megalógonos, tipo IRA ou CACI, para atender outros deficientes, não acha muito correto*”. “*Temos que manter a ADFA viva e renovada*”. Sobre os Estatutos, defende que as quotas deveriam ser por percentagem em relação à pensão de cada um, como acontece em outras organizações. Ainda sobre o património e sobre o funcionamento da ADFA, considerou que os próximos Estatutos terão que fazer uma redução de Órgãos, criando talvez um Conselho Fiscal único, por exemplo. Considerou que, através das tecnologias de informação e comunicação, e das videoconferências, poderia poupar-se algumas verbas.

O **Presidente da DN** prestou um esclarecimento e um comentário sobre que foi dito pelos Conselheiros anteriores. Esclareceu os presentes sobre a situação que originou as eleições intercalares e sobre a informação que não contribuiu para o entendimento geral sobre esse momento associativo.

Sobre as quotas, referiu que, em devido tempo, a DN enviou a todas as Delegações uma comunicação interna baseada nos Estatutos, com o procedimento para a suspensão do pagamento de quotas, se o associado comprovar que realmente tem dificuldades económicas e que não consegue pagar a quota de sete euros por mês. Considerou “difícil de aceitar” que não haja algum deficiente das Forças Armadas que não tenha a possibilidade de pagar sete euros por mês. Questionou como é que os outros deficientes militares, com pensões relacionadas com a vida militar mais baixas, viveram ou sobreviveram durante 50 anos só com essa pensão. A pensão baixa indica uma incapacidade baixa e, por isso, fizeram a sua vida profissional normal, com o seu emprego. Lembrou que a única maneira de comprovar se têm ou não capacidade para pagar a quota é pela apresentação do IRS, como qualquer cidadão faz, para qualquer coisa que seja necessária. Realçando que sem quotas a ADFA poderá encerrar a sua atividade, apelou ao espírito associativo e à honestidade intelectual no pagamento das quotas.

O **Conselheiro Alberto Casais** lamentou que algumas intervenções tenham divergido dos temas propostos. Sobre as questões os direitos e representatividade, considerou que “*não há justificação nenhuma para haver deficientes em serviços e deficientes em campanha, pois, a partir do momento em que qualquer militar foi mobilizado para a guerra, a partir desse momento tem que ter iguais direitos, para iguais situações*”. Evidenciou também as reivindicações dos furriéis, cujo assunto parece estar bem encaminhado. Referiu ainda não concordar “*com esta teoria das viúvas dos deficientes militares terem, não digo privilégios, mas terem um tratamento especial em relação às viúvas civis*”, considerando que “*elas não são deficientes*”, embora tenham exercido uma missão que competiria ao Estado. Disse que “*não vejo razão para que elas tenham essa prioridade, pois as viúvas deviam ser tratadas de acordo com a legislação para não-militares*”.

O **Conselheiro Manuel Branco** referiu que o que foi defendido pelo Conselheiro Casais não é possível e nunca foi possível nos últimos 50 anos. Considerou que há algumas coisas em que vale a pena insistir, como a majoração do IAS para os DFA. Em relação às quotas, referiu que o princípio básico da ADFA foi sermos sócios todos iguais e que, portanto, a quota tem que ser igual. Referiu não ser possível exigir a declaração de rendimentos aos interessados. Apontou o mecanismo associativo para aqueles que não podem pagar as quotas. Focou a situação da Delegação dos Açores, que pratica quotas diferenciadas, situação de irregularidade estatutária. Mas também, disse não se opor a que se colocasse esta situação na próxima revisão estatutária, legalizando a prática da Delegação dos Açores.

O **Conselheiro José Ribeiro** referiu-se ao Projeto IRA, considerando que tem que ser discutido e que não deve ser descartado. Realçou que “*este*

*projeto só irá em frente se tiver pernas para andar e se tiver viabilidade*”, pois tem o patrocínio da ADFA. afirmou não entender porque é que não querem deixar trabalhar a Delegação do Porto neste Projeto, que considerou “*inovador*” e de “*nível europeu*”.

O **Presidente da MAGN** salientou que este ponto é dedicado às revindicações legislativas e não à discussão do Projeto IRA, tendo permitido que falassem sobre isso, e não devia, desviando a discussão do assunto previsto.

Apelou aos Conselheiros para que procurassem incidir sobre o ponto em discussão, o Caderno Reivindicativo aprovado em Assembleia-Geral, e os documentos que a própria Direcção apresentou para este ponto, quer no domínio legislativo dos deficientes e suas viúvas, quer sobre furriéis, que foram desenquadrados do posto que tinham.

O **Conselheiro Alberto Casais**, em resposta ao Conselheiro Manuel Branco, avançou que, há 50 anos, também se fez coisas impossíveis de pensar, como acabar com a guerra e fazer uma Associação, questionando sobre porque que nesta altura não se insiste na equiparação entre os conceitos de campanha e de serviço.

O **Presidente da MAGN** dirigiu-se ao Conselheiro Alberto Casais, dizendo que essa discussão já teve lugar e que neste momento a ADFA sabe qual é a situação concreta. Há um Caderno Reivindicativo aprovado em Assembleia, e pode apresentar-se uma proposta para alterações no futuro, se o Conselho estiver de acordo com isso, tomando a devida nota para, numa próxima Assembleia-Geral, com a Direcção, leva-la a votos, como complemento àquilo que já existe.

O **Conselheiro Mário Cornélio** resumiu a questão dos furriéis. Questionou sobre a disparidade de práticas entre, por um lado, o Exército e a Força Aérea, e por outro, a Marinha. Questionou sobre porque não se promoveu os furriéis e se a ADFA se interessou por isso.

O **Presidente da MAGN** também falou dos furriéis, dizendo que os Serviços Jurídicos deverão saber melhor do que ninguém, pois, desde 2007, este assunto foi tratado várias vezes, sem ter-se conseguido resolver o problema.

O **Conselheiro Manuel Lopes Dias** apelou a que não se dispersassem do fundamental, pois o Órgão máximo, que representa a coesão associativa, é a Assembleia-Geral Nacional, que, na sua última reunião, definiu muito claramente o quadro de reivindicações que, neste momento, os associados da ADFA querem que seja colocado ao mais alto nível para ser resolvido. Considerou “*muito triste*” a sucessão de versões do CR. As questões patentes no CR são centrais e a ADFA deverá manter o foco na sua resolução. Referiu que a dispersão e desinteresse na ADFA e pela ADFA advêm de estar a discutir-se os mesmos assuntos na Assembleia-Geral, nos últimos três anos, apelando ao foco principal à coesão nacional.

O **Presidente da MAGN** concordou com o Conselheiro Manuel Lopes Dias, pois não deve cada AGNO aprovar um Caderno Reivindicativo diferente e levá-lo às entidades, como se fosse uma “*coleção*” desses documentos.

O **Conselheiro Ludgero Sequeira**, considerou que na próxima AGNO, a questão dos furriéis poderia integrar o CR. Sabendo-se que a questão dos furriéis está na mesa de trabalho do Secretário de Estado, por via ou proposta da Associação Nacional de Sargentos e não da ADFA. Mas essa oportunidade não pode ser perdida e terá que ser aproveitada, honrando a missão e o sacrifício dos furriéis na Guerra Colonial, propondo a questão dos furriéis como assunto prioritário.

O **Conselheiro Manuel Lopes Dias** apresentou um esclarecimento sobre a sua intervenção anterior, na qual chamava a atenção para aquilo que a Assembleia-Geral aprovou, realçando que deve também tratar-se dos furriéis.

O **Presidente do CFN** sublinhou que a espinha dorsal das operações militares na Guerra Colonial tinha por base, para além das praças, os furriéis milicianos e os alferes milicianos.

O **Tesoureiro da DN** fez parte do grupo que se chegou à frente no problema dos furriéis, a pedido do Secretário de Estado, esclarecendo, que não haja confusões, é segundo sargento desde 1974.

O **Vice-Presidente da DN** alertou para o problema da dispersão nas reivindicações. Apelou ao cumprimento do mandato da Assembleia-Geral, num CR que não apresenta prioridades mas que reconhece as oportunidades que vão surgindo. A ADFA tem agora a oportunidade dos furriéis, e, sem esquecer o resto, as viúvas, o pessoal em serviço, deve aproveitá-la.

O **Presidente da MAGN deu por encerrada a discussão referente ao CR, passando-se à análise dos documentos enviados pelo Conselheiro Mário Cornélio.**

O **Conselheiro Mário Cornélio** sobre esses documentos focou três pontos: o conceito de deficiente das Forças Armadas, a reabilitação e assistência social dos deficientes das Forças Armadas, as pensões e reformas e atua-

lizações automáticas. A análise destes pontos teve como base o DL 43/76. Sobre o conceito de deficiente das Forças Armadas, referiu que não é só a ação direta do inimigo, mas também a ação indireta do inimigo, que determinam a situação. Quanto à reabilitação e assistência social dos deficientes das Forças Armadas, evidenciou que o DL 43/76 prevê, no artigo quinto, ponto um, que a assistência social é da responsabilidade do Estado, mas que o deficiente pode ser colocado ao cuidado da família. O surgimento do estatuto de Cuidador Informal de Saúde veio dar outra envolvimento ao tema, com as especificidades que determina. Aproveitou para falar das viúvas dos DFA que abdicaram da sua carreira profissional para se dedicarem aos companheiros, ficando, após a morte dos seus maridos, apenas com a pensão de sobrevivência, perdendo a estabilidade financeira, algo que deve ser reconhecida. Quanto à atualização automática das pensões, aludiu à posição da Caixa Geral de Aposentações (CGA) e às interpretações injustas sobre os diversos casos dos deficientes militares, apelando a que a ADFA disso, reclame. Referiu-se à questão do Indexante de Apoio Social, que substituiu o Salário Mínimo Nacional no cálculo das pensões. Desde 2018, há uma majoração em 35% sobre o IAS e que as cuidadoras informais dos deficientes militares têm o direito, como diz o Acórdão, a receber o Salário Mínimo Nacional, por exercerem essa função. O **Conselheiro José Farragó Dias** disse que, no seu caso, foi primeiro à Junta Militar e, para lhe ser atribuída uma pensão, foi à Junta da Caixa Geral de Aposentações, em 1994, sendo qualificado “*em serviço*”.

O **Presidente da MAGN** considerou que há diferenças e os deficientes em campanha, portanto, do DL 43/76 e do DL 210/73, o que contou foi a Junta Médica Militar e que a CGA aplicou aquilo que recebeu, em termos de comunicação dessa entidade que atribuía a incapacidade. Revelou não ter conhecimento de coisas diferente.

Quanto à questão das cuidadoras informais, a legislação que as abrangue não foi produzida a pensar nos deficientes militares, mas nos cidadãos em geral, nomeadamente os idosos, que precisem de tal apoio. Considerou a aplicação dessa legislação à especificidade das viúvas dos deficientes militares deve ser estudada pelos serviços jurídicos da ADFA, para analisar e aferir até que ponto isso possa ser aproveitado. Referiu novamente o PADM, aludindo aos apoios disponíveis. Acrescentou que não estranharia que, assim como a sociedade em geral e os deficientes civis já beneficiaram de alguma legislação dos deficientes militares, os deficientes militares e suas viúvas possam vir a beneficiar de alargamento de condições a partir da legislação geral. Manifestou a opinião de que as viúvas dos deficientes militares deveriam beneficiar da especificidade dessa missão, em que, durante toda a vida, se substituíram ao Estado Português.

Afirmou que, tal como o Caderno Reivindicativo pretende que haja um valor mínimo em termos de pensão para os deficientes militares, nomeadamente aqueles que têm as tais pensões baixas, em serviço, é da opinião que se proceda, de igual modo, para as suas viúvas. Quanto às viúvas que foram cuidadoras, considerou que são as viúvas dos grandes deficientes das Forças Armadas, que auferiam, através dos seus companheiros, para além da sua pensão, do abono suplementar da sua pensão, como majoração total, e do complemento para a terceira pessoa. Depois da morte dos maridos perdem em termos de rendimento. Referiu que, ao olhar para esses casos, constata-se que foi uma opção de vida, com as suas consequências, por vezes muito duras e que merecem a nossa solidariedade.

A **Conselheira Chiu Arruda** referiu ter trabalhado toda a vida e por isso auferir a respetiva pensão, mas esse facto não invalida que deva ser reconhecido e reparado o sacrifício das mulheres dos deficientes militares. Acrescentou que cada Delegação deveria circular pelo terreno e procurar as viúvas dos grandes deficientes, que precisam de apoio e que devem ser efetivamente reparadas.

O **Presidente da DN** salientou ser indesmentível que as mulheres dos GDFA têm grandes encargos, por exemplo, as despesas a dobrar, pois têm sempre que estar com eles, como acompanhantes e pagantes, o que constitui encargos financeiros e outros que as outras pessoas não têm. Considerou que essas viúvas deveriam beneficiar de uma pensão específica, pois, “*dentro da igualdade, há muitas diferenças*”.

O **Presidente da MAGN** lembrou que na última reunião foi decidido que esta situação fosse estudada juridicamente.

O **Conselheiro Mário Cornélio** sublinhou que essas viúvas sofrem quebras financeiras muito violentas.

O **Presidente da DN** aproveitou para informar que o documento apresentado pelo Conselheiro Mário Cornélio será incluído como documento de trabalho.

Deu-se por encerrado o Ponto Quatro e como no Ponto Quinto, não foi solicitada qualquer intervenção, o Presidente da MAGN deu por encerrada a reunião pelas 16h00, desejando boas festas a todos os participantes e trabalhadores que colaboraram na logística deste Conselho Nacional.

# Parecer do Conselho Nacional sobre a Execução do Orçamento Global respeitante ao Exercício de 2025

Senhores associados,

No exercício das competências conferidas pela alínea e) do artigo 36.º dos Estatutos, o Conselho Nacional emite o seu Parecer sobre a Execução Orçamental da Sede e das Delegações, respeitante ao Exercício de 2025, apresentada pela Direcção Nacional da ADFA - Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

## 1. ÂMBITO DA ANÁLISE

O Conselho Nacional procedeu à análise da actividade e da evolução das contas de rendimentos e gastos, através dos documentos produzidos pelos serviços administrativos e financeiros da ADFA e os esclarecimentos dados pelo tesoureiro da Direcção Nacional, assessorado pelo contabilista certificado e responsável pelos serviços de contabilidade:

1.1. Documentos elaborados e fornecidos pelo Departamento Administrativo e Financeiro, nomeadamente, os mapas de execução orçamental da Sede e das Delegações relativos ao exercício de 2025.

1.2. Contas de exploração da Sede, Delegações e consolidado de 2025.

1.3. Esclarecimentos sobre as variações nos valores dos rendimentos e dos gastos, sobretudo as de maior relevância.

1.4. Critérios seguidos quanto à especialização dos exercícios.

1.5. Critérios aplicados na contabilização de imobilizações.

1.6. Critérios aplicados no cálculo das amortizações do exercício.

1.7. Critérios na regularização das dotações, versos custos com o pessoal e quotas cobradas.

O Conselho Nacional, em resultado da análise efectuada aos elementos atrás descritos, considera estar em condições de formar opinião sobre a evolução da execução orçamental, no ano em apreço.

Os valores do Orçamento para o exercício de 2025, representam, respectivamente, Rendimentos de 2.411.738 euros e Gastos no montante de 2.388.203 euros, e a previsão de um Resultado de 23.535 euros.

Face às demonstrações contabilísticas apuradas foram realizados Rendimentos e Gastos no montante de 2.527.820 euros e 2.503.026 euros, respectivamente, dos quais resultou um Resultado Líquido do Período no montante de 24.794 euros.

Nesta execução orçamental foi obtido um resultado líquido do período superior ao previsto de 1.259 euros.

Analisadas as variações que contribuíram para o resultado, face ao previsto, nomeadamente, as variações mais significativas nas contas orçamentais de Rendimentos e Gastos poderemos concluir:

## 2. AO NÍVEL DOS RENDIMENTOS E GANHOS

• Rendimentos da Actividade Associativa: verificou-se uma variação, positiva de +26.324€ face ao que estava orçamentado. Para esta variação houve uma contribuição negativa de quotas cobradas a mais e a menos do qual resultou um decréscimo de -8.161€ em referência ao que havia sido orçamentado. Por outro lado, para o efeito positivo no valor dos Rendimentos da Actividade Associativa, contribuiu a variação da receita de +24.480€, derivada da recuperação de despesas de eventos sociais e os ajustes da regularização de dotações resultante da variação de salários suportados pela sede no valor de +13.192€; De forma negativa contribuiu para o valor global a diferença de quotas efetivamente recebidas de -3.187€.

• Vendas nos Bares/Restaurantes: registou uma variação positiva de +1.052€, face ao orçamentado e refere-se à Delegação do Porto.

• Prestação de Serviços: registou uma variação, igualmente, para menos de -5.835€. Para este valor contribuiu, essencialmente, a quebra de receita dos serviços médicos de -4.337€, diminuição de receita do serviço jurídico no valor de -299€, de serviços de secretaria -250€ e a variação negativa de outras receitas na delegação do Porto de -950€.

• Outros Rendimentos e Ganhos: registou uma variação positiva de +37.828€. Trata-se de uma variação positiva significativa que resulta da variação nas seguintes verbas: comissões de viaturas de +1.868€, comissões cartão Galp de +2.588€ e Jornal Elo com o valor de +7.201€ não orçamentado. Para a variação positiva de Outros Rendimentos e Ganhos, contribuíram, também, a recuperação de despesas do INR de +8.355€ e a recuperação de despesas do CAO - Centro de Apoio Ocupacional a funcionar na delegação do Porto com 7.867€. Negativamente contribuiu a Rede Nacional de Apoio após a dedução da recuperação de despesas com valor de -773€. No tocante aos proveitos suplementares, registou uma variação positiva de +12.722€, influenciada pelas variações positivas do Porto +6.231€, Évora +8.496€ e Açores +1.360€ e em sentido contrário a Sede -5.365€.

• Proveitos e Ganhos Extraordinários, variação favorável de +13.499€. Para este aumento contribuiu, principalmente, o aumento de donativos de +39.811€, repartidos pelas variações na Sede de +6.597€, Lisboa +10.576€, Porto +22.453€, Évora +30€, Faro +732€, Madeira +100€, Coimbra +87€ e em sentido negativo Viseu -644€ e Açores -120€. Contribuiu também o aumento das outras receitas, nomeadamente, correções de receitas de exercícios anteriores em +1.126€. A variação negativa de -27.438€, na conta de Outros Proveitos Extraordinários, resulta das delegações: Porto -28.035€, Évora -100€, e em sentido contrário, a Sede de recebimento da consignação de receita de IRS +91€ e Açores +606€.

• Proveitos e Ganhos Financeiros, a variação foi positiva de 707€ de juros de depósitos a prazo.

## 2. AO NÍVEL DOS GASTOS

• Gastos de actividade associativa: Relativamente ao Orçamento foram gastos +37.892€. Esta variação resultou do aumento dos gastos com pessoal de +13.192€ pagos em 2025. Os acertos de participações, das quotas de 2025, efetivamente recebidas, de -3.187€ que estão reflectidos nas receitas da actividade associativa, dada a situação da consolidação dos valores entre as contas da Direcção Nacional e das Delegações. Subsídio a Núcleos foram gastos mais 836€ do que estava orçamentado. Por outro lado, no apoio a sócios foram despendidos -450€ em comparação com o orçamentado. Ainda, nas variações destes gastos da actividade associativa, estão incluídas os gastos em eventos sociais em que foram despendidos +27.501€ do que o valor orçamentado. Quanto a estes gastos dever-se-á ter em conta o valor de recuperação de despesas que consta nos Rendimentos da actividade associativa em que essa recuperação teve um aumento de receita face ao orçamentado de +24.480€. De qualquer modo, a diferença entre a receita de eventos realizados e a despesa correspondente, traduz um custo efectivo na realização de eventos de +12.721€.

• Custos de mercadorias vendidas e consumidas: a variação para mais destes consumos de +1.432€, refere-se à Delegação do Porto. Como é sabido, na Sede, este serviço foi objecto de um contrato de cessão de exploração com resultados financeiros para a ADFA.

• Gastos com Pessoal: apresenta um gasto superior ao orçamentado da ordem de +40.348€. Esta variação é resultante do aumento nas remunerações do pessoal resultante de ajustes no quadro de pessoal, e representa o aumento de despesa de remunerações, incluindo encargos sobre as mesmas de +21.416€. Para o aumento da variação em gastos com pessoal, deveremos acrescer o aumento dos gastos em formação face ao orçamentado de +13.028€ que inclui os gastos na sede pagos à empresa Reabilitar em Casa. Outros Gastos com um acréscimo de 5.904€ referem-se a seguros de saúde, higiene e segurança no trabalho e participação de despesas de saúde.

• Gastos em Fornecimentos e Serviços Externos: registaram-se gastos superiores aos previstos no orçamentado de +18.647€. Para este acréscimo global de gastos, nesta rubrica, encontramos as que ficaram aquém dos valores orçamentados e outras que sofreram importantes acréscimos de despesa. De realçar, neste capítulo, as contas destes gastos que ficaram aquém do previsto, destacando-se a redução dos gastos com combustíveis -2.178€, água -549€, material de escritório -6.837€, despesas de representação -3.965€, circuitos de comunicação electrónica -843€, seguros -487€, deslocações de Órgãos Sociais e Trabalhadores -10.663€, contencioso e notariado -449€ e conservação e reparação -7.709€. Já, no tocante às contas que contribuíram para o aumento de Gastos, passaremos a citar: As contas de:

• Electricidade +9.016€, outros fluidos +1.877€, ferramentas e utensílios +2.836€, rendas e alugueres +10.266€, telefones e correios +3.313€, honorários +4.637€, vigilância e segurança +2.427€, serviços informáticos +5.313€, trabalhos especializados +4.573€ e outros fornecimentos e serviços +8.120€ euros.

• Impostos: ficou além do previsto +2.128€

• Outros Gastos e Perdas: verificou-se uma redução de -6.584€ face ao orçamentado. Esta redução resulta, essencialmente, da não realização das acções no âmbito das relações internacionais no valor de -5.000€, cujo valor orçamentado era de 10.000€ e na verba destinada aos outros custos e perdas que previa um gasto 1.750€ euros e só foram gastos 333€, bem como o gasto de -1.188€ em quotas diversas. Em sentido contrário, verificou-se um aumento face ao previsto de +1.021€ na realização de Assembleias-Gerais Nacionais, Conselho Nacional, Conselho de Executivos e as Eleições Intercalares para os Órgãos So-

ciais Nacionais, realizadas em 25 de Outubro de 2025.

• Gastos e Perdas Extraordinárias: Estes gastos atingiram uma variação de valor de +3.257€ que resulta de correções contabilísticas, de 3.057€ relativas a exercícios anteriores com origem nas correções referentes a dotações das delegações à Sede relativas ao ano de 2024. Esta situação resulta da necessidade de especialização do exercício e como tal, depois do apuramento das quotas cobradas verificadas em 2024, dever-se-ia proceder às regularizações desses valores versos reflexos na massa salarial da ADFA. Ao não serem operadas essas regularizações, os efeitos produzem-se no ano seguinte. Os restantes 200€, referem-se a donativos recebidos e que não estavam orçamentados.

• Custos e Perdas Financeiras: Verificou-se um aumento de gastos bancários, de +2.632€, face ao orçamentado.

• Quanto às amortizações do Exercício: Trata-se de um valor superior ao previsto no orçamento de +15.072€. Contribuíram para este valor o aumento das amortizações de Edifícios e Outras Construções +11.287€, Equipamento Básico +4.251€ e a redução das Amortizações do Exercício de Equipamento Administrativo -4.168€ e Outras Imobilizações Corpóreas -298€. De notar que estes gastos influenciaram o resultado líquido do período, mas não corresponde a despesa efectiva.

• Seguidamente, passamos a descrever a origem das variações mais significativas para todas as rubricas do orçamento:

### Nota 1 - Rendimentos da Actividade Associativa

• Quotização (-8.161 €): a variação verificada teve origem em termos positivos a Sede +14.846€; nas Delegações Porto +10.986€; Famalicão +2.361€ e Viseu +3.442€ e de forma negativa as Delegações de Bragança -2.092€; Castelo Branco -2.790€; Coimbra -4.129€; Lisboa -27.870€; Évora -228€; Faro -2.331€; Madeira -274€; e Açores -83€.

• Recuperação de Eventos Sociais (+24.480 €): esta variação teve origem na Sede de +517€, nas Delegações: Lisboa +8.802€, Porto +290€, Famalicão +50€, Coimbra +8.931€, Castelo Branco +5.136€, Évora -2.745€, Madeira +2.415€ e Açores +1.084€, face aos valores constantes do orçamento.

### Nota 2 - Prestação de Serviços

• Bar/Restaurante (+1.052 €): esta variação teve origem na Delegação do Porto, uma vez que na Sede, por força do contrato de cessão de exploração, nada há a registar.

• Serviços Médicos (-4.337 €): para esta variação contribuiu os serviços da Sede -4.531€, da Delegação de Famalicão -1.415€ e Delegação do Porto com +1.608€.

• Serviços Jurídicos (-299 €): esta variação positiva advém da Delegação do Porto.

• Serviços de Secretaria (-250€).

• Outros Serviços (-950€), relativo à Delegação do Porto

### Nota 3 - Outros Rendimentos e Ganhos

• Comissão de Viaturas (+1.868 €): esta variação teve origem na Sede e esta verba estava sub-orçamentada.

• Comissão da Galp (+2.598 €): esta variação teve origem na Sede e estava sub-orçamentada.

• Jornal Elo-Publicidade (+7.201€), valor que estava sub-orçamentado.

• Rede Nacional de Apoio (-773 €): a variação nesta rubrica teve origem na Sede -1.760€, nas Delegações da Madeira -761€, Açores +2.027€, e Porto -279€;

• INR - Instituto Nacional de Reabilitação (+8.365€): valor sub-orçamentado.

• CAO - Centro Apoio Ocupacional (+7.867€): Valor referente ao CAO na Delegação do Porto.

• Outros Proveitos Suplementares (+10.722€): Contribuiu para este aumento, face ao orçamentado, a Delegação do Porto com +6.231€, Delegação de Évora +8.496€ e a Delegação dos Açores (+1.360€) e em sentido contrário a Sede com -5.365€.

### Nota 4 - Proveitos e Ganhos Extraordinários

• Outros Proveitos Extraordinários (+13.499€): A variação verificada nesta rubrica tem, essencialmente, origem nos donativos recebidos (+39.811€) tendo contribuído positivamente, a Sede +6.597€, as Delegações de Lisboa +10.576€, do Porto +22.453€, Coimbra +87€, Évora +30€, Faro +732€, Madeira +100€, e negativamente Viseu (-644€), dos Açores -120€. Outra



origem das variações verificadas tem a ver com a conta de Outros Proventos Extraordinários -27.438€. Esta variação teve origem nas Delegações: Porto -28.035€, Évora -100€, e em sentido positivo a Sede com a consignação de IRS +91€ e Delegação dos Açores +606€.

- Correções Relativas a Exercícios Anteriores (+1.126 €): a variação indicada ao nível dos rendimentos.

#### Nota 5 – Gastos da Actividade Associativa:

- Apoios a Sócios (-450 €): esta variação teve a sua origem na Sede +149€, Delegação Lisboa -1.601€, Delegação Porto +595€ e Delegação dos Açores +407€.

- Eventos Sociais (+27.501€): esta rubrica está relacionada com a contrapartida nas receitas. Para esta variação contribuíram: a Sede -1.576€, Delegações: Lisboa +9.483€, Porto +1.261€, Bragança +115€, Famalicão +492€, Coimbra +8.854€, Castelo Branco +5.400€, Évora -670€, Faro 79€, Madeira +2.412€ e Açores +1.651€.

- Quanto a estes gastos dever-se-á ter em conta o valor de recuperação de despesas que consta nos Rendimentos da actividade associativa e que teve um aumento de receita, face ao orçamento de +24.480€. De qualquer modo, a diferença entre a receita de eventos realizados e a despesa correspondente, traduz um custo efectivo na realização de eventos de +12.721€.

- CMVMC - Compras Bar/Restaurante (+1.432 €): contribuíram para esta variação a execução na Delegação do Porto.

- Gastos com o Pessoal (+40.348 €): esta variação resulta dos ajustamentos nos quadros de pessoal de +21.426€ e os gastos com formação de +13.028€, que inclui a verba paga à Reabilitar em Casa e outros gastos de +5.904€ referentes a Seguro de saúde, higiene e segurança no trabalho e comparticipação de despesas de saúde.

Fornecimentos e Serviços Externos (+18.647 €): Tal como já foi referido antes, nas contas que fazem parte desta rubrica contabilística, verificaram-se aumentos e diminuições de gastos face ao orçamento aprovado. Vamos passar a indicar as respectivas variações positivas e negativas nas diversas contas.

Para este acréscimo global de gastos, nesta rubrica, encontramos as que ficaram aquém dos valores orçamentos e outras que sofreram importantes acréscimos de despesa. De realçar, neste capítulo, as contas destes gastos que ficaram aquém do previsto, destacando-se a redução dos gastos com combustíveis -2.178€, água -549€, material de escritório -6.837€, despesas de representação -3.965€, circuitos de comunicação electrónica -843€, seguros -487€, deslocações de Órgãos Sociais e Trabalhadores -10.663€, contencioso e notariado -449€ e conservação e reparação -7.709€. No tocante às contas que contribuíram para o aumento destes gastos, passamos a citar:

Electricidade +9.016€, contribuíram para este valor: a Sede +3.304€, Porto +1.285€, Viseu +110€, Évora +3.930€ e Açores -1.153€, Bragança -47€, Famalicão -103€, Coimbra -338€, C. Branco -143€, Faro -81€ e Madeira -55€. Outros fluidos +1.877€, diferença com origem na Sede +1328€, Évora +1.121€ e Açores +144€.

Ferramentas e utensílios +2.836€, diferença com origem na Sede +3610€. Em sentido inverso o Porto -428€ e Açores -346€.

Rendas e alugueres +10.266€, contribuiu para esta diferença a Sede +4.184€, Lisboa +6.336€, Porto +105€, em sinal inverso a Madeira -90€ e Açores -270€. Trata-se, essencialmente dos contratos das viaturas em *renting*. Telefones e correios +3.313€, contribuiu para esta diferença Lisboa +1.448€, Porto +3.293€, Bragança +162€, Famalicão +861€, C. Branco +178€ e Faro +263€, a Sede -114€, Viseu -447€, Coimbra -1.910€, Évora -77€, Madeira -114€ e Açores -230€.

Honorários +4.637€, para o aumento destes gastos contribuiu a Sede com +5.144€, Famalicão +550€ e Açores +2.275€. Em sinal inverso o Porto -2.572€ e Madeira -761€.

Vigilância e segurança +2.427€, diferença verificada na Sede +1.819€ e Porto +607€.

Serviços informáticos +5.313€, valor sub-orçamentado.

Trabalhos especializados +4.573€ referente à Sede +4.673€ e no Porto com -100€. Outros fornecimentos e serviços +8.120€. Dado o significado deste valor, pas-

samos a referir a estrutura associativa que contribuiu para este aumento de despesa, face ao orçamentado: a Sede +7.038€, e as delegações: Lisboa +272€, Porto +2.105€, Famalicão +153€ e em sinal contrário temos Viseu -54€, Coimbra -993€, Évora -200€, Faro -24€, Madeira -97€ e Açores -80€. Finalmente, ainda nesta nota cabe salientar a redução expressiva de gastos nas contas:

Deslocação de Órgãos Sociais e Trabalhadores de -10.663€ em comparação com o orçamento e que está justificado pelo recurso crescente à participação por videoconferência nas reuniões.

Despesas de Representação que reduziram -3.965€ com reflexos na Sede -2.931€ e nas Delegações: de Lisboa -303€, Bragança -100€, Famalicão -470€, Viseu -465€, Coimbra -190€, C. Branco -123€, Évora -288€, Faro -170€, Madeira -100€ e Açores -586€, em sinal inverso Porto +1761€.

- Outros Gastos e Perdas - (-6.584€): contribuí para esta variação a não realização da participação da ADFA em eventos internacionais para os quais estava prevista a verba de 5.000€, no Orçamento. Em sentido contrário foram gastos mais 1.021€ do valor de 3.000€ orçamentados para realização da participação da ADFA em eventos internacionais para os quais estava prevista a verba de 5.000€, no orçamento. Em sentido contrário foram gastos mais 1.021€ do que o valor de 3.000€ orçamentados para realização de Assembleias-Gerais Nacionais, Conselho Nacional, Conselho de Executivos e acto eleitoral realizado. Contribuiu para esta variação as Delegações: Lisboa +909€, Viseu +60€, Coimbra +88€ e Madeira +50€ e a Sede -86€.

#### Nota 6 – Custos e Perdas Extraordinárias (3.257€)

- Correções Relativas a Exercícios Anteriores (+3.057€): este valor resulta das correções efectuadas relativas ao exercício anterior, por não ter sido efectuada a especialização do exercício, ou seja, gastos que não foram contabilizados no ano de 2024 e foram regularizados em 2025. Os restantes gastos extraordinários de 200€, respeitam a donativos pagos e que não estavam orçamentados.

#### Nota 7 – Custos e Perdas Financeiras (+2.632€)

- A variação verificada resulta dos gastos financeiros suportados em comparação com os valores orçamentados. Trata-se de gastos bancários relativos às contas da Sede e das Delegações. Na Sede, a variação é de +1.743€ e inclui os gastos com as contas caucionadas, Caixa Geral de Depósitos e cartão Galp). Nas Delegações de Lisboa +189€, Porto +14€ Famalicão +108€, Bragança +62€, Viseu +180€, Coimbra +357€, Castelo Branco -21€, Évora -12€, Faro +43€, Açores -22€ e Madeira -11€.

#### Nota 8 - Amortizações do Exercício (+15.072 €):

- As variações mais significativas nesta rubrica tiveram origens na Sede (-1.874€), Lisboa -6.013€, Porto +18.465€, Famalicão +504€, Viseu +267€, Coimbra +2.579€, Castelo Branco +205€, Évora +751€, Faro +72€ e Madeira 116€.

#### Nota 9 - Resultado do Líquido do Período, (+24.793 €):

- O detalhe deste Resultado Apurado no Exercício e a variação face ao Orçamento, pode ser observado no quadro seguinte:

#### Conclusão:

- Da análise efectuada, o Conselho Nacional entende que as variações verificadas não tiveram origem em procedimentos irregulares. Resultaram de

contingências que não foi possível prever aquando da elaboração do Orçamento. A actividade, suportada pelo Orçamento, está enquadrada com o Plano Operacional do ano em apreço.

- Apesar de algumas condicionantes com que qualquer plano se depara ao longo de um exercício, foi possível, aos Órgãos Gestores da ADFA, proceder a alguns ajustamentos para que algumas perdas nas receitas fossem compensadas com a contenção de algumas despesas. De salientar, o reforço de 39.600€ da verba recebida do Ministério da Defesa Nacional, que contribuiu para compensar os efeitos de aumentos na massa salarial, bem como, da inflação na estrutura de custos da ADFA.

- No período em análise, foram continuadas as alterações de serviços que deixaram de estar na gestão e controlo da Delegação de Lisboa e passaram para a responsabilidade da Direcção Nacional.

Continuaram os Serviços Médicos Nacionais, nomeadamente, da área da Fisioterapia a ser da responsabilidade da empresa Reabilitar em Casa até final do mês de Julho de 2025, data em que feita a rescisão do contrato.

- O Restaurante/Bar na Sede, continuou a ser explorado através de contrato de exploração por terceiros;

- No ano de 2025, os valores contabilizados a título de rendimentos e gastos de exercícios anteriores, mantiveram valores com menor expressão na conta de resultados do período.

- Continuou a redução de gastos com as reuniões estatutárias, nomeadamente, Conselhos Nacionais e Conselho de Executivos, por serem efectuadas, cada vez mais, com recurso à utilização da participação por videoconferência. No entanto, continua a ser necessário que haja melhores meios técnicos disponíveis e formação aos utilizadores para otimizar o funcionamento dessas reuniões com boa qualidade de comunicação.

- O objectivo de qualquer bom orçamento é servir de meio orientador para uma gestão eficiente, rigorosa, que utilize ao longo do exercício meios de controlo para que, cada vez mais os orçamentos futuros estejam mais próximos da realidade e os desvios na execução sejam mínimos;

- Pela análise do quadro demonstrativo de resultados do período, verifica-se que, apenas a Delegação de Coimbra, obteve resultado positivo. Esta situação já obteve alguma resposta no Orçamento para 2026, uma vez as dotações a transferir pelas Delegações para a Sede Nacional passou dos 14% para 7% do valor das quotas que receberem. No entanto, tal procedimento não aumenta os recursos financeiros, faz, apenas, uma redistribuição dos mesmos. Quando não há condições para aumentar receitas, nomeadamente, das quotas, porque o número de associados vai reduzindo, interessa ajustar as Estruturas Sociais da ADFA e as Capacidades Instaladas de Serviços devem ser ajustadas à nova realidade. Com tais medidas, será possível reduzir, quer as despesas fixas, quer despesas variáveis, sem comprometer os objectivos defendidos pela ADFA, no apoio aos seus sócios.

- Por fim e sem pôr em causa o Parecer que a seguir se emite, o Conselho Nacional, reafirma o que disse em Pareceres anteriores. Exigir que sejam aplicados critérios de orçamentação e de contabilização para toda a ADFA, de modo que haja a máxima equidade e análise na apreciação da evolução económica das várias partes da ADFA, conjugadas com as actividades desenvolvidas no cumprimento dos Planos Operacionais.

- Face ao exposto, o Conselho Nacional dá a sua concordância à Execução Orçamental da Sede e Delegações da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, respeitante ao ano de 2025, dando o seu Parecer favorável a que a mesma seja aprovada pela Assembleia-Geral.

(Valores em Euros)

Descrição	SEDE	LISBOA	PORTO	BRAGANÇA	FAMALICÃO	VEISEU	COIMBRA	C.BRANCO	ÉVORA	FARO	MADEIRA	AÇORES	TOTAL
Resultado previsto no orçamento	73 361	149	-3 040	-8 818	-2 267	-4 352	1 105	-4 662	-12 110	-3 320	-12 441	-71	23 534
Resultado Executado	100 938	-15 769	-7 914	-8 736	-5 752	-2 055	2 598	-10 411	-9 253	-5 477	-11 602	-1 774	24 793
Variações	27 577	-15 918	-4 874	82	-3 485	2 297	1 493	-5 749	2 857	-2 157	839	-1 703	1 259

Lisboa, 26 de Março de 2026



Mantenha as suas quotas em dia

WWW.ADFA-PORTUGAL.COM/



PORTE PAGO

**PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS**  
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLCRO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL. PODE ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL.



**TAXA PAGA PORTUGAL CABO RUIVO**

• ORGÃO DE INFORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS •

FICHA TÉCNICA

**PROPRIEDADE E EDIÇÃO:** Associação dos Deficientes das Forças Armadas – ADFA | Pessoa Colectiva n.º 500032246 | Email: jornal.elo@adfa-portugal.com | Internet – http://www.adfa-portugal.com • **DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO:** Av. Padre Cruz - Edifício ADFA, 1600-560 LISBOA | Telefone: 21 751 26 00  
**DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA / ADMINISTRAÇÃO:** António Pereira Neves; José Carlos Pavoeiro; Cândido Patuleia Mendes; Arlindo dos Santos. • **REDACÇÃO:** Director: José Diniz; Editor/Jornalista: Rafael Vicente (cart. prof. 2521); Fotojornalista: Farinho Lopes (cart. prof. 4144); **Coordenação Gráfica:** Ivo Mendes •  
**CORRESPONDENTES:** Paulo Teves (Açores), Domingos Seca (Bragança), João Mangana (Castelo Branco), Manuel Paiva (Coimbra), Manuel Branco (Évora), Anquíses Carvalho (Famalicão), Ludgero Sequeira (Faro), Francisco Janeiro (Lisboa), João Martins (Madeira), Abel Fortuna (Porto), Direcção Nacional (Setúbal) e João Gonçalves (Viseu)  
**COLABORADORES PERMANENTES:** António Cardoso (Informática); Helena Afonso (Legislação); Augusto Silva (Museu da Guerra Colonial); Jerónimo Sousa (CRPG/ PADM); Paula Afonso (DDIP); Vanessa Braga (Gabinete dos Órgãos Sociais); Victor Sengo (Coluna do Zangão); Ângela Henriques (Saúde e Bem-Estar); Ariadne Pignaton (Memória e Património); António Capela Gordo (Ciência e Tecnologia) | Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores, assim como é da responsabilidade das Direcções das Delegações o conteúdo dos respectivos espaços.  
**Assinaturas e Publicidade:** Fax: 21 751 26 10 | **Impressão:** FIG - Indústrias Gráficas, S.A. - Rua Adriano Lucas, 3020-265 Coimbra - E-mail: fig@fig.pt - Tel.: 239 999 922 | **Registo da Publicação na ERC:** 105068/77 Depósito Legal - 99595/96 | **Assinatura Anual:** 7,00 euros. | **Tiragem deste número:** 7500 ex.

# Reunião do Conselho Nacional

O Conselho Nacional (CN) da ADFA reuniu-se hoje, dia 26 de Março, no *Audiotório Jorge Maurício*, na Sede Nacional, em Lisboa, cumprindo-se assim uma das reuniões estatutárias deste ano.

A reunião ordinária do CN teve como primeiro ponto a análise e votação da Acta da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade.

Foi realizada a análise e votação do Relatório Operacional do Conselho Nacional de 2025, sendo

aquele documento aprovado por maioria, com uma abstenção.

Os conselheiros analisaram e votaram a proposta de Parecer da Execução Orçamental de 2025, por maioria, com um voto contra e uma abstenção.

Foi também abordado o Parecer do Conselho Fiscal Nacional (CFN), referente aos dois semestres do ano de 2025, com informações do presidente do CFN.

A Direcção Nacional apresentou ainda um ponto de situação sobre o processo de revisão estatutária,

sendo também apresentados e debatidos outros assuntos de interesse associativo.

No ponto referente à representatividade e direitos, foram prestadas informações pela Direcção Nacional sobre o desenvolvimento das acções constantes do Caderno Reivindicativo, aprovado na Assembleia-Geral Nacional de 12 de Abril de 2025, com o debate de três propostas que haviam sido apresentadas à Mesa.

RV

## Última Hora

# 25 de Abril, sempre!

À hora de fecho desta edição, a Direcção Nacional deu conhecimento ao ELO de que está a organizar um jantar-convívio evocativo do 25 de Abril de 1974, a realizar no restaurante Pastelaria Rainha Santa, na Sede Nacional, em Lisboa, no próximo dia 24 de Abril, Sexta-feira, pelas 20h00.

Atempadamente serão transmitidos mais pormenores.

RV

**ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS**  
UMA REDE SOLIDÁRIA

Faça parte desta rede!

Consigne **1%** do seu IRS à ADFA sem custos para si.

11 CONSIGNAÇÃO DE 1% DO IRS / CONSIGNAÇÃO DO BENEFÍCIO DE 15% DO IVA SUPORTADO			
ENTIDADES BENEFICIÁRIAS			
Instituições religiosas (art.º 32.º, n.º 4, da Lei n.º 16/2001, 22 de junho)	<input type="checkbox"/>	1101	
Instituições particulares de solidariedade social ou pessoas coletivas de utilidade pública (art.º 32.º, n.º 4, da Lei n.º 16/2001, 22 de junho)	<input checked="" type="checkbox"/>	1102	5 0 0 0 3 2 2 4 6 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Pessoas coletivas de utilidade pública de fins ambientais (art.º 14.º, n.ºs 5 e 7, da Lei n.º 35/98, de 18 de julho)	<input type="checkbox"/>	1103	
Instituições culturais com estatuto de utilidade pública (art.º 152.º do CIRS)	<input type="checkbox"/>		

...e desde já o nosso obrigado.

